

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**DESAFIOS PARA POLÍTICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR
EM ÁREA PERIURBANA:
O CASO DA COOPERATIVA UNIVERDE - NOVA IGUAÇU/RJ**

VIVIANE SOARES LANÇA

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**DESAFIOS PARA POLÍTICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR
EM ÁREA PERIURBANA:
O CASO DA COOPERATIVA UNIVERDE - NOVA IGUAÇU/RJ**

VIVIANE SOARES LANÇA

Sob a orientação do Professor
Renato Sérgio Jamil Maluf

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Área de Concentração: Políticas públicas, Estado e atores sociais.

Rio de Janeiro, RJ
2013

338.1098153

L244d

T

Lança, Viviane Soares, 1987-

Desafios para políticas de apoio à agricultura familiar em área periurbana : o caso da Cooperativa Univerde - Nova Iguaçu/RJ / Viviane Soares Lança. - 2013.

158 f.: il.

Orientador: Renato Sérgio Jamil Maluf.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Bibliografia: f.137-149.

1. Agricultura familiar - Nova Iguaçu (RJ) - Teses. 2. Política alimentar - Nova Iguaçu (RJ) - Teses. 3. Ecologia agrícola - Teses. 4. Segurança alimentar - Teses. I. Maluf, Renato Sérgio Jamil, 1952- II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)

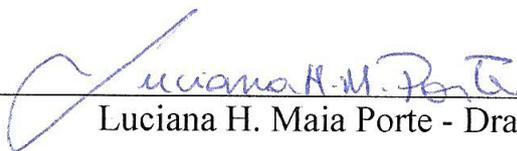
VIVIANE SOARES LANÇA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 15 / 08 / 2013.



Renato Sergio Jamil Maluf - Dr. UFRRJ/CPDA
(Orientador)



Luciana H. Maia Porte - Dra. UFRRJ/IM



Flaviane de Carvalho Canavesi. - Dra. Consultora MDA/DF

Dedico este trabalho ao Senhor da minha vida,
Jesus Cristo, sem O qual nada seria possível.
Dedico também a meu marido e pais,
pela confiança e credibilidade que sempre depositaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Jesus Cristo toda minha gratidão. O Senhor disse que me daria o mestrado e aqui estou eu concluindo este sonho que surgiu primeiro em Seu coração. Obrigada por ter trabalhado a meu favor, por estar cuidando da minha carreira profissional com todo carinho e atenção que o Senhor também tem com as demais áreas da minha vida. Use-a para aquilo que for te trazer maior glória! Sei que em cada momento Sua mão repousa sobre mim. Obrigada Senhor Amado por Sua fidelidade e por ser sempre tão detalhista na hora de conceder os desejos do meu coração. Foram os teus passos que me guiaram até aqui!

Ao meu esposo Jônatas, que muita paciência sempre teve quando eu precisava virar dias e noites me dedicando para esta pesquisa. Obrigada por seu companheirismo, pela ajuda em todos os trabalhos de campo e por acreditar na minha capacidade. Obrigada por cuidar de mim e por respeitar minhas limitações!

Aos meus pais Plauto e Rosane, por todo amor, apoio e dedicação, por serem exemplos pra minha. Para vocês, faço minhas as palavras de Randall Price, obrigada por direcionarem minha devoção juntamente com meus estudos, assim eu pude me dedicar a ambos: "às pesquisas e ao Salvador". Obrigada por todo o incentivo e por me estimularem a sonhar!

Aos meus familiares por estarem sempre torcendo pela minha vitória e por se alegrarem comigo cada vez que conquisto mais uma etapa.

Aos meus amigos que muitas vezes não puderam contar comigo nas horas em que a dedicação aos estudos foi exclusiva, mas que não deixaram de me amar e de querer o meu melhor por isso. Especialmente, agradeço a Maria da Penha, minha amiga há sete anos, que tem me acompanhado, me corrigido e até me guiado em alguns momentos. Você foi agente de milagre pra que chegasse até aqui! Meus amigos, família que eu escolhi, obrigada pelas orações e pelos abraços de carinho que eu sempre encontrei em vocês!

A toda equipe de professores que me apoiou e acreditou em mim. Em especial, agradeço ao meu orientador Renato Maluf, que no decorrer deste curso muito colaborou para meu crescimento profissional e cuja participação foi primordial para que eu concluísse essa jornada. Por todos os conselhos acadêmicos e pela confiança em mim depositada meu imenso agradecimento, professor! Meu obrigado segue também à professora Luciana Porte pela paciência e recomendações. Você me auxiliou durante a graduação, me incentivou a seguir para o mestrado e como se não fosse o suficiente ainda me socorreu nos momentos em que as dúvidas acadêmicas, que surgiram durante esta dissertação, tiravam meu sono. Você tem grande participação nesta conquista!

Por fim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esse trabalho fosse realizado! Esta dissertação também é por vocês!

MUITO OBRIGADA!

“A agricultura aqui é a arte de assistir impassível ao trabalho da natureza.”.
(Eça de Queiroz – Uma campanha alegre)

RESUMO

LANÇA, Viviane Soares. **Desafios para políticas de apoio à agricultura familiar em área periurbana: O caso da cooperativa Univerde - Nova Iguaçu/RJ**. 2013. 150f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2014.

Muitas áreas das regiões metropolitanas têm se tornado espaços desprovidos de infraestrutura, cuja população, por consequência, se apresenta vulnerável aos problemas socioeconômicos e alimentares. Como alternativa a esta realidade e aos reflexos do acelerado processo de urbanização, a agricultura urbana e periurbana (AUP) tem ganhado forças no cenário atual, possuindo um papel fundamental em países como o Brasil. As práticas agrícolas em meio urbano, quando integrada a agroecologia, vão de encontro a sérios problemas que incidem diretamente sobre os sistemas alimentares, auxiliando quanto à equidade social, à melhoria da qualidade de vida e à sustentabilidade ambiental. Isto justifica a necessidade de intervenções governamentais e de políticas públicas para o setor. Como forma de reutilização do solo, entre 2005 e 2008, foi desenvolvido o projeto de Agricultura Familiar em Faixas de Dutos em Duque de Caxias e Nova Iguaçu - municípios da Baixada Fluminense -, em uma parceria entre a Petrobrás/Transpetro e empresas mediadoras. Entretanto, com a finalização deste, alguns agricultores abandonaram a atividade enquanto outros deram continuidade à mesma, criando a Cooperativa de Agricultores Familiares Univerde. Lançando mão do caso dos agricultores membros da Univerde, investiga-se a partir de um olhar sobre a inclusão ou exclusão dos mesmos às políticas governamentais de apoio à agricultura familiar em meio rural/urbano, na tentativa de fazer um paralelo em nível federal a respeito das diretrizes gerais de alguns programas e políticas que direta ou indiretamente tratam da questão agrícola urbana e periurbana. Nesse contexto, o objetivo é verificar os entraves existentes nas políticas públicas no que tange aos desafios para o desenvolvimento da atividade agrícola familiar no contexto periurbano em termos da geração de trabalho e renda.

Palavras-chave: Agricultura urbana e periurbana. Políticas públicas. Segurança alimentar e nutricional. Agroecologia. Faixa de Dutos.

ABSTRACT

LANÇA, Viviane Soares. **Challenges for policies to support family agriculture in peri-urban area: the case of cooperative Univerde - Nova Iguaçu / RJ.** 2013. 150f. Dissertation (Post-Graduate Program of Social Sciences in Development, Agriculture and Society) Institute of Humanities and Social Sciences. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

Many areas of metropolitan regions have become spaces devoid of infrastructure, whose population therefore appears vulnerable to socio-economic problems, and food. As an alternative to this reality and the consequences of the accelerated process of urbanization, urban and peri-urban agriculture (UPA) has gained strength in the present scenario, having a key role in countries such as Brazil. Agricultural practices in urban areas, when integrated agroecology, go against the serious problems that directly affect food systems, as aiding social equity, improving the quality of life and environmental sustainability. This justifies the need for government intervention and public policy for the sector. As a way to reuse the soil between 2005 and 2008, the project was developed in Family Farming Ranges Pipeline in Duque de Caxias and Nova Iguaçu - municipalities of Baixada Fluminense - in a partnership between Petrobras/Transpetro companies and mediators. However, with the completion of this, some farmers abandoned the activity while others continued the same, creating the Cooperative Family Farmers Univerde. Adopting the case of farmers Univerde members, is investigated from a look at the inclusion or exclusion of these government policies to support family agriculture in rural / urban, in an attempt to draw a parallel federal level regarding general guidelines for some programs and policies that directly or indirectly address the issue of urban and peri-urban agriculture. In this context, the goal is to identify existing barriers in public policy with respect to the challenges to the development of family agriculture in peri-urban context in terms of generating employment and income.

Keywords: Peri-urban agriculture. Public policy. Food and nutrition security. Agroecology. Pipe strips.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração I – Brasil, população baseada nos índices urbanos 1950 – 2010	26
Ilustração II – Localização e composição da Baixada Fluminense	30
Ilustração III – Hortas Urbanas Comerciais ao longo da Via Light.....	31
Ilustração IV – Mapa de Emancipações ocorridas em NI.....	34
Ilustração V – Localização dos núcleos do PAF-Dutos em Nova Iguaçu	39
Ilustrações VI e VII – Nova localização da Feira da Roça em 2006	47
Ilustrações VIII e IX – Retorno da Feira da Roça de Nova Iguaçu	50
Ilustração X – Municípios onde foi desenvolvido o PAF-Dutos	51
Ilustração XI – Determinantes nas definições de Agricultura Urbana	70
Ilustração XII – Crescimento Demográfico do Mundo em Desenvolvimento	82
Ilustrações XIII e XIV – Estufa Univerde	117

LISTA DE TABELAS

Tabela I – População do Município de Nova Iguaçu.....	35
Tabela II - Informações socioeconômicas do Estado do Rio de Janeiro	36
Tabela III - Distribuição de Áreas Mínimas Comparáveis	37
Tabela IV - Bairros Figueira e Geneciano em números	42
Tabela V - Resumo dos produtos contratados na Chamada Pública da Prefeitura de Nova Iguaçu.....	60
Tabela VI - Grupos Básicos do PRONAF, enquadramentos e finalidades.....	98

LISTA DE SIGLAS

AARJ – Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
AF – Agricultura Familiar
APA – Área de Proteção Ambiental
AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura
AP – Agricultura Periurbana
AU – Agricultura Urbana
AUP – Agricultura Urbana e Periurbana
CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CEDRO – Cooperativo de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável
CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CISV – Comunidade Empenho e Serviço Voluntário
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas por município
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP – Declaração de Aptidão do Pronaf
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa na Agricultura
ES – Economia Solidária
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FIPERJ – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
ORBIG – Oleoduto Rio Baía de Ilha Grande

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAF – Programa de Agricultura Familiar
PE-11 – Duto de Produtos Escuros - PE-II
PESAGRO – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PFZ – Projeto Fome Zero
PLANSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PMNI – Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar E Nutricional
PPA – Plano Plurianual
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
REBIO – Reserva Biológica
REDUC – Refinaria Duque de Caxias
RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESAN – Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
TCAA – Termo de Compromisso de Ajustamento Ambiental
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
URG – Unidade regional de Governo

CONVENÇÕES

Os trechos que aparecem em *itálico*, centralizados, ao longo do texto, representam falas dos interlocutores desta pesquisa. Nessas citações, buscou-se preservar o uso da variedade mais coloquial da língua portuguesa, respeitando o modo com o qual ela foi utilizada pelos interlocutores.

As citações de trabalhos em outros idiomas aparecem com tradução desta pesquisadora, considerando a dificuldade de expressar conceitos que podem não apresentar tradução direta para o português.

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo I: Agricultura Urbana e Periurbana: A Confluência entre o Rural e o Urbano em Nova Iguaçu	25
1.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	25
1.2 – O ESPAÇO DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NA BAIXADA FLUMINENSE	42
1.3 – PAF-DUTOS: UM PROJETO DE PLANTIO EM FAIXA DE DUTOS NA ZONA PERIURBANA DE NOVA IGUAÇU.....	50
1.3.1 - Univerde: um desdobramento da PAF- Dutos	56
Capítulo 2: A Complexa Inter-Relação entre Agricultura Familiar em Áreas Urbanas e Políticas Públicas	62
2.1 – AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: UMA TENTATIVA DE CONCEITUAÇÃO	67
2.1.1 – Hortas Comunitárias: melhoria de qualidade de vida.....	73
2.1.2 – Hortas Comunitárias em faixas de Dutos	75
2.2 – CONTRIBUIÇÕES DE AUP PARA O MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA ALIMENTAR E QUALIDADE DE VIDA.....	77
2.3 – POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM ENFOQUE DE SEGURANÇA ALIMENTAR	90
2.3.1 – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)	95
2.3.2 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	96
2.3.2.1– Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	98
2.3.3– Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	100
2.4 – POLÍTICAS DE APOIO À AGRICULTURA URBANA	102
2.4.1 – Programa Nacional de Apoio a AUP	103
Capítulo 3: Univerde: entre o Rural e o Urbano - Desafios para as Políticas Públicas	107
3.1 – O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS AGRICULTORES COOPERATIVADOS À UNIVERDE: QUEM SÃO ESTES PRODUTORES?	107
3.2 – O IMPASSE ENTRE A “INEXISTÊNCIA” DE ZONA RURAL EM NOVA IGUAÇU E A DEMANDA DE AGRICULTORES POR POLÍTICAS PÚBLICAS.....	120
3.3 – A INACESSIBILIDADE ÀS POLÍTICAS DE AUP: UM PROBLEMA MUNICIPAL E FEDERAL	124
Considerações Finais	132
Referências Bibliográficas	137
Apêndice	150
Anexos	151

Introdução

“Às vezes eu tenho vontade de ser menos intensa, só pra poder entender como o resto do mundo aguenta essas coisas que me devoram permanentemente e de uma forma tão absurda”... (Clarice Lispector)

Foi durante a graduação que esta pesquisadora começou a sentir vontade de compreender o desenvolvimento dos tão complexos processos sociais que se formam ao redor da Baixada Fluminense, o que me levou a buscar um aprofundamento desta temática cada vez maior. A opção por ter um olhar voltado para os fatos que ocorrem nos bairros “rurais” de Nova Iguaçu representa o prosseguimento de pesquisas antecedentes, pois foi ainda na graduação que se começou a ter uma relação com o objeto de estudo desenvolvida através de pesquisas de iniciação científica, que visaram verificar por averiguação populacional a prevalência de (in)segurança alimentar em famílias da área rural.

Assim sendo, o interesse pelo assunto se deve à familiaridade com o tema, familiaridade esta obtida através de pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2007 e 2009, nas quais esta estudante, enquanto bolsista de graduação da UFRRJ tendo como instrumento da coleta de dados a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), pôde avaliar a capacidade de acesso quantitativo e qualitativo das famílias rurais do município de Nova Iguaçu à alimentação, incluindo a percepção dos seus membros sobre a capacidade de assegurarem esse acesso no futuro próximo, numa perspectiva social e econômica. Ademais, esta estudante é moradora da cidade de Nova Iguaçu, o que facilita na obtenção de dados ao mesmo tempo em que permite um olhar mais próximo sobre a realidade local, pois como já dizia Becker (1993), a escolha do objeto de pesquisa geralmente revela as preocupações científicas do pesquisador.

Quanto aos assuntos estudados tanto na Iniciação Científica quanto no decorrer dos anos até aqui, torna-se necessário dizer que muito tem chamado à atenção desta pesquisadora o fato de saber que conforme o Mapa do Fim da Fome (CPS & FGV, 2001), a desigualdade está para o Brasil assim como a violência está para a Colômbia ou a discriminação racial está para a África do Sul. A desigualdade de renda brasileira está entre as três maiores do mundo. Tais elementos se tornam ainda mais preponderantes com o crescimento contínuo da população urbana em detrimento da rural, uma vez que mesmo nas décadas posteriores à de 1980, o êxodo rural continuou sendo uma realidade, conduzindo o

país a taxas crescentes de população urbana, distintamente nas mais variadas regiões do país (PESSÔA, 2005).

Tendo em vista que as realidades expostas necessitam de respostas sistêmicas e articuladas, uma alternativa para o problema está em voltar o olhar para a agricultura e seus benefícios, uma vez que esta atua diretamente sobre as possibilidades de melhoria das condições de vida e alimentação (MANIGLIA, 2012). Ela contribui para a segurança alimentar das famílias envolvidas, fortalece vínculos de vizinhança e valoriza a cultura e o conhecimento popular. Essas relações se tornam ainda mais preponderantes no caso da agricultura familiar, vista aqui como sendo um conjunto de unidades familiares nas quais as atividades, ainda que possam recorrer ao trabalho de terceiros, são realizadas essencialmente pelos membros da família (COSTA & MALUF, 2001, p.19).

Como na maioria dos municípios brasileiros, em Nova Iguaçu nem todos os habitantes possuem acesso à alimentação e há uma distribuição irregular de infraestrutura. Infraestrutura esta vista como aspecto primordial a ser considerado na análise das condições de atendimento às necessidades básicas da população local. A cidade apresenta alto percentual de pessoas em situação de extrema pobreza e em regiões com carência de serviços e equipamentos urbanos, vivendo em precárias condições.

A Baixada Fluminense tem sido objeto nos últimos anos de constantes estudos de cunho sociológico e geopolítico, dada sua complexidade. Entender a composição e a dinâmica de uma região com quase quatro milhões de habitantes, de acordo com o IBGE (2006), tem se tornado um árduo desafio para muitos pesquisadores. Nesses aspectos, Nova Iguaçu aparece como objeto de apreciação de algumas pesquisas e, conseqüentemente seus bairros acabam ganhando evidência dentro da perspectiva analítica. Entre os estudos nos quais este município aparece como foco, busca-se dar especial destaque àqueles que contribuem quanto à discussão sobre a agricultura local e políticas públicas, bem como os que abordam aspectos socioeconômicos de seus habitantes, uma vez que tais análises contribuirão para verificar a real situação dos agricultores iguaçuanos que se pretende focar.

Ao mesmo tempo em que Nova Iguaçu é considerado o maior município da Baixada Fluminense e rico em atrativos naturais e artificiais, possui enormes desigualdades sociais e carência quanto à infraestrutura, além do que não possui uma legislação específica voltada ao desenvolvimento da agricultura. Isto prejudica a vida dos moradores e agrava ainda mais os índices de insegurança alimentar, tornando evidente a necessidade de proposição de medidas que supram as condições básicas dessa população.

Sabendo que o tema é complexo, é relevante realizar estudos sobre as relações que se estabelecem supondo o papel do Estado no centro da contradição entre o sistema produtivo e a saúde pública (OLIVEIRA & THÉBAUD-MONY, 1997). Mediante tais premissas, são estabelecidos novos rumos para a conservação ambiental, marcados por uma mudança de postura diante do conhecimento e práticas não apenas dos habitantes como do poder público quanto à prevenção de danos ambientais a partir da implementação de políticas públicas (DIEGUES,1998). É neste sentido que se mostra importante a adoção e criação de novos cenários teóricos e metodológicos para compreender as comunidades locais das zonas rurais onde boa parte dos programas governamentais a este respeito são desenvolvidos.

Partindo dessas premissas, intimamente ligadas à melhoria na qualidade de vida tais como o acesso a fatores que auxiliam na redução da pobreza, no aumento da expectativa de vida e na integração real dos indivíduos na sociedade em que vivem. Para tanto se torna indispensável criar estratégias locais ampliando a ótica de análise de tal forma que o contexto em que se vive deixa de ser apenas um dado, sendo agora adotado como construção social, facilitando um caráter multiescalar de desenvolvimento cujo foco está no elemento impulsionador/causador de políticas públicas. Supõe-se que a criação de políticas inclusivas através de participação coletiva mais efetiva nos processos decisórios permite a construção gradativa de uma consciência comunitária que contribua para o estabelecimento de políticas compatíveis com as características socioeconômicas locais.

Tratando do objetivo específico dessa dissertação, uma série de acidentes que ocorreram em vazamentos de dutos da Petrobrás, mais especificamente um de grande proporção na Baía de Guanabara causado por uma falha nos dutos de Duque de Caxias, desde março de 2000, levou a Transpetro a lançar o Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional - PEGASO, que nasceu com cerca de 3.000 projetos, dentre eles os de inspeção e recuperação de dutos.

Como Resultado do Termo de Compromisso para Ajuste Ambiental – TCAA, que envolvia obrigação de remodelação do sistema dutoviário e das técnicas de gestão dos riscos – firmado entre a Petrobrás e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e buscando conciliar com o Programa Nacional Fome Zero vigente até então, a Petrobrás em parceria com a Transpetro e as organizações não governamentais ITPA (Instituto Terra de Preservação Ambiental) e Entidade Ambientalista Onda Verde, desenvolveu o Projeto de Agricultura Familiar em Faixa de Dutos (PAF-Dutos). Iniciado em 2005 e finalizado em 2008, sua intenção era promover a reutilização do solo de uma maneira alternativa, através

da implementação de hortas familiares nas faixas de dutos que permitiria ainda a possibilidade de auxiliar na geração de renda dos pequenos produtores locais, situados abaixo da linha da pobreza, com suporte técnico e financiamento, tendo como meio a mobilização social e o planejamento participativo (PETROBRÁS, 2007).

Veremos que com o tempo o PAF-Dutos moveu seu foco da segurança alimentar em direção à geração de renda. Nesse projeto, as metas impostas aos executores e horticultores foram metas de produção (qualidade / quantidade / diversidade das hortaliças) e geração de renda por família, elementos a partir dos quais o projeto passou a ser avaliado.

Nesta temática, o projeto supracitado buscou atender 100 famílias, cujo processo de seleção se desenvolveu a partir de informações coletadas no seminário inicial e das reuniões com o Conselho Consultivo Local, onde a equipe social elaborou uma proposta de questionário que contribuísse no processo de seleção das famílias. Assim, “foram elencadas comunidades potenciais para participarem da experiência piloto” (PETROBRÁS, 2007, p.15). Entretanto, após o término deste projeto, algumas famílias deixaram a atividade nas hortas comunitárias. Apenas 16 famílias iguaçuanas não desistiram da atividade, dando início à Cooperativa de Agricultores Familiares de Agricultura Orgânica (Univerde) em 2008. Tal cooperativa, hoje composta por mais membros, tem parceria com a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) em um outro projeto também financiado pela Petrobrás chamado Semeando Agroecologia.

Até 2008 (ano em que se finalizou o Projeto supracitado), o Plano Diretor de Nova Iguaçu ainda não havia delimitado quais eram as áreas rurais iguaçuanas, o que pode ter inviabilizado que muitas famílias envolvidas com atividades rurais pudessem ser beneficiadas por programas específicos que visam a melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores. Uma vez que, os dez anos de IPTU gerados criaram uma dívida que significou um processo de execução dos moradores do local, segundo Informações obtidas através de pesquisas e entrevistas com representantes da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Iguaçu.

Além disso, cabe ressaltar quanto à questão alimentar, que apenas no ano de 2011 foi reativado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Nova Iguaçu, tendo sido realizado até março de 2012 quatro reuniões para tratar do acesso à alimentação como garantia a todos. Tal Conselho foi criado em 2004, mas segundo entrevista com representante do mesmo, nunca havia atuado efetivamente por escassez de participantes.

Entre as referências conceituais do presente estudo, sobressai a da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP). Em relação aos temas que têm sido estudados quando se fala

acerca da atividade agrícola desenvolvida nas cidades, o primeiro destaque que se observa está na construção de um conceito que de fato consiga diferenciar AU de AUP dentro das quatro principais dimensões atuais, que são as esferas ambiental, social, política e econômica. Embora essa diferenciação seja melhor explicada nos capítulos posteriores, torna-se importante dizer que para os propósitos listados neste trabalho, julgou-se necessário abordar AU e AUP de maneira semelhantes. Complementar a isto, torna-se importante dizer que as temáticas de agricultura familiar e AUP entram em uma discussão congruente neste trabalho porque notou-se que no objeto de estudo há uma ambivalência desses conceitos. Apesar das circunstâncias nas quais as atividades dos agricultores da Univerde estão inseridas revelarem uma situação de agricultura periurbana, para que esses agricultores conseguissem a DAP (Declaração de Aptidão do PRONAF), tiveram que serem considerados rurais. Tal questão nos traz aqui um importante ponto de reflexão sobre a necessidade de políticas públicas mais específicas de AU e AUP.

Estas atividades têm um papel fundamental em países como o Brasil quanto ao processo de desenvolvimento. São inúmeros os benefícios das práticas agrícolas em meio urbano, com destaque ao fato de que utilizam as pequenas áreas disponíveis nas zonas urbanas para a produção agrícola e, por vezes, são capazes de aumentar as taxas de segurança alimentar e nutricional, promover crescimento econômico e redução da pobreza.

Entre as práticas de AUP recebem especial destaque neste trabalho as hortas comunitárias e urbanas que contribuem ativamente para uma afinidade de situações de ordem subjetiva, tais quais o gosto das pessoas em praticar agricultura como forma de preservação das memórias e a descoberta de sensações e motivações daí resultantes. Cultivar os produtos da melhor forma e garantir a qualidade dos mesmos, respeitando o meio ambiente, são alguns dos princípios que se busca aplicar na produção dos alimentos.

Outro fator de extrema importância para o andamento desta pesquisa está relacionado à cooperativa de agricultores familiares Univerde, vista aqui como mediadora da participação que se estabelece entre grupos sociais, já que é através dela que se busca atender as necessidades econômicas e sociais dos agricultores das faixas de dutos de Nova Iguaçu. Tal realidade pode representar um passo indispensável para esta camada da comunidade, pois demonstra a necessidade do esforço conjunto para se alcançar um retorno produtivo e social, podendo futuramente funcionar como um espaço de transmissão de conhecimentos para gestores e lideranças locais, visando gerar efeitos sobre políticas públicas.

Assim, este trabalho teve como universo de análise as 16 famílias do município de Nova Iguaçu, integrantes da Cooperativa Univerde que participaram do PAF-Dutos, além das 8 famílias que se cooperativaram posteriormente, totalizando 24 agricultores familiares urbanos e periurbanos. Vários outros atores envolvidos tiveram papel fundamental para esta pesquisa, entre eles a Petrobrás, a EMATER de Nova Iguaçu, as organizações não governamentais ITPA (Instituto Terra de Preservação Ambiental) e Entidade Ambientalista Onda Verde, bem como as Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e a de Ação Social do município de Nova Iguaçu.

Com base nesta perspectiva teve-se como objetivo geral desta dissertação, a partir de um olhar sobre a Cooperativa de Agricultura Familiar e Produtos Orgânicos UNIVERDE, verificar os entraves existentes nas Políticas Públicas no que tange à Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) e aos desafios para o desenvolvimento da atividade agrícola familiar no contexto periurbano em termos da geração de trabalho e renda. Como objetivos específicos, pretendeu-se averiguar a importância da parceria Estado e sociedade civil organizada para utilização da AUP na promoção de melhorias na qualidade de vida dos agricultores; identificar como o poder local pode influenciar na articulação/desarticulação em projetos de AUP que tem como uma de suas finalidades, ainda que indiretamente, promover avanços qualitativos na vida de seus participantes; verificar o papel das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e de Ação Social para o escoamento da produção dos agricultores da Univerde; observar quais as complexidades de acessos dos pequenos agricultores da Univerde aos programas públicos, investigando até que ponto é uma questão de poder público municipal ou se tange a uma questão federal e, por fim mas não menos importante, analisar quais foram as transformações provocadas no perfil socioeconômico e alimentar das famílias cooperativadas a Univerde antes e depois da implantação das hortas comunitárias.

Levando-se em consideração que este tema é um elemento estratégico para a construção de um futuro com maior grau de equidade social, não se pode esquecer que tal aspecto vem exigindo novos enfoques e, particularmente, novos métodos de estudo, maior produção de conhecimentos e maior diálogo entre especialistas e pesquisadores, com vistas a equacionar soluções, assim como avaliar formas eficazes e eficientes de intervenção.

Constatada esta temática, tornou-se necessário concentrar o foco nas particularidades das regiões em questão, voltando o olhar para as comunidades locais a fim de valorizar mais intimamente o espaço periurbano iguaçuano e a atividade agrícola nele desenvolvida. Tal questão assumiu uma posição imprescindível nesta dissertação a partir do

momento em que foi possível notar que muito embora as iniciativas de agricultura urbana tenham apresentado um processo de relativo crescimento e divulgação no que diz respeito à atenção dispensada pelos grupos sociais organizados e instituições que os incentivam não apenas a nível municipal como também estadual, ainda não foi suficiente para que esta atividade fosse inserida na agenda política local, fato comprovado no início do ano de 2013 com o início do mandato do atual prefeito da cidade de Nova Iguaçu que arbitrariamente decretou o fim de uma das principais expressões de agricultura local, a Feira da Roça.

Diante de todas essas temáticas, lembra-mo-nos de Sen (2000) ao afirmar que o Estado tem participação fundamental para garantir desenvolvimento e, conseqüentemente, liberdade humana. O Estado assistencialista em demasia torna seus cidadãos extremamente dependentes, enquanto, na verdade, deveria criar mecanismos incentivadores para que a população seja um agente comprometido consigo mesmo que “lute” por seus ideais.

A importância de pesquisar esse tema está na possibilidade de compreender como se dá a participação e acessibilidade às políticas públicas por parte dos agricultores urbanos e periurbanos partindo de um olhar sobre determinado caso específico, na tentativa de fazer um paralelo em nível federal a respeito dos critérios para acesso aos benefícios. Portanto, é uma tentativa de olhar o mundo de forma madura o suficiente para analisar a realidade de maneira crítica, já que o objeto de estudo desta pesquisa está totalmente vinculado a sociedade, aos indivíduos com vontade própria, inseridos num determinado contexto de valores que precisam ser compreendidos e que podem se modificar ao longo do tempo, bem como guardar algumas características essenciais.

Considerações metodológicas

Em termos das opções metodológicas adotadas na dissertação, sabe-se que é a partir do método que um pesquisador encontra os caminhos para a concretização dos seus propósitos e tendo em vista que para se compreender um objeto, é indispensável atentar o olhar para as condições sociais em que o estudo desse objeto se insere, os procedimentos metodológicos que fundamentaram o trabalho foram realizados em três etapas. Na primeira etapa, como base para este trabalho, realizou-se um intenso levantamento bibliográfico e documental sobre o tema e posterior análise dos documentos disponíveis.

A princípio o material utilizado na primeira fase pesquisa foi proveniente do projeto PAF Dutos, embora não utilizado na sua totalidade, mas apenas as informações pertinentes a uma breve apresentação do mesmo. Sendo assim, a pesquisa bibliográfica e análise de diversas fontes em busca de dados secundários em artigos e livros, e da pesquisa

documental em obras de caráter específico tem sido o ponto de partida para a avaliação dos impactos do projeto sobre seus participantes iguaçuanos.

Além disto, a metodologia também foi baseada em pesquisa exploratória e descritiva para obtenção de um embasamento mais profundo acerca da localidade. Segundo Triviños (1987 apud VALENTE, 2004), os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar suas experiências em torno de determinado problema e a obtenção dos resultados que deseja. E de acordo com Vieira (2002 apud REINERT & AWUAH, 2007), a análise descritiva é realizada a fim de conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir.

Na segunda etapa, buscou-se fazer uma análise nos bairros rurais Geneciano, Figueira e Gerard Danon, com os agricultores familiares da Univerde, para verificar suas trajetórias na questão da agricultura periurbana e demais áreas a ela ligadas, fazendo uma discussão a partir do princípio de que projetos como a PAF-Dutos e o desencadear de Cooperativas como a Univerde sem a presença de órgãos públicos, políticas públicas, mobilização da sociedade civil e outras, não é o suficiente para o bom andamento de resultados positivos e contínuos.

Houve, ainda, um estudo transversal descritivo com os agricultores familiares cooperativados à Univerde, com coleta de dados por entrevista sob um foco qualitativo, para verificar o acesso a políticas públicas e possíveis mudanças de comportamento que possam ter sido geradas no nível de conhecimento e satisfação dos usuários. Assim foi estabelecida uma tentativa de fazer o estudo com todos os integrantes da cooperativa, não tendo sido feito nenhum tipo de seleção da amostra a ser pesquisada. Este método, conforme a visão de Minayo (1993 apud REINERT & AWUAH, 2007), é capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade. Para tanto a observação mostrou-se de extrema importância principalmente nas reuniões da UNIVERDE e nos desdobramentos das atividades agrícolas desenvolvidas. Esta metodologia de acordo com Malinowski (1998), utiliza o diário de campo e as entrevistas abertas como técnicas, aplicadas conforme as necessidades da pesquisa.

Os passos seguintes envolveram pesquisa de campo para a realização de entrevistas qualitativas não estruturadas com os demais atores sociais relevantes para esta pesquisa. Estas são compreendidas pelas instituições públicas municipais Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Ação Social de Nova Iguaçu, a Organização Não-Governamental Onda Verde que participou do PAF-Dutos como uma das entidades integrantes na elaboração do projeto e na concessão das instalações para o desenvolvimento da primeira parte do mesmo (quando houve a capacitação teórica dos agricultores), o

Instituto Terra, bem como a Petrobrás, a Cooperativa CEDRO que está atuando diretamente com a Univerde no Projeto Nutre-Rio e a EMATER. Assim, as técnicas utilizadas na pesquisa de campo foram escolhidas, levando em consideração os objetivos geral e específicos deste trabalho. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas.

A terceira e última etapa do trabalho referiu-se à sistematização dos dados obtidos e elaboração do texto final. Os resultados obtidos através dos procedimentos metodológicos adotados permitiram a realização de uma intensa análise, já que os conceitos são relevantes, quando dialogados com dados empíricos, à medida que permite ao pesquisador perceber as diversas relações sociais que rodeiam o objeto. Tal qual afirmava Bourdieu (1998) ao mostrar a importância de se pensar relacionalmente como ponto de partida para a compreensão do mundo social.

A divisão cuidadosa das fases da pesquisa possibilitou sistematizar e organizar o cronograma de atividades, ajudando no esmiuçar dos temas, na criação e fundamentação científica da problemática. Assim, tentou-se fazer um estudo com enfoque analítico que segundo Becker (1993), se mostra de suma importância ao permitir que se confronte a coerência das práticas tradicionais, atrelando de forma lógica as diversas etapas de pesquisa para se estabelecer novos contornos de procedimento adaptáveis de acordo com cada objeto de pesquisa.

Organização da dissertação

Para cumprir com os objetivos propostos e melhor refletir a pesquisa realizada, a estrutura da dissertação busca tornar mais didática a apresentação expositiva e argumentativa sobre o tema proposto a partir de um olhar reflexivo a respeito do mesmo onde são enquadrados os problemas e conclusões a ele referentes.

Na Introdução, se fez a delimitação temática da pesquisa, de forma a esclarecer quais objetivos se pretendiam atingir durante o processo de maturação da mesma. Além disso, buscou-se justificar a relação da pesquisadora com o tema proposto, apresentando os métodos de análise utilizados ao longo do estudo e indicar como está organizada a dissertação. O Capítulo 1 é o momento em que se expõe os atores envolvidos neste trabalho e é onde se caracteriza a área em que está inserida o objeto de estudo, fazendo uma breve retrospectiva histórica do município de Nova Iguaçu para contextualizar as questões propostas no trabalho, dialogando a realidade do local às iniciativas de agricultura

periurbana presentes na região de modo a compreender a organização dessas atividades e as formas de atuação.

Nesta linha de pensamentos, é no Capítulo 2 que se faz a revisão de literatura tentando definir agricultura urbana e periurbana a partir de uma reflexão teórica fundamentada nos conceitos centrais que orientaram este trabalho, fazendo um rápido histórico da atividade e contextualizando-a aos atuais processos de urbanização. Além disso, é nessa parte da dissertação que se apresenta os benefícios desta atividade nos aspectos social, econômico e ambiental, bem como é o momento em que se expõe brevemente o sistema de Cooperativas como meio de participação social e possível impulsionador de ações públicas e de reprodução social dos agricultores familiares. Ainda no capítulo 2 são elencadas as políticas públicas nacionais que tratam da Agricultura Familiar tanto no meio rural quanto o urbano, a fim de auxiliar no que tange a seleção das questões pertinentes à pesquisa, tendo em vista que a realidade do objeto de dissertação é um ambiente urbano.

No Capítulo 3, mostram-se os resultados e a discussão proposta a partir da aplicação dos questionários semiestruturados onde são especificados o perfil socioeconômico das famílias que compõem a Univerde e seus desdobramentos, bem como os demais atores que estão envolvidos no processo de AUP em Nova Iguaçu, numa tentativa de mostrar a diferença de olhares e pensamentos sobre as questões que fazem parte do contexto desses agricultores. Enquanto no item Considerações finais procura-se apresentar induções gerais acerca do assunto, e dos resultados encontrados, demonstrando assim, as relações encontradas entre os aspectos abordados e princípios comprobatórios obtidos durante a elaboração da dissertação.

Capítulo I

Agricultura Urbana e Periurbana: a Confluência entre o Rural e o Urbano em Nova Iguaçu

“A Geografia brasileira seria outra se todos os brasileiros fossem verdadeiros cidadãos. O volume e a velocidade das migrações seriam menores. As pessoas valem pouco onde estão e saem correndo em busca do valor que não têm.” (Milton Santos)

Para elaboração desta dissertação, partiu-se da hipótese de que é fundamental a existência e implantação de políticas públicas voltadas para a Agricultura Urbana e Periurbana como método para o desenvolvimento das atividades agrícolas em ambiente urbano. Atualmente, programas como o PRONAF e PRONAT são acessados apenas pelo agricultor rural. Isso nos leva a seguinte reflexão: o que precisa avançar dentro do cenário nacional para que iniciativas como estas possam também englobar agricultores urbanos e periurbanos?

O ambiente rural e o meio urbano estão interligados e são por vezes, uma arena de conflitos, onde elementos como a agricultura podem ser vistos como instrumentos de mediação. Assim, com base em um método indutivo, parte-se de um olhar específico sobre os agricultores da Cooperativa Univerde de Nova Iguaçu como método de análise sobre tais questões acima expostas, verificando a partir deles o que precisa ser sinalizado para que haja uma política de AUP mais abrangente.

Dada tal perspectiva, apresenta-se neste capítulo a área de estudo e suas principais características. Ademais, é exposto um breve histórico acerca da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, seguindo por uma apreciação mais detalhada sobre a Baixada Fluminense até se contemplar o município de Nova Iguaçu. Tendo em vista que durante anos esta foi considerada uma cidade em sua totalidade, sem áreas rurais segundo o Plano Diretor que regia o município até 2006, parte-se desse princípio de análise para demonstrar os bairros em que a pesquisa foi realizada, discorrendo sobre suas características em relação ao histórico de sua formação, a localização e a situação socioeconômica de sua população.

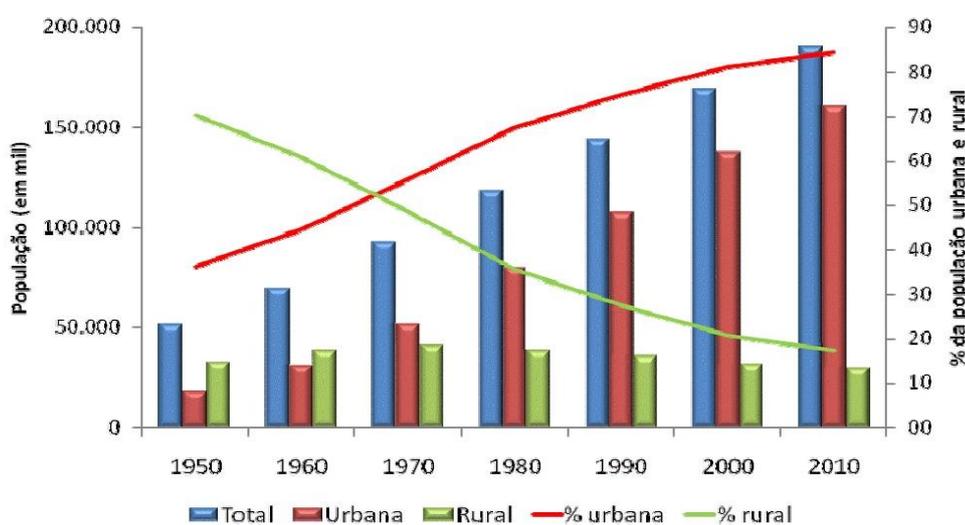
1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Houve um critério político-administrativo na delimitação das regiões brasileiras, onde o espaço entrou como fator preponderante para a apreciação econômica a partir de um

olhar dimensional. Havendo necessidade de ampliar a ótica de análise, a região tem deixado de ser vista apenas como um dado, sendo agora adotada a ideia de região como construção social, facilitando um caráter multiescalar de desenvolvimento.

A distribuição da população brasileira antes de 1930 ocorria de forma irregular sobre o espaço geográfico. Até então, a distribuição populacional era nitidamente marcada pela migração rural-urbana em função dos ciclos econômicos vivenciados (BRITO, 2011), ocorriam em grande escala de locais rurais estagnados para locais rurais em prosperidade. Assim, a concentração populacional estava direcionada para poucos centros urbanos, principalmente na região sudeste. A partir deste momento, a industrialização iria tornar as cidades mais atrativas demandando por mais força de trabalho. Começa o período em que o urbano dependia de que o meio rural liberasse trabalhadores para as indústrias (Ilustração I).

Ilustração I - Brasil, população baseada nos índices urbanos 1950 – 2010



Fonte: Censos do IBGE (1956-2010)¹

Todavia, essa expansão começou com o passar do tempo a tomar proporções maiores do que se esperava, acentua-se o fenômeno de periferização, a tal ponto que a população urbana salta em 1950 de 19 milhões (36%) para 161 milhões, em 2010 (84% da população total). Tal crescimento urbano expandiu-se de tal forma a partir de 70, que as grandes metrópoles brasileiras como o Rio de Janeiro passaram a serem vistas a partir de um processo dualista onde de um lado estava o centro e do outro a periferia. Dentro deste espaço periférico estavam as marcas da segregação da população de menor renda, habitações autoconstruídas e precarização do poder de consumo.

¹ Gráfico de ALVES (2011) – ALVES, J.E.D. As transições da População Brasileira, ENCE-IBGE, 2011. Acesso em: 19 fevereiro 2013. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/61464420/As-transicoes-da-populacao-brasileira>>.

Em contrapartida a este fato, nos grandes centros estavam as oportunidades de emprego, os equipamentos urbanos e a parcela da população que possuíam maior poder aquisitivo, afirma Barbon (2004). Tal fato torna-se ainda mais intenso a partir do início do período militar, quando os grandes centros passam a ser alvo preferencial de investimento do estado em infraestrutura, aumentando o contraste existente com a periferia.

Pode-se observar, então, que os fatos históricos quanto ao processo de sua ocupação, a escassez de estrutura básica e o direcionamento desigual de investimentos ao longo do território, explicam com clareza o crescimento da atual região metropolitana fluminense. Nesse aspecto, Fernandes (2000) ressalta que os sistemas constituídos pelas sociedades contemporâneas envolvem termos contraditórios. Se as pessoas são formalmente livres, não possuem as mesmas condições de existência. A contradição entre liberdade e igualdade atravessa particularmente as sociedades atuais e condiciona o espaço da cidadania.

Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Dentro da temática em questão o que se observa nos últimos anos, no entanto, são indicativos de um novo sistema urbanístico que mostra o surgimento de novas centralidades na periferia, seria um processo de arrefecimento da metropolização brasileira. Na década de 1970 o Brasil possuía nove regiões metropolitanas, já em 2003, são registradas 26 unidades metropolitanas e a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal, cuja cidade principal tem um porte metropolitano (NIMA, 2010, p. 107) e atualmente, são 31 regiões metropolitanas que somam mais de 82 milhões de habitantes (IBGE, 2007). “Atualmente, vivenciamos a impressão cada vez maior de características da metrópole em todos os lugares, o que faz com que não só as práticas sociais, mas, inclusive as identidades dos lugares fiquem sujeitas aos códigos metropolitanos”, afirma Ferreira (2010, p.63).

Arruda (2011) complementa esta informação ao afirmar que “a metropolização é um processo que pode ocorrer sem que haja necessariamente a formação de uma metrópole”. Esta realidade ocorre pela capacidade que as metrópole têm de exercer influencia sobre as áreas vizinhas, seria o que a autora chama de “rearranjo das governanças locais em prol de maior cooperação” (*ibidem*, p.24). Todavia, esta característica atual traz como consequência o aumento da dificuldade de haver uma distribuição equitativa quanto ao suprimento de infraestrutura entre todos os habitantes.

Sinais vigorosos de intensa concentração econômica [...], demográfica (dada à força de atração destas populações) e ausência de uma orientação político-administrativo de investimentos em políticas públicas de promoção social dos grupos espacializados no território fluminense acentuaram e/ou produziram um conjunto de problemas de ordens sócio-espaciais. Desta combinação, resultaram somatórios de forças e/ou tensões, reflexos da heteronomia da nossa sociedade numa área de elevada complexidade socioeconômica (OLIVEIRA, 2005, p.03).

Como descrito no parágrafo acima, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) essa questão está extremamente intrínseca no que se refere ao contexto da capital, de tal modo que o município do Rio de Janeiro assume papel preponderante não apenas diante das cidades vizinhas, como também é capaz de “ofuscar as demais áreas do Estado” (ARRUDA, 2011, p. 24). O que nos mostra a influência que o território do município do Rio de Janeiro possuiu na determinação dos fatores que governam o crescimento das áreas urbanas da Região Metropolitana do Estado. Quanto a isto cabe dizer que a extensão territorial da RMRJ compreende uma área 4.690Km², o equivalente a 13% da área total do Estado e representa o principal foco da concretização do processo de urbanização, quadro que se repete ao se observar as demais metrópoles do território brasileiro.

A RMRJ foi instituída oficialmente pela primeira vez, na Constituição Federal de 1967 e manteve-se em 1969 através da Emenda Constitucional de n.º 01. Entretanto só foi realmente institucionalizada pela Lei Complementar nº20, de 1º de julho de 1974, após a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Apesar dessas datas oficiais, Oliveira (2005) afirma que o ajustamento dessa região começou a se esboçar na década de 1920, quando já era possível observar uma estruturação interna dicotômica entre os padrões de ocupação urbana.

Atualmente a RMRJ é composta pelos seguintes municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá. Tendo apresentado um crescimento demográfico em 2009 de 8,8% em relação ao ano 2000, possuindo uma população de cerca de 11.980.651 habitantes (IBGE, Censo Demográfico 2010). Mais de 70% da população do Estado do Rio de Janeiro está concentrada na região metropolitana, “em cuja periferia há cinco municípios com crescimento estimado superior a 20% de 2000 a 2009”, o que segundo Cavalcante *et al*, (2010, p.08) demonstra o constante padrão fortemente desigual de distribuição da população no Estado.

Segundo estudos baseados no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) da Subsecretaria de Planejamento do Rio de Janeiro, “no indicador de saúde da Firjan,

desigualdade intra-regional é também a marca da RMRJ, cujos municípios estão em posições do *ranking* que variam de 3 a 75” (CAVALCANTE *et al*, 2010, p.27). Além disso, esse mesmo estudo revela que a RMRJ tem os municípios com menores valores de Receita Corrente Líquida (RCL) *per capita*, o que demonstra que “na mais populosa região do Estado, a capacidade local de enfrentar suas carências sociais não é tão evidente, uma vez que sua RCL [...] é a menor de todas as oito regiões fluminenses²”.

Baixada Fluminense

A história da Baixada Fluminense está intimamente relacionada ao processo de industrialização vivido no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 40. Período em que muitos imigrantes se deslocaram para terras fluminenses, sem acompanhamento do mesmo número de moradias, num momento que concomitantemente ficou conhecido como modernização do Rio de Janeiro³, onde muitos moradores locais tiveram que transferir forçadamente seus locais de residência (MAIA & RODRIGUES, 2009, p. 3857).

Tendo em vista que muitos já desenvolviam algum tipo de atividade econômica na capital do país, começou-se a buscar por lugares não tão distantes e onde houvesse facilidade de transportes. Uma vez que, havia na época, a existência de ferrovias recém-eletrificadas na Central do Brasil, nas quais foram instituídas tarifa única, e a abertura da Avenida Brasil que facilitava o acesso, grande parte dessas pessoas foram se alojar no espaço territorial que mais tarde ficaria conhecido como Baixada Fluminense. “Desta forma, a Baixada não denota apenas uma localização geográfica (ilustração II), mas um espaço social, definido a partir de sua relação com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e, mais especificamente com a cidade do Rio de Janeiro”. (SILVA, 2007, p.48)

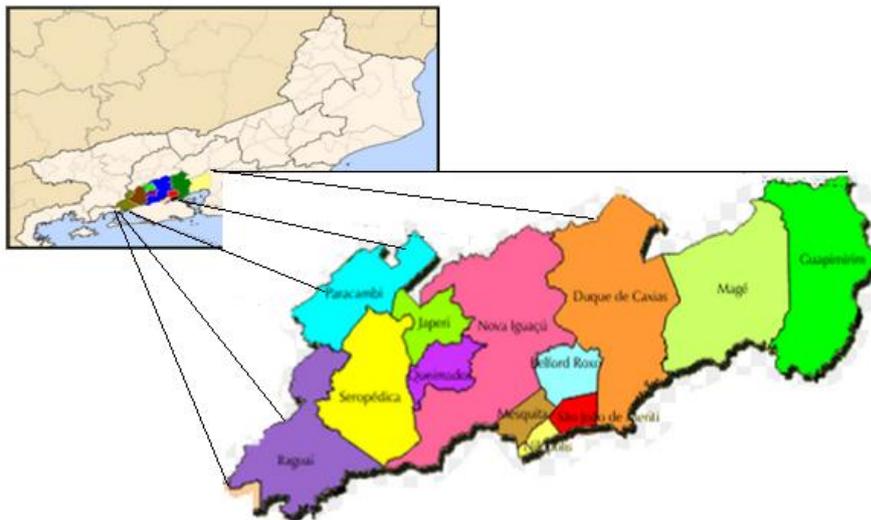
Como consequência desse movimento, algumas contradições começaram a aparecer juntamente com o desenvolvimento da região, contradições estas que foram intensificadas com o crescimento socioeconômico desordenado. As diferenças sócio-espaciais, em todo espaço metropolitano e principalmente na Baixada foram se tornando cada vez mais expressivas, e se agravaram fortemente na década de 80, devido às sucessivas crises econômicas e mudanças na conjuntura política-administrativa do país. Silva (2007)

² Administrativamente, o Estado do Rio de Janeiro é dividido em oito regiões: Região Metropolitana, Região Norte Fluminense, Região Noroeste Fluminense, Região da Costa Verde, Região Centro- Sul Fluminense, Região Serrana, Região Baixadas Litorâneas e Região do Médio Paraíba.

³ Resultado da Reforma Passos, quando o Rio sofreu transformações radicais devido a construções de amplas vias de tráfego rodoviário e, conseqüentemente, desapropriação de cômodos e cortiços.

ainda afirma que tal problema se intensificou à medida que o Estado não agiu favoravelmente a esse processo com o fornecimento de serviços públicos de qualidade, principalmente ao equipamentos que tangia à infraestrutura básica.

Ilustração II: Localização e composição da Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Território de Leituras (2013)⁴

Simultaneamente a este crescimento demográfico estrondoso, perde-se a vocação econômica para a agricultura. É o momento de transição para uma região industrializada que conseqüentemente gerou a existência de uma interdependência ainda mais próxima com a metrópole do Estado, que interferiu fortemente na vida social. Tais fatos foram ainda mais acirrados com a realidade de que as condições geobiofísicas não foram avaliadas durante o processo de ampliação da cidade de forma desordenada, e voltou-se o olhar e as buscas por especulação imobiliária. Sem o controle do Estado também quanto a este viés, a ocupação das terras foram seguindo a lógica do mercado e da violência. Silva (2007, p.51) demonstra que os moradores da Baixada apresentam historicamente desde essa época a arte de criar táticas para amenizar os efeitos nocivos da ausência das ações sociais por parte do Estado.

Todavia, não se pode negligenciar que, atualmente, as atividades agrícolas começaram a reaparecer na Baixada como método de resistência à urbanização desordenada e de manutenção às antigas memórias. Um tipo de agricultura urbana que ocorre e é desenvolvida em áreas intraurbanas. Entretanto, o fato de diversos alimentos serem produzidos na Baixada, ainda não os deu a visibilidade necessária para impedir que muito comerciantes locais em geral ainda recorram às Centrais de Abastecimento e

⁴ I Colóquio para construção de espaços de leitura na Baixada fluminense. Disponível em <<http://geterritoriosdeleituras.blogspot.com.br/>>. Acesso em 13 agosto 2013

Comercialização de produtos da hortifruticultura (CEASA) para efetuar suas compras. Ao mesmo tempo, parte dessas produções é destinada ao CEASA, como afirma Arruda (2011) ao declarar que na cidade de Nova Iguaçu na Via Light (principal via de acesso da cidade), existem propriedades que chegam a ocupar uma área de 23.200m² (Ilustração III) ao longo da via e que fornecem seus produtos diretamente para o CEASA. Tal realidade acaba elevando o valor dos produtos, gerando um círculo vicioso, já que os produtores da Baixada exportam para o CEASA e os comerciantes dessa mesma região vão até estes centros de comercialização para comprar.

Ilustração III: Hortas Urbanas Comerciais ao longo da Via Light



Fonte: Arruda (2011, p.40)

Tais realidades nos impedem de negar que o processo de formação e ocupação da Baixada Fluminense traz em si um histórico voltado para uma face social e ideológica. “Os usos diferenciados do território da RMRJ demonstram que esses espaços, intra ou inter municipais, se construíram de forma desigual, contraditória e segregadora sendo produto direto da desigualdade social inerente a sociedade hierarquizada e dividida em classes” (OLIVEIRA, 2005, p.04). Esta realidade é utilizada como proposição de análise nesta primeira parte da seção acerca da Baixada quanto à visão de que o espaço social é um local de conflito, disputa entre os que querem manter uma estrutura e os que querem modificá-la. A tese weberiana da ética protestante e do espírito do capitalismo é elucidativa a este respeito ao mostrar que as representações sociais da época davam sentido ao que a exploração econômica produzia na estrutura social. Complementando o assunto lembramos de Bourdieu (1999), que defende que os lugares no espaço social são determinados pela distribuição de capital (econômico, social e simbólico), que expressa as relações de dominação entre as classes na sociedade.

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distancias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas (BOURDIEU, 1999, p.160).

Conclui-se então que não se pode separar indivíduo de sociedade, olhar o contexto em que se está inserido é fundamental para não fugir da dinâmica da realidade, já que a sociedade é composta por regras das quais o indivíduo não pode fugir. Ou seja, o espaço é relacional e está intimamente ligado à noção de poder (ainda que a partir de uma distribuição desigual), onde “as posições sociais já estão objetivamente estruturadas” (BOURDIEU, 1998), um espaço onde se estabelecem lutas concorrenciais entre atores de acordo com os interesses de cada um, destacando dois pólos opostos: os dominados e os dominantes.

Conseguimos assim notar, que como diz Ribeiro (2004), os efeitos da segregação urbana não se limitam a serem sentidos apenas no aspecto geográfico, mas atinge dimensões mais profundas, capazes de institucionalizar a inferioridade social e reproduzir desigualdades no que se refere à distribuição do poder social. Tais fatos revelam que Bourdieu tinha razão ao dizer que “[...]Os estratos sociais se distinguem não só por sua posição na estrutura da produção, mas também pela maneira como as pessoas usam bens materiais e simbólicos de uma sociedade, de acordo com o acesso a esse bens” (BOURDIEU, 1989, p.145 *apud* GRILLO, 2005).

Nova Iguaçu

Nova Iguaçu faz parte da Baixada Fluminense e está situada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)⁵, a 29,6 Km do Município do Rio de Janeiro, núcleo metropolitano e capital do Estado. Com uma área de 520,5 km² (PMNI, 2004), o maior município em extensão da Baixada Fluminense⁶, em virtude de seu posicionamento

⁵ A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi criada pela Lei Complementar federal nº 020, de 1º de julho de 1974, após a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Possui uma área de 4.686,5Km², o equivalente a 13% da área total do Estado.

⁶ Entende-se aqui por Baixada Fluminense a região que abrange os municípios de Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, São João do Meriti, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim - que, juntamente com as cidades do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo, formam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

geográfico, a cidade desempenha o papel de centro de negócios e de comércio para os municípios vizinhos, situados a oeste da Baía de Guanabara (NIMA, 2010, p.92).

Segundo documentos da Prefeitura de Nova Iguaçu, o histórico de ocupação desse município pode ser desmembrado em duas etapas diferentes, consequência de dois períodos economicamente distintos. A primeira está abarcada entre o período colonial e meados do século XX, fase em que preponderou a parcimônia agrícola do município. A etapa seguinte iniciou-se na segunda metade do século passado, momento em que “a cidade passou a atuar como extensão da metrópole, abrigando grandes contingentes populacionais e assumindo características eminentemente urbanas” (PMNI, 2004), e se prolonga até os dias de hoje.

Essa segunda fase do município foi marcada pela expansão industrial, crescente até os anos 80 quando começou a reduzir devido à própria dinâmica econômica fluminense. “A prefeitura reafirmou ao longo dos anos, a mesma política de investimentos seletivos que motivou as emancipações da década de 1940”, que levaram à autonomia de Duque de Caxias em 1943, Nilópolis e São João de Meriti, ambas em 1947 (MAIA & RODRIGUES, 2009, p. 3857). Tais fatos não apenas afetaram na questão demográfica, como também na econômica, pois além da redução de impostos, juntamente com desmembramento do município, Duque de Caxias leva consigo a sede da FNM – Fábrica Nacional de Motores – e, posteriormente, a sede da Refinaria de Duque de Caxias da Petrobrás.

A conjuntura político-econômica daquele momento gerou nos moradores dos distritos um sentimento de abandono e descontentamento para com o município-sede. Isto se deu de tal forma que os mesmos passaram a examinar o fato de colaborarem significativamente com a formação da receita municipal, e receberem de forma ínfima a reciprocidade da municipalidade em termos de bens e serviços públicos. (MAIA & RODRIGUES, 2009) Assim, os novos “contingentes emancipatórios” se reiniciaram a partir de 1983, com a relativa democracia explicitada nas eleições diretas para governadores e prefeitos. Mas apesar de recomeçadas as tentativas de emancipação no início da década de 80, apenas nos anos 1990 é que os novos municípios foram instituídos, sendo eles: Belford Roxo (para quem Nova Iguaçu perde parte de seu parque industrial, com a saída da Bayer em 1990), Queimados também em 1990, Japeri em 1991 e, por fim, Mesquita em 1999. A saída desses municípios fragmentou o território iguaçuano, diminuindo sua extensão territorial como se nota na ilustração IV.

Tais características mostram a semelhança de outros quadros emancipatórios que ocorreram a nível nacional. Tendo em vista que o processo de emancipações municipais no Brasil iniciou-se na década de 30, com intensificação até os anos 60, passando por um

processo de restrição durante o período de governo militar. Tal perspectiva muda com o término do regime supracitado, ganhando notoriedade e intensificação no final da década de 1980 e estendendo-se até os anos 2000, já que pós Constituição Federal de 1988, os “municípios passam a serem considerados entes federativos e a desempenhar um papel mais relevante na administração pública brasileira. [Tal Constituição] atribuiu aos municípios competências tributárias próprias e participações no produto da arrecadação de impostos da União e dos estados.” (MAGALHÃES, 2008, p.13)

Ilustração IV - Mapa de Emancipações ocorridas em NI

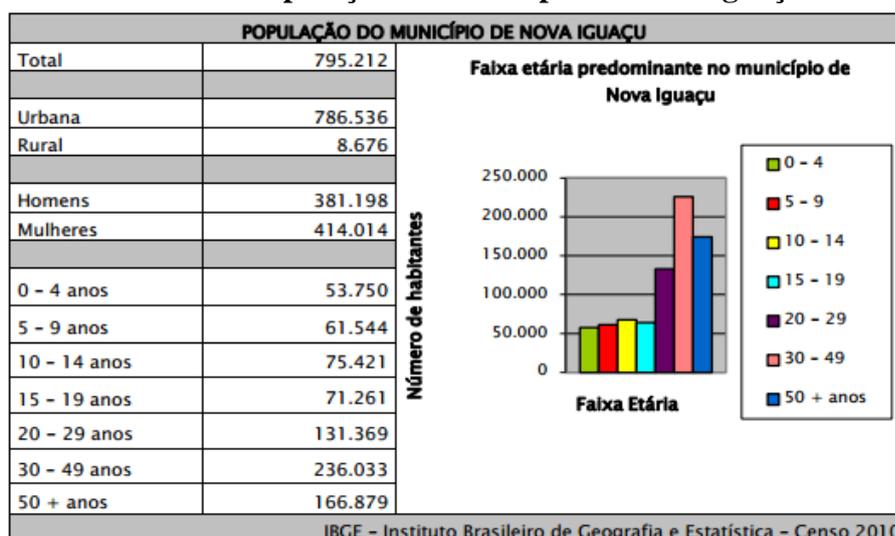


Fonte: PMNI (2004, p.15)

Dado estes fatos, torna-se compreensível que entre as décadas de 1950 e 1960, Nova Iguaçu tenha se expandido consideravelmente quanto ao seu contingente populacional, alcançando uma taxa geométrica anual de crescimento de 9,5% que apesar de sofrer uma queda para 7,3% a partir da década seguinte, permaneceu ainda sendo a maior da região metropolitana do Rio de Janeiro. Apesar de ter diminuído seu território em função das várias emancipações expostas no parágrafo anterior, atualmente é o terceiro município mais populoso do Estado (IBGE, 2010), com uma população urbana de cerca de 790.000 habitantes e rural de 8.676 habitantes (como pode ser observado na Tabela I), sendo composta de maioria feminina (52%) quando comparado à masculina (48%).

Sua densidade demográfica é de 1.527,60 habitantes por km². Enquanto o Produto Interno Bruto - PIB ao ano de 2009 atingiu a casa de mais de R\$ 9,5 bilhões, sendo 77% deste montante realizado pelo setor terciário da economia composto por atividades de comércio, hotelaria, transporte, bancário, securitário, imobiliário, educacional, serviços públicos, entre outros (LEAL, 2012, p.103)

Tabela I – População do Município de Nova Iguaçu



Fonte: IBGE, 2010

Atualmente, com um número oficial de sessenta e oito bairros⁷ e uma população correspondente a cerca de 7% do total da população da Região Metropolitana do Estado, Nova Iguaçu possui cerca de 40% da área total da cidade coberta por formações vegetais. Desses 40% cobertos por formações vegetais, 32,88% correspondem à cobertura original da Mata Atlântica. Cerca de 30% está comprometido com o uso urbano e o restante corresponde à atividade agrícola (2,94%) e áreas de campo e pastagem, ou seja, as áreas onde a vegetação natural ou primitiva foi substituída pelas práticas da agricultura. Com a intensificação da urbanização, a produção de alimentos perdeu relativamente importância, e muitos agricultores passaram a conjugar a atividade agrícola com outras ocupações.

Embora o processo de metropolização seja algo significativo no Estado do Rio de Janeiro, ainda é possível notar que, distantes do local de trabalho, algumas das áreas das regiões metropolitanas, continuam sendo áreas desprovidas de infraestrutura (IPPUR, 2006), cuja população encontra-se numa situação de vulnerabilidade quanto aos problemas socioeconômicos, inclusive os de ordem alimentar e nutricional. Parando para analisar o caso Nova Iguaçu especificamente, encontramos dados do IBGE (2010) que revelam que a cidade avançou pouco nos últimos dez, apenas 0,2% quanto aos domicílios atendidos por saneamento do tipo Adequado⁸. Apesar desta realidade, dentre as cidades da Baixada Fluminense, Nova

⁷ Lei Municipal nº 4.092, de 28 de junho de 2011. A divisão política oficial da cidade leva em conta tanto características histórico-culturais dos diferentes bairros de Nova Iguaçu como fatores de ordem prática ou natural.

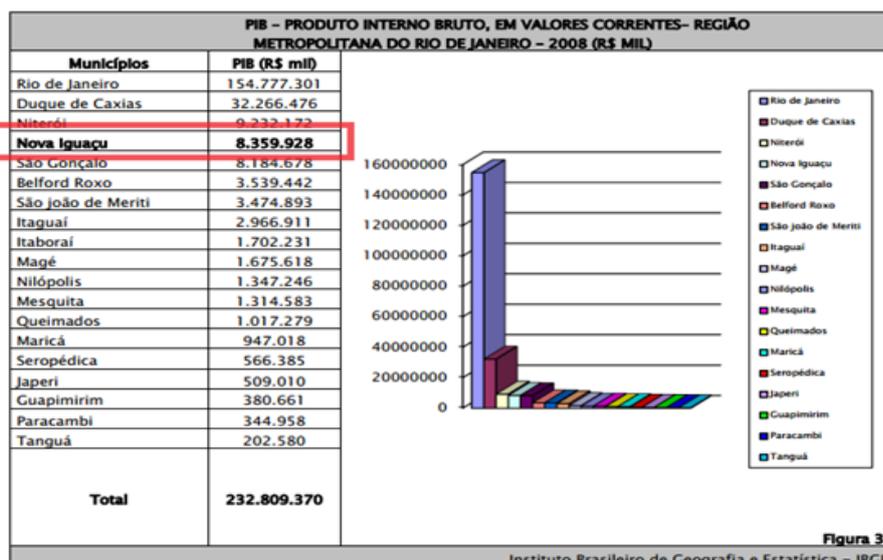
⁸ Segundo O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a categoria aqui exposta como sendo adequada corresponde aos domicílios atendidos com abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e lixo coletado diretamente ou indiretamente.

Iguaçu está em 4º lugar em relação ao maior percentual de domicílios com abastecimento considerado adequado. (LEAL, 2012)

Cabe ressaltar que é extremamente alto o percentual de pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza nesse município, perfazendo quase 13% da população, utilizando a proporção dos situados abaixo de ½ salário mínimo per capita, a proporção dos pobres é bem maior, 27% da população total, em oposição ao 4º lugar do município quanto ao PIB da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (SEBRAE, 2008) como se pode observar na Tabela II. Além disso, estima-se que o município tenha apresentado “entre 2000 e 2007 uma pequena queda do número de empregos gerados no setor industrial” (BRASIL, 2011, p.140). Esta estimativa apenas comprova os fatos declarados pela Organização Internacional do Trabalho, de que cerca de “180 milhões de habitantes urbanos dos países em desenvolvimento estão desempregados e outros 550 milhões ganham apenas o suficiente para sobreviver na economia informal” (FAO, 2012, p.08).

Uma realidade muito comum das comunidades de baixa renda dos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro é a da intercessão entre o rural e o urbano. São comunidades com seus territórios densamente ocupados, mas que tem pouca infraestrutura de saneamento, asfaltamento de ruas, iluminação e transporte público. Por outro lado, importantes referências do universo rural, como o cultivo de alimentos e a criação de animais também já não são tão comuns nestes locais. Em sua grande maioria a população adulta vive de empregos informais e tipicamente urbanos. (AS-PTA, 2011,p.01)

Tabela II - Informações socioeconômicas do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: SEBRAE, 2011

Saber que diversos bairros são marcados por ausência ou insuficiência de serviços públicos nos causa indagações mediante afirmações da Prefeitura local de que, nos últimos anos, Nova Iguaçu foi a terceira cidade do Brasil que mais recursos recebeu do governo

federal, aplicados no saneamento, na instalação de redes de água e esgoto e urbanização de quase todos os bairros da periferia (PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU, 2009 *apud* NIMA, 2010).

Há uma grande desigualdade intra-urbana (entre as Unidades Regionais de Governo –URGs – que representam a distribuição espacial das ações de gestão administrativa do município) em Nova Iguaçu, a maior distribuição de pobres e de pessoas extremamente pobres encontra-se nas URGs⁹ periféricas (onde a maioria se encaixa na classificação de bairros rurais). Essas regiões, em comparação aos bairros centrais, apresentam um alto grau de carência de serviços, bens e equipamentos urbanos, sendo bastante precárias as condições e qualidade cotidiana de vida (IPPUR, 2006).

Além destas análises, estudos como os de Favareto e Abramovay (2009) que tentam fazer uma comparação de índices entre as áreas rurais e urbanas do Brasil, (contrapondo variáveis de renda e percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza, calculadas para as áreas mínimas comparáveis – AMCs (1991-2000)), mostram como nas regiões mais urbanizadas os índices pioraram nas três vertentes (Tabela III).

Tabela III - Distribuição de Áreas Mínimas Comparáveis

Distribuição das AMCs nas categorias de definição de tipologias de desempenho

Categoria	Regiões marcadas por aglomerações urbanas		Regiões significativamente urbanas		Regiões essencialmente rurais		Total	
	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%
Melhora significativa em renda, pobreza e desigualdade	75	13,5	180	18,8	637	23,1	892	20,9
Melhora significativa em renda e pobreza	71	12,8	161	16,8	663	24,1	895	21,0
Melhora significativa em renda e desigualdade	5	0,9	2	0,2	4	0,1	11	0,3
Melhora significativa somente em renda	55	9,9	60	6,3	154	5,6	269	6,3
Melhora significativa em pobreza e desigualdade	86	15,5	177	18,5	487	17,7	750	17,6
Melhora significativa somente em pobreza	4	0,7	22	2,3	62	2,3	88	2,1
Melhora significativa somente em desigualdade	116	20,9	180	18,8	373	13,5	669	15,7
Nada melhora significativamente	144	25,9	175	18,3	374	13,6	693	16,2
Total	556	100,0	957	100,0	2.754	100,0	4.267	100,0

Fonte: Favareto e Abramovay (2009)

Tais dados acerca das discrepâncias do desenvolvimento regional do país comprovam que a realidade da desigualdade social brasileira conduz consequentemente

⁹ As URGs foram criadas para oferecer os serviços ordinários à população, descentralizando, assim, alguns serviços rotineiros realizados apenas no Centro da cidade e como estratégias de controle territorial frente ao processos de emancipações que marcaram o município de Nova Iguaçu durante as décadas de de 1980 e 1990.

parte de sua população a condição de miséria mesmo com a melhoria de alguns indicadores sociais.

A contemporaneidade do capitalismo tem evidenciado, e de maneira assustadora, as conseqüências de um processo concentrador de riquezas e de poder por um lado, e, por outro, a pobreza, o abandono social e a expansão da violência que não se restringe aos espaços classicamente denominados de urbanos. As profundas desigualdades e a intensificação e expansão dos múltiplos processos de transformação da natureza têm propiciado um crescente movimento do reconhecimento dos limites desse tipo de reprodução societal, manifestado em inúmeras matizes (MATTOS, 2010, p.104)

De acordo com Petersen (2008), é no meio rural brasileiro que se observa um dos maiores índices de desigualdade mundial causado principalmente pelas elevadíssimas taxas de pobreza. Tal fato seria explicado pelo histórico padrão de desenvolvimento que durante anos manteve “as populações mais pobres distante do acesso aos seus benefícios. São séculos de domínio de uma estrutura de poder que impede os menos favorecidos de atingir seus direitos de melhoria de qualidade de vida.”

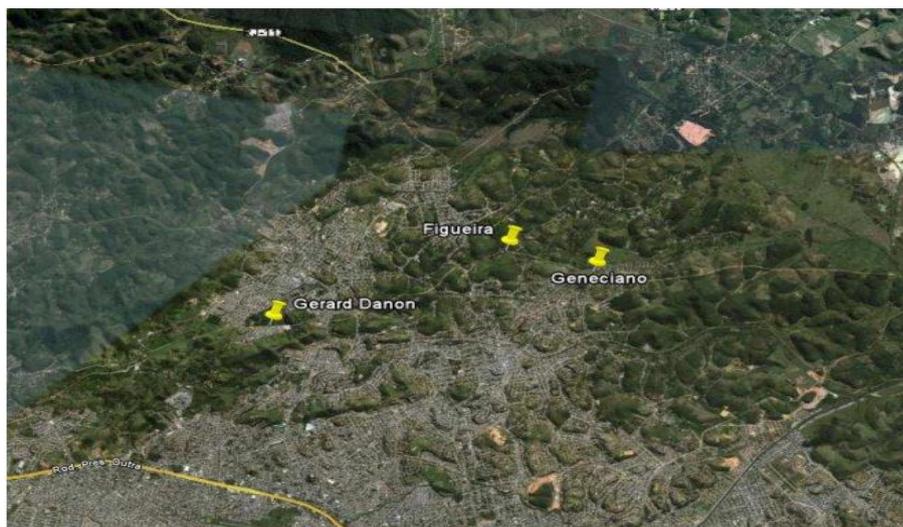
A área rural de Nova Iguaçu, de acordo com a Lei Complementar nº 16, publicada no Diário Oficial do município em 07 de outubro de 2006, é constituída, teoricamente, por 12 bairros: Jaceruba, Rio D’Ouro, Adrianópolis, Campo Alegre, Marapicu, Mutirão Marapicu, Prados Verdes, Montevideú, São Bernardino, Tinguazinho, Tinguá I e Tinguá II. Muito embora essa realidade só tenha entrado no Plano Diretor¹⁰ local em 2008, após intensa pressão realizada pelos movimentos sociais do campo, visto que tais áreas haviam sido excluídas desde 1997, fato que será melhor explicado mais adiante.

A presente dissertação englobou os integrantes da Cooperativa Univerde que desenvolvem a agricultura em hortas comunitárias localizadas em três bairros iguaçuanos (Ilustração V), que se situam à nordeste do Município de Nova Iguaçu, próximo às divisas da Reserva Biológica do Tinguá: Figueira (Zona rural em crescimento, cujos vetores de expansão urbana apontam para a faixa de dutos), Geneciano (bairro contíguo a Figueira. Ambos situados no Distrito municipal de Vila de Cava) e Gerard Danon (bairro não-oficial do município). São áreas periurbanas que apresentam aspectos rurais e onde estão localizadas as faixa de dutos, áreas cortadas pelo ORBIG (oleoduto que liga a REDUC à Baía de Ilha Grande).

¹⁰ O Plano estabelece as ações prioritárias (programas e obras) que o poder público deve implementar pelos próximos dez anos. De acordo com o Estatuto da Cidade, lei federal que regulamenta a Constituição na política de ordenamento territorial, o PDP deve ser elaborado de forma participativa para garantir a função social da propriedade e os interesses de toda população.

Como se pode observar na Ilustração V, tais bairros, ao mesmo tempo em que se encontram próximos ao aglomerado urbano do município, também estão conexos a Reserva Biológica do Tinguá. Esta realidade é tão intrigante que a própria prefeitura de Nova Iguaçu (PMNI, 2002) viu a necessidade de se criar uma área de proteção ambiental em Geneciano para que houvesse uma zona de amortecimento entre as áreas urbanas e de expansão urbana e a Rebio-Tinguá (criada pelo Decreto Federal nº 97780 de 13 de maio de 1987 e declarada Reserva da Biosfera pela UNESCO).

Ilustração V - Localização dos núcleos do PAF-Dutos em Nova Iguaçu



Fonte: Google Earth, (2006 *apud* SIQUEIRA, 2009, p.42)

Como já dito anteriormente, o fato de a área rural ter sido desconsiderada do plano diretor de Nova Iguaçu durante nove anos, levou a que elas fossem denominadas de áreas residenciais de baixa densidade pela Prefeitura Municipal, o que fez com que tal município fosse visto somente como urbano e os bairros antes rurais passassem a serem considerados “grandes vazios urbanos”, trazendo, entre outras questões, maior dificuldade para a prática de atividades rurais. Tal processo foi causado em grande parte pelos processos emancipatórios de antigos bairros iguaçuanos e, portanto, ao interesse da Prefeitura de Nova Iguaçu em “repor” a arrecadação com os impostos que diminuíram substancialmente após a organização desses novos municípios. Tendo em vista que o reconhecimento oficial das zonas rurais novamente, não foi acompanhado por investimentos públicos em infraestrutura e geração de renda e emprego para o setor (STRAUCH *et al*, 2012, p.30), conseqüentemente, nos dias atuais encontram-se nessa região abandono das atividades agrícolas, sucateamento das propriedades agrícolas e/ou descaracterização destas que foram

divididas e vendidas devido à cobrança de impostos prediais proporcionais à extensão da terra, gerando segregação socio-espacial.

Paralelamente, o rápido e desordenado processo de urbanização de Nova Iguaçu nos últimos anos tem impulsionado a expansão das áreas periféricas, que em grande parte está inserida num contexto de precariedade de infraestrutura. É a predominância de um modelo excludente de urbanização, inserido numa clara política de segregação sócio-espacial.

Assiste-se no Brasil, ao fenômeno da urbanização da pobreza [...], mas os mais elevados índices de pobreza e as situações agudas de insegurança alimentar ainda se localizam nas áreas rurais. Isto se deve, em larga medida, às precárias condições de reprodução da agricultura de base familiar e à insuficiência da renda auferida pelas famílias rurais em diferentes fontes. (COSTA & MALUF, 2001, p.18).

A partir disto o que se percebe é que a “ênfase no processo geral de urbanização em um território com elevadas taxas de urbanização e de capitalização das atividades econômicas dificulta a percepção das diferenciações internas do território” (NIMA, 2010, p.62), uma vez que há uma situação de fragilidade quanto às “fronteiras” entre urbano e rural à medida que se observa uma “urbanização” do campo. E há de se pensar que a complexidade atual das cidades supera em larga escala o limite estreito de suas “dimensões demográficas, morfológicas e econômicas” (FERREIRA, 2010, p.63).

Bairro Geneciano

O Bairro Geneciano fica no município de Nova Iguaçu e faz divisa com os bairros Grama, Miguel Couto, Iguaçu Velho, bem como com os municípios de Belford Roxo e Duque de Caxias. Numa questão administrativa, Geneciano está localizado na URG Miguel Couto, sendo o maior bairro dessa região, possuindo um total de 10.5381 Km² (PMNI, 2004) e uma população de cerca de 7423 habitantes, conforme tabela IV.

O Bairro Geneciano também é caracterizado pelo alongamento da mancha urbana, que não vem acompanhada por uma rede de comunicação que permita as pessoas residentes nas URGs e bairros mais distantes terem suas necessidades atendidas, fazendo com que haja um deslocamento principalmente para o “Centro” do município.

Esse aumento da mancha urbana no bairro tem sido tão intenso que em 2002, a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu criou a Área de Proteção Ambiental do Geneciano pelo Decreto No 6.493 de 06 de junho de 2002. Tal APA teria como objetivo a preservação do conjunto natural e paisagístico local, com ênfase para as necessidades de proteção e preservação do conjunto florestado e na qualidade das águas e mananciais que formam a

Bacia do Rio D'ouro e a cabeceira do Rio Iguaçu, considerando-os como essenciais à população local e capaz de promovê-las social e economicamente (PMNI, 2002).

Bairro Figueira

Próximo a Vila de Cava e pertencente a URG que recebe este nome, o bairro Figueiras é o único que oficialmente está localizado na Zona Rural de Nova Iguaçu, fazendo divisa com os bairros Iguaçu Velho, Rancho Fundo, Parque Ambaí e Grama. Boa parte das hortas comunitárias que estão localizadas neste bairro já foram desativadas devido ao projeto da Rodovia Arco Metropolitano que passará na área, vista pelo Plano Diretor do município como área semiurbanizada (BRASIL, 2011). Os números oficiais deste bairro também podem ser observados na tabela IV.

“Bairro” Gerard Danon

Cerca de 10 km distante dos outros dois locais onde foram implantadas as hortas comunitárias da PAF-Dutos, atualmente administradas pela Univerde por concessão da Petrobrás, Gerard Danon situa-se no Distrito de Miguel Couto.

As comunidades [onde passavam os dutos e que foram escolhidas para a implantação do PAF-Duto], em diferentes graus, compartilham uma condição híbrida de inserção em dinâmicas urbanas e industriais da região metropolitana, mas preservando uma paisagem ainda rural, com a permanência de estabelecimentos agrícolas, chácaras de recreio e áreas de mata preservada. Além disso, compartilham também um baixo IDH e problemas com coleta de lixo, ocupações irregulares, falta de saneamento e carências dos serviços de saúde, educação e assistência social (BALTHAZAR, 2011, p.05)

É importante esclarecer que os dados expostos na tabela IV foram fornecidos pela Prefeitura de Nova Iguaçu, de acordo com os bairros definidos na Lei N° 2.952, de 17 de dezembro de 1998 e delimitados no Decreto N° 6.083, de 12 de janeiro de 2009, onde não se encontra o Bairro Gerard Danon legalmente reconhecido. Segundo a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, apesar do retorno dos bairros rurais ter sido sancionado pela Lei Complementar n° 16, publicada no Diário Oficial do município em 07 de outubro de 2006 e da Lei Municipal n° 4.092¹¹, de 28 de junho de 2011 ter reconfigurado a divisão

¹¹ Lei Municipal que instituiu o Plano Diretor Participativo e o Sistema de Gestão Integrada e Participativa da Cidade de Nova Iguaçu, que por sua vez continua administrativamente dividida em URGs e bairros .

administrativa da cidade, Gerard Danon não foi contemplado em nenhuma de ambas as Leis e, por isso, continuou sendo visto pelo município como um sub-bairro¹² do mesmo.

Tabela IV - Bairros Figueira e Geneciano em números

ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	BAIRROS	POPULAÇÃO	Nº DE DOMICÍLIOS	ÁREA (Km2)	DENSIDADE Hab/Km2
SETOR DE PLANEJAMENTO INTEGRADO DO NOROESTE	Vila de Cava	13.158	4.702	3,2257	4079,11
	Santa Rita	22.587	7.141	4,8337	4672,80
	Rancho Fundo	6.003	2.073	2,5034	2397,93
	Figueiras	2.397	877	1,2278	1952,27
	Iguaçu Velho	5.988	2.188	16,6275	360,12
	Corumbá	12.902	5.006	2,4686	5226,44
	URG V. DE CAVA	63.035	18.010	30.8867	-

ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	BAIRROS	POPULAÇÃO	Nº DE DOMICÍLIOS	ÁREA (Km2)	DENSIDADE Hab/Km2
SETOR DE PLANEJAMENTO INTEGRADO DO NOROESTE	Miguel Couto	18.626	8.219	2,1905	8503,08
	Boa Esperança	5.207	1.806	0,762	6833,33
	Parque Ambai	10.317	2.747	1,6962	6082,40
	Gramma	9.299	3.052	1,5008	6196,02
	Geneciano	7.423	2.569	10,5381	704,39
		URG M. COUTO	50.872	14.534	16.6876

Fonte: PMNI (2004, p.37)

1.2 O ESPAÇO DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NA BAIXADA FLUMINENSE

Segundo informações fornecidas pelo IBGE (2010), a migração de pessoas para as áreas urbanas do Brasil, gerou um aumento significativo no grau de urbanização do país. Rio de Janeiro, em primeiro lugar nesse *ranking*, possui o maior percentual de população vivendo em área urbana, em torno de 96,7%. Desses, cerca de 73,2% estão reunidos na região metropolitana. Tais dados demonstram uma realidade de esvaziamento do meio rural. Seriam estes sinais de que a agricultura tem perdido sua importância?

Diante desta análise, cabe ressaltar que nos últimos anos houve um aprofundamento de pesquisas na busca de alternativas que pudessem fortalecer e viabilizar a competitividade e qualidade da agricultura familiar, em especial no que tange a produtos ecológicos (MENDES & MIRANDA, 2012). Seria conforme Velho (1969), ao refletir sobre as palavras de Weber, quando pressupõe que “não existe uma sociedade rural separada da comunidade urbana, no presente, em grande parte do mundo”.

No que concerne a AUP, Bicalho (1992 *apud* MARISCAL, 2009, p.02) mostra que para se compreender como a agricultura resiste na cidade, mesmo diante do intenso

¹² Atualmente em NI, há inúmeros loteamentos considerados *bairros não-oficiais* ou *sub-bairros*, pois não estão relacionados na legislação atual. Estes são assim considerados por suas características peculiares, que conferem status de localização espacial.

processo de metropolização, “é preciso entender a agricultura como parte de um dinâmico processo de contínua mudança sócio-espacial, gerado por uma situação de áreas por usos rurais e urbanos”. Isto dentro de uma lógica, que segundo Tivelli (2011), relaciona a agricultura periurbana à economia urbana e o meio ambiente das cidades, interagindo de modo a exercer um importante papel no sistema de abastecimento de alimentos no meio urbano, articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades.

Cerca de “75% das atividades de AUP são desenvolvidas nas capitais da regiões metropolitanas do país” (IPES/RUAF, 2007, p.15). Fato no mínimo instigante e revelador acerca das características das práticas de AUP no Brasil, visto que de um modo geral as capitais são verdadeiros núcleos urbano, com grandes contingentes populacionais e, conseqüentemente, escassez de solo.

Dada esta perspectiva, não se pode negar a persistência da prática da agricultura em área urbana em alguns lugares da região metropolitana do Rio de Janeiro. Tal realidade significa que existem muitas possibilidades de que tais práticas possam consolidar-se como atividades permanentes e multi funcionais na escala local, principalmente porque para boa parte dessas pessoas que exercem a atividade em zonas urbanas, mantêm hábitos e práticas culturais que fazem parte de suas histórias de vida.

Dentre as iniciativas de AUP que são praticadas na Baixada Fluminense, estão aquelas que aproveitam pequenos espaços disponíveis na própria residência – quintal – como forma de reduzir gastos com a alimentação ao mesmo tempo, em caso de excedentes, incrementar a renda. Outras são em faixas de dutos, como é o caso estudado nesta dissertação e ainda há aqueles que possuem espaços específicos para o plantio no entorno da cidade.

A grande maioria dos agricultores envolvidos com essas experiências na Baixada Fluminense, tem recebido o apoio da Emater-Rio/Nova Iguaçu em projetos de capacitação e aperfeiçoamento devido a necessidade de se criar meios para fortalecer a cadeia produtiva e promover ações específicas de fomento à produção, comercialização e consumo. Alguns desses projetos são expostos a seguir.

Escolinha de Agroecologia

Nova Iguaçu já foi um dos principais portos de escoamento de mercadorias durante o Ciclo do Café (RODRIGUES, 2006). Apesar de ter tido um processo de formação econômica intimamente relacionada à agricultura, tendo sido conhecida até mesmo como a

“Terra dos Laranjais”, durante os últimos anos poucos índices de sua economia estiveram voltados para o setor agrônomo, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas por município – CNAE¹³. Apesar disto, ainda existe um movimento de resistência quanto a total extinção das práticas agrícolas desenvolvidas no município, principalmente no que tange a comercialização dessas produções em um sistema de Economia Solidária (ES) conhecido como Feirinha da Roça (que será melhor explicado a seguir) e no próprio Fórum Municipal de ES.

Todavia, as pesquisas estabelecidas para esta dissertação revelaram que Nova Iguaçu não possui um sistema de microcrédito solidário popular, o que conseqüentemente dificulta a busca por crédito dos empreendimentos solidários. Além disso, o desenvolvimento de ES no município não conta com a participação e atuação da prefeitura. Cujo processo de desenvolvimento foi através da atuação de Instituições Religiosas e ONGs.

Indo de encontro a esta dura realidade, torna-se necessário dizer que segundo dados da Emater-Rio/Nova Iguaçu, que atende não apenas este município como também a demanda dos que fazem fronteira a ele (Mesquita, Nilópolis, Queimados, Belford Roxo e Japeri), por uma iniciativa da Comissão Pastoral da Terra com auxílio e coordenação conjunta da própria Emater¹⁴ e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu, uma atividade tem sido incentivada e praticada desde 2007, chamada “Escolinha de Agroecologia” em busca da sustentabilidade na preservação da qualidade do solo e das fontes de água, fazendo da agroecologia¹⁵ uma nova alternativa de trabalho e renda para a agricultura familiar, através da não utilização de fertilizantes e agrotóxicos. Com o intuito de ser um espaço de educação não formal, tal iniciativa tem demonstrado ser de suma importância no que se refere ao processo de transição agroecológica na região, já que não se pode negar a necessidade de fazer uma abordagem interdisciplinar no que tange aos debates em torno da AUP.

¹³ A CNAE-Fiscal é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país.

¹⁴ A Emater-Rio/Nova Iguaçu tem como função colaborar com os órgãos competentes no âmbito municipal na formalização e execução de programas e projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural

¹⁵ A agroecologia é uma vertente agrônômica que engloba técnicas ecológicas de cultivo com sustentabilidade social. “É entendida como um enfoque destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento e de agricultura convencional para estilos de desenvolvimento e de agriculturas mais sustentáveis” (CAPORAL & COSTABEBER, 2004, p. 11), onde as variáveis sociais de cada localidade onde é desenvolvida a produção agrícola ocupam uma dimensão muito relevante.

Sendo coordenado pedagogicamente pela Emater-Rio/Nova Iguaçu e com carga horária de 120 horas, a Escolinha de Agroecologia é desenvolvida a partir de aulas quinzenais que vão de março a dezembro, formando uma turma a cada trimestre e, portanto duas ao ano (como se pode observar no Anexo I – cronograma do 2º semestre de 2012), numa combinação de aulas teóricas (com aportes digitais como vídeos e apresentações) e práticas, com demonstrações de método e excursões (MENDES, 2012). Além disso, os alunos também recebem visitas técnicas da Emater-Rio em seus estabelecimentos a fim de serem orientados quanto a maneiras de melhorar o cultivo, a distribuição e a comercialização dos seus produtos desenvolvidos com práticas ecológicas.

“Embora a população urbana pobre, em particular os que chegam das zonas rurais, pratique a horticultura há muito tempo como meio de subsistência e estratégia de sobrevivência, em muitos países este setor é em grande parte informal e usualmente precário.” (FAO, 2012, p. 03). Indo na contramão da observação feita pela FAO, a Escolinha de Agroecologia trabalha na busca por fornecer aos agricultores familiares, estudantes de ciências agrárias e agentes de Pastoral da Terra processos que podem ser aplicados dentro de um sistema de produção. Auxiliando na formação de agricultores, é um espaço de formação e trocas entre os mesmos e entre estes e técnicos de instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, promovendo a troca de informações entre diversos atores, disponibilizando conteúdo e colocando em contato com os mesmos experiências de boas práticas de AUP. Entre os instrutores há técnicos da EMATER-RIO, pesquisadores da EMBRAPA Agroecologia e da PESAGRO-RIO, da FIPERJ, do Instituto Logus (MG), da UFRRJ e também produtores rurais (CMNI/EMATER-Rio,2010). Todos desenvolvem ações de caráter educacional promovendo a transmissão de conhecimentos, o desenvolvimento de competências e técnicas adaptadas às necessidades e recursos.

Estando em prática desde o ano de 2007, a Escolinha de Agroecologia tem se mostrado extremamente válida, capacitando alunos provenientes dos municípios de Nova Iguaçu, Queimados, Japeri, Mesquita e Belford Roxo, representando 15 diferentes comunidades rurais. Em 2009, recebeu o prêmio Baixada concedido pelo Fórum Cultural da Baixada Fluminense e em 2010, auferiu o Prêmio Crea-RJ de Meio Ambiente. Com o passar do anos, a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu expandiu sua rede de parceiros que hoje são: MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), EMBRAPA, UFRRJ, Cáritas Brasileira, AS-PTA e Comunidade Empenho e Serviço Voluntário - CISV, além do apoio da Igreja Nossa Senhora de Fátima e São Jorge em Nova Iguaçu, onde são

ministradas as aulas teóricas (CMNI/EMATER-Rio,2010), mostrando um reforço quanto ao capital humano e social nesta área temática.

A abrangência da experiência pode ser constatada pela quantidade de comunidades envolvidas e pelo número elevado e constante de alunos inscritos – com uma participação ininterrupta e bastante equilibrada de homens e mulheres. Garante-se, assim, a formação de multiplicadores, aumentando seu impacto e amadurecendo o processo de transição agroecológica ora em curso na região [...] A presença de pessoas de tantas comunidades rurais está provocando não só a troca de saberes agroecológicos, como também a troca de experiências sobre associativismo e participação em conselhos municipais. Além disso, os educandos estão se apropriando de uma visão de território enquanto espaço de fortalecimento das relações e articulação política (STRAUCH *et al*, 2012, p.31).

Tal projeto gerou tantos benefícios que hoje já são mais de 250 alunos formados de oito municípios da região metropolitana, entre agricultores, estudantes e ambientalistas (STRAUCH *et al*, 2012, p.31), além de ter permitido um resgate positivo em termos de autoestima e identidade rural dos agricultores da região, afirmou funcionário da Emater-Rio/Nova Iguaçu. Inclusive, parte desse contingente, comercializa seus produtos na Feira da Roça de Nova Iguaçu e mais recentemente nas de Queimados e Magé.

Iniciativas como esta, voltadas para um fundo agroecológico (“abordagem fundamentada no conhecimento tradicional local da agricultura, aliada a conhecimentos e métodos ecológicos modernos que possibilitam o desenvolvimento histórico das atividades agrícolas de uma região” (THEODORO *et al*. 2009 *apud* ROSAN 2011, p.06), comprovam que a AUP ajuda a emancipar os setores pobres da população urbana, fortalecendo sua segurança alimentar e nutricional. Além de demonstrar que tal atividade auxilia na criação de cidadãos que podem enfrentar melhor os desafios sociais e ambientais.

Feira da Roça

Nos últimos anos, o Brasil tem experimentado mudanças quanto ao nível de exigência de sua população. Trazendo isto para a questão agrícola, observa-se que muitos consumidores têm aprendido a buscar produtos distintos, mais artesanais, orgânico e sem o uso de substâncias químicas. Tal realidade tem influenciado na abertura de canais de comercialização para a agricultura familiar ecológica. Dentro desse contexto, as feiras aparecem como ótimos espaços de visibilidade e valorização dessa agricultura, ao mesmo tempo em que assumem o papel de também serem alternativas de renda para os agricultores (AS-PTA, 2011).

Segundo Pierre e Valente (2010) “pequenos produtores isolados dificilmente são capazes de realizar transações comerciais rentáveis”. Para que os produtos provindos da agricultura familiar cheguem mais facilmente à mesa do consumidor e para que os agricultores sejam mais estimados e vivam com maior dignidade, é preciso estar inserido num contexto no qual possa haver organização e espaços de decisão onde haja interação dentro da proposta agroecológica.

[...] as feiras [...] estas são fundamentais nas estratégias familiares. Com dimensões variadas de tamanho, inserção e resultados, a feira semanal é um espaço dinâmico de comercialização, geração de renda e abastecimento. É também, sem dúvida, um espaço privilegiado para a criação de políticas públicas de apoio às famílias agricultoras (RIBEIRO *et al.*, 2003, p. 3).

Foi nesta perspectiva que após muitas dificuldades e pressão sobre os órgãos públicos que agricultores da Baixada Fluminense, apoiados pela Emater e pela Comissão Pastoral da Terra, conquistaram um espaço para comercializar seus produtos, “como forma de restabelecer relações personalizadas com os consumidores, de revalorizar seus modos de produção e de lutar pelo reconhecimento da agricultura nos municípios predominantemente urbanos” (STRAUCH *et al*, 2012, p.32). Trata-se da Feira da Roça, local de caráter cultural e agroecológico, que acontece semanalmente na Praça Rui Barbosa no centro do município de Nova Iguaçu, onde agricultores familiares comercializam diretamente seus produtos.

Ilustrações VI e VII – Nova localização da Feira da Roça em 2006 - praça Rui Barbosa



Fonte: Acervo online da Emater-Rio/Nova Iguaçu, 2006

O projeto começou em 2004 com o nome de Mercado do Produtor Rural, localizada num galpão cedido pela prefeitura sem tanta visibilidade para comercialização dos produtos dos agricultores. Em 2006, a prefeitura os realocou de um prédio para o local atual no centro comercial da cidade. Com o avanço passou a chamar-se Feira da Roça e hoje, se trata de algo mais organizado que já conta com uma associação de feirantes (com personalidade

jurídica para representar o grupo de agricultores), além do Fórum de Cooperativismo Popular de Nova Iguaçu, da Emater e da Prefeitura do município, que monta as barracas e realiza o transporte das mesmas.

Recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS) e da Petrobras, por meio de dois projetos com ações de fomento, formação de agricultores, comunicação/identidade visual e de assistência técnica e extensão rural (Ater) estimulou os agricultores. Pois, dessa forma, para Nova Iguaçu, foram adquiridas barracas de feira, balanças eletrônicas e um caminhão de quatro toneladas para transporte da produção. Também foram disponibilizados materiais para a realização de cursos de gestão de empreendimentos econômicos solidários e de formação em Agroecologia, além de serviços para a criação de uma identidade visual da associação. (STRAUCH, MENDONÇA & ROSA, 2012, p.33)

Proporcionando relações de proximidade entre as pessoas e fortalecendo laços, tal iniciativa que conta também com a participação do movimento da economia solidária, tem cerca de 44 famílias com participantes fixos, agricultores das comunidades de Marapicu, Campo Alegre, Fazenda São Bernardino, Jaceruba, Geneciano, entre outras. “A riqueza e variedade de produtos vendidos na feiras é um indicativo do perfil diverso da agricultura familiar periurbana, mas também da preocupação desses agricultores em atender de forma organizada a demanda dos consumidores” (AS-PTA, 2012).

Ratificando tentativas de atingir mercados por meio de uma maior proximidade com o público consumidor - indo na contramão das grandes redes varejistas -, os circuitos curtos de comercialização estão assumindo papéis importantes de negociação, à medida que se mostram como ferramentas eficazes para recuperação da confiança entre consumidores e agricultores na busca por uma dieta rica em produtos naturais e frescos, com menores níveis de agrotóxicos e de procedência conhecida. Segundo Schmitt (2011), o fato de novos circuitos de comercialização direta estarem sendo formados reflete quadros que vêm se desenrolando na América do Norte, onde o número de feiras sem intermediários aumentou 300% em 15 anos.

Como espaço de socialização e resgate cultural, as Feiras acabam por gerar um ambiente de ação pública, pois se tornam locais de encontro e articulação política, onde se reproduz identidades, afirma Ribeiro *et al* (2003). Seria este o principal motivo desses circuitos curtos de comercialização exercerem tão grande potencial para ações coletivas. Fato comprovado nas próprias Feira da Roça, pois afirma Strauch *et al* (2012) que as feiras se tornaram espaço de articulação, intercâmbio de saberes e reafirmação cultural, além de assumirem o papel de expressão da diversidade agrícola local

Tendo sido algo de grande relevância para os agricultores de Nova Iguaçu, a Feira da Roça foi expandida também para o município de Queimados em 2010, a partir de

demandas dos agricultores debatidas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Esta começou com produtos até então vistos pelos agricultores locais como sendo não comercializáveis, que com a demanda, passou a ser produzida no município de Queimados. Como efeito multiplicador do sucesso obtido nas feiras de Nova Iguaçu e Queimados, foi criada, em junho de 2011, a Feira da Roça de Japeri, com a participação de 18 famílias de agricultores. Da mesma forma, um grupo de 46 agricultores familiares de várias comunidades de Magé inaugurou a Feira da Agricultura Familiar em julho de 2012, com o apoio da AS-PTA, do escritório local da Emater-Rio e da prefeitura municipal, sendo Magé o único município da Região Metropolitana com um distrito exclusivamente agrícola – grande produtor de alimentos para o próprio município e para grande parte das demais cidades da Região.

Todavia, durante o desenvolvimento desta dissertação, um fato antidemocrático aconteceu em relação a Feira da Roça de Nova Iguaçu. Neste espaço tão importante de troca de saberes, acesso a alimentos saudáveis e de geração de renda em que 44 famílias dividiam 27 barracas como meio de comercialização das produções dos agricultores e artesãos da região, em sua maioria providas de pequenas propriedades da cidade, houve a intervenção direta do atual prefeito do município. Este impediu por determinado período a continuação da feira que já durava seis anos e era sinal da resistência dos agricultores da Baixada Fluminense, dando total legalidade para que a Secretaria Municipal de Defesa Civil juntamente com a Ordem Urbana impedissem a manutenção do funcionamento da mesma, alegando que a Feira da Roça afetava a beleza da Praça Rui Barbosa. Segundo o movimento Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro¹⁶, o novo secretário municipal de Defesa Civil da cidade, Luiz Antunes afirmou que *“Muita coisa que foi autorizada pelo governo anterior não nos interessa renovar. Vamos ver como adequamos o projeto à realidade de Nova Iguaçu”*.

Entretanto, não podemos esquecer que o atual prefeito já geriu a cidade, tendo seu primeiro mandato em 1996 e o segundo em 2000. Este fato nos traz à memória que foi exatamente neste período em que as áreas rurais foram excluídas do Plano Diretor, o que gerou uma forte mobilização da sociedade civil que culminou com a aprovação de uma Lei Municipal pela Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu em 2006 (quando este já não estava no poder) que restabeleceu as áreas rurais e agrícolas do município. Tal situação torna-se

¹⁶ <http://agroecologiarj.org/2013/02/04/camponeses-lutam-pela-continuidade-da-feira-agroecologica-em-nova-iguacu/>

lastimável e nos traz a reflexão a respeito da contradição entre o papel da gestão urbana frente a necessidade de seus habitantes.

Outro aspecto interessante exposto pelo movimento AARJ supracitado é que em 2012, Robledo Mendes que possui licenciatura em ciências agrícolas, foi convidado para a secretaria municipal de Agricultura e Meio Ambiente para estabelecer diálogos com os pequenos agricultores de Nova Iguaçu. Ele conta que na mudança de gestão todos os cargos comissionados foram exonerados, e a secretaria extinta para virar Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agricultura, que ainda está sem secretário.

Em relação a isto e aos demais assuntos que o envolvem, criou-se uma comissão com representantes das organizações participantes da feira que fez uma Carta dos agricultores e movimentos sociais à Prefeitura de Nova Iguaçu (Anexo II), documento protocolado junto à prefeitura, sem qualquer resposta do poder público. Além disso, essa comissão também deliberou a coleta de assinaturas para pressionar a autoridade pela imediata resolução do problema (ANEXO III). Com a pressão dos agricultores, representada pela AFERNI (Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu) e com o auxílio de órgãos como a Emater-Rio Nova Iguaçu e o conselho diocesano de Nova Iguaçu, a Prefeitura Municipal respondeu positivamente a solicitação de retorno da Feira da Roça em 01 de março de 2013 (Anexo IV).

Ilustrações VIII e IX – Retorno Feira da Roça Nova Iguaçu



Fonte: Acervo online da Emater-Rio/Nova Iguaçu, 2013

1.3 PAF-DUTOS: UM PROJETO DE PLANTIO EM FAIXA DE DUTOS NA ZONA PERIURBANA DE NOVA IGUAÇU

No segundo semestre de 2003, um novo projeto político se estabelecia no país intitulado Programa Fome Zero. Concomitante a isto, algumas empresas públicas

começaram a se readequar à nova realidade do governo no que tange às questões de responsabilidade social. Neste contexto, “a Petrobras detalhou e apresentou à sociedade uma “estratégia de atuação social” quadrienal [...] que tinha, entre seus objetivos, construir convergências entre suas ações de patrocínio com metas do Programa Fome Zero do Governo Federal” (BALTHAZAR, 2011, p.74).

A Petrobras participará das políticas estruturais e emergenciais do Programa Fome Zero”; a prioridade será somar-se às ações do governo e da sociedade organizada na luta pela inclusão social e erradicação da miséria no Brasil; nas políticas estruturais, predominarão ações educativas e de geração de emprego e renda. Elas serão convergentes e buscarão promover autonomia e sustentabilidade. (PETROBRÁS, 2003)

Entre os projetos que seriam desenvolvidos dentro desta temática da empresa estava o PAF-Dutos. O Programa de Agricultura Familiar em Faixa de Dutos (PAF-Dutos) iniciou-se em 2005 e finalizou-se em 2008, numa parceria entre as organizações não governamentais Instituto Terra e a entidade ambientalista Onda Verde, financiado pela Petrobrás (Transpetro) com a intenção de ser implantado em Duque de Caxias e Nova Iguaçu (ilustração X).

Ilustração X: Municípios onde foi desenvolvido o PAF-Dutos



Fonte: Nima Puc-Rio (2010)

Segundo a versão oficial da Petrobrás, estes bairros eram ideais para a implantação de tais projetos-piloto. Mas, há também de se levar em conta que conforme entrevistas

realizadas no âmbito desta pesquisa, tais bairros foram escolhidos pelo fato de que em janeiro de 2000 um acidente provocado por uma falha no duto **PE II** da Refinaria Duque de Caxias causou um vazamento de 1,3 mil toneladas de óleo na baía de Guanabara (RJ) – anexos V e VI. Tal fato teria gerado grande repercussão por parte do Ministério Público e da mídia, o que levou a manifestações da sociedade que cobrava medidas e a empresa a investir mais em procedimentos de prevenção e remediação de acidentes.

A aprovação do projeto e a autorização da utilização da faixa de dutos para a implantação das hortas implicaram numa série de procedimentos preliminares, como o levantamento das comunidades potenciais para participarem da experiência a partir de um “Plano de Comunicação de Convivência e Co-Responsabilidade das Comunidades do Entorno da Faixa de Dutos”, elaborado pela Petrobras, e que continha um levantamento sistematizado dos “conflitos na malha de dutos”⁷ de todo o país, inclusive nas três comunidades que se tornaram palco da experiência. Esse Plano de Comunicação, por sua vez, foi resultado de um “Diagnóstico Situacional da Malha de Dutos”, um levantamento das áreas consideradas “de risco” na malha de dutos do país, incluindo áreas da baixada fluminense, identificando aquelas enquadradas como “problemas” a serem resolvidos através de ações como a de implantação de hortas em faixa de dutos (BALTHAZAR, 2011, p.17).

Assim sendo, a escolha dos bairros faz referência ao que, a partir das novas estratégias de gestão de riscos, passou a ser chamado de "área de risco". Isto está inteiramente ligado à política do "desocupar ocupando" adotada no plano de comunicação e co-responsabilidade da Petrobrás. Desta maneira, a escolha dos locais de implantação para o PAF-Dutos foi feita com base nos riscos que os usos sociais do território geravam para a integridade dos equipamentos.

Tal projeto, ainda que indiretamente tenha contribuído para melhorar a qualidade de vida dos moradores, teve como principal objetivo ser uma estratégia de controle de território, reduzindo as ocupações ilegais nas faixas de dutos e, conseqüentemente, amortizando custos de manutenção nas mesmas. Fica, portanto, explícito que o projeto apresentou um caráter unilateral e dúbio, tendo sido um evento ocasional para resolver ineficiências, já que surgiu como uma política da empresa e não como uma necessidade das comunidades envolvidas, uma vez que as mesmas não foram previamente ouvidas. Esta realidade posteriormente acaba influenciando na descontinuidade das práticas agrícolas, como é melhor explicado mais adiante, ainda neste trabalho.

Na madrugada de 18 de janeiro de 2000, a Transpetro foi surpreendida por um grave acidente na Baía de Guanabara - Rio de Janeiro, o duto PE-II que transportava óleo combustível entre a Ilha D'água e Refinaria Duque de Caxias (REDUC), flambou, rompendo-se e acarretando em um vazamento de 1.293 m³ que afetou toda a Baía. Este duto era aquecido para tornar o óleo menos viscoso, e enterrado no fundo da Baía; ao longo do tempo ocorreu erosão deste fundo e parte do duto ficou solto. A repercussão

deste acidente foi imediata, abalando todo o Brasil e o mundo, atingindo fortemente a imagem da Petrobras. (PUC-RIO, 2002, p. 53)

Seguindo na lógica do projeto, o trabalho para a preparação do plano de implantação demandou a análise de indicadores sociais e condições geomorfológicas das faixas de dutos que cortam comunidades da baixada fluminense. Balthazar (2011) afirma que tais análises foram respaldadas no acesso a dados georeferenciados das áreas, situação fundiária, levantamento da declividade (áreas com mais de 5% de declividade eram consideradas inadequadas) e extensão contínua de área útil (considerando o objetivo de trabalhar uma área total de 5 km de faixa de dutos), além de visitas presenciais. Uma vez definidas algumas áreas potencialmente ideais, as áreas próprias da Petrobras e as áreas cedidas como servidão de passagem foram mapeadas. Além disso, fez-se um estudo detalhado de solo e de disponibilidade de água para irrigação.

O próximo passo foi basear o projeto na construção de uma metodologia, que fosse facilmente replicável em outras áreas do país, adaptável a outros contextos políticos, econômicos, sociais ou culturais (PETROBRAS, 2005). Foi permitida pela Transpetro a implantação de uma horta com área de aproximadamente 1000m² por lote, que compreende os vinte metros de largura da faixa por cinquenta metros de comprimento para utilização como horta. Esta área foi cercada com telas e arames e todos os lotes receberam um ponto com energia elétrica e poço semi-artesiano, afirma Siqueira (2009).

O primeiro contrato foi assinado com a Petrobrás/Transpetro em novembro de 2005, pelo qual a ONG Instituto Terra de Proteção Ambiental, (entidade executora do projeto, segundo PETROBRÁS, 2007), assumia o papel de capacitar as famílias que trabalhariam nas hortas e a Entidade Ambientalista Onda Verde disponibilizava o espaço físico de suas instalações para essa capacitação, bem como atividades de educação ambiental. Tal contrato inicialmente valia por um ano, todavia, posteriormente foi feito um aditivo de tempo até o maio de 2007. Assim, nos núcleos de Geneciano e Figueira as atividades foram iniciadas em dezembro de 2005, com a primeira colheita em julho de 2006. Em Gerard Danon teve início em novembro de 2006 e a primeira colheita em outubro de 2007.

Devido a um atraso na renovação do contrato, o projeto só foi retomado teoricamente em janeiro de 2008, embora na prática já estivesse correndo desde setembro de 2007. Este segundo contrato findou em setembro de 2008 (SIQUEIRA, 2009). Mesmo após sua finalização, até 2009, o PAF-Dutos teria permitido que 48 famílias plantassem hortaliças orgânicas sobre as faixas de dutos operados pela Petrobras Transporte S.A

(Transpetro) nos bairros de Geneciano Luz, Figueira e Gerard Danon, em Nova Iguaçu (RJ), e na comunidade Amapá, no município de Duque de Caxias.

Segundo informações da própria Petrobrás reafirmadas pelo avaliador do projeto, os critérios estabelecidos para a seleção das famílias no PAF receberam pontuação de 1 a 5, de acordo com a importância atribuída pelo grupo de trabalho. Os resultados da votação foram os seguintes:

- Vizinho da faixa (até 200 metros de distância); 5 pontos
- Ter interesse em participar das atividades e dos mutirões; 5 pontos
- Envolvimento da família; 5 pontos
- Comprometimento com a proposta do projeto; 5 pontos
- Estar em condição de pobreza e desempregado; 5 pontos
- Cota para jovens e mulheres; 3 pontos
- Ter histórico agrícola; 1 ponto
- Estar inscrito no Cadastro do Bolsa Família; 1 ponto

Não houve exigência de experiência com as práticas agrícolas e houve amplo subsídio para a integração das famílias ao projeto (bolsa para custear as despesas familiares até o início da comercialização), e para o desenvolvimento das atividades produtivas (custeio de insumos, implementos e assistência técnica) até uma sustentabilidade financeira prevista para ocorrer em 12 meses (que posteriormente foram revistos para 24 meses) (BALTHAZAR, 2011, p.163)

Durante o projeto, o trabalho foi dividido e articulado, sob a coordenação de um técnico do Instituto Terra de Preservação Ambiental, entre as equipes técnica (formada por um agrônomo e três técnicos agrícolas) e social (um mobilizador social, um comunicador social e um sociólogo) que realizavam reuniões periódicas para a leitura do contexto, informavam sobre o andamento e os encaminhamentos necessários. “Entretanto a equipe somente foi contratada próximo ao momento de execução, não participando da elaboração do projeto, que levou quase um ano para ser escrito entre a Petrobras, o Instituto Terra e Onda Verde” (SIQUEIRA, 2009, p.27).

A construção do projeto contava com a participação direta de técnicos da Petrobras e Transpetro e a interação destes com a equipe social e a equipe técnica do projeto facilitou a manutenção do *feedback* na aplicação da metodologia e comunicação mais cotidiana e contínua entre a equipe e as famílias, através de atividades de ensino que englobaram desde a organização do trabalho em grupo até os conteúdos mais técnicos de agricultura

orgânica¹⁷. “O PAF Dutos previu considerar toda cadeia de produção, desde o plantio até a comercialização, dando o suporte necessário para que as famílias pudessem se dedicar e investir seu tempo no aprendizado e efetivo plantio na faixa.” (SIQUEIRA, 2009, p.20). Todavia, como se observa na fala de Balthazar (2011), entre as estratégias utilizadas para facilitar sua inserção social e legitimar suas ações, o PAF-Dutos foi baseado na concessão de uma bolsa mensal de R\$100,00 e uma cesta básica às famílias participantes do projeto. Tal característica mostra o caráter paternalista e gerador de dependência em que o PAF-Dutos foi desenvolvido, já que medidas de transferência de renda tendem a dar uma aparente “solução” motivando pessoas a aderirem à proposta. A adesão das pessoas, por sua vez, aparece nos indicadores quantitativos de avaliação do projeto sendo um elemento, que ainda que falsamente, contribuiria para revelar o sucesso do mesmo.

Conforme informações da ONG Instituto Terra, o projeto foi capaz de gerar renda, proteção de áreas naturais e a capacitação de agricultores locais, muitos dos quais possuíam outras funções e não tinham qualquer formação quanto às técnicas agrícolas. O Programa também foi congratulado tendo recebido dois prêmios: o primeiro oferecido pela *American Society of Mechanical Engineers* em 2006 cujo evento foi realizado na cidade de Calgary, no Canadá, o *Global Pipeline Awards*¹⁸, um dos maiores na área de tecnologia ligado à indústria de petróleo do mundo; e o segundo, o Top Social 2006, da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil.

Todavia, segundo depoimento de alguns agricultores que participaram do PAF-Dutos e confirmados por Mendes (2012), “não foram ensinadas técnicas para que fossem desenvolvidos cultivos urbanos de maneira sustentável”. O projeto apresentou-se deficitário quanto a assistência técnica, visto que preferiram importar tecnologia, com pacotes orgânicos prontos, para que se alcançasse um resultado imediato. Tendo finalizado o projeto, tal questão apresentou-se inviável para as famílias visto que a falta de recursos para investimentos ainda se apresenta até os dias atuais como um fator limitante.

De acordo com dados do Instituto Terra de Preservação Ambiental e da Entidade Ambientalista Onda Verde, em fevereiro de 2007, as vinte primeiras famílias que iniciaram o cultivo já obtinham uma renda média mensal com a venda da produção. Afirma-se ainda

¹⁷ Sistema de gestão agrícola e produção de alimentos que combina práticas ambientais e elevado nível de biodiversidade. “A Agricultura orgânica é vista como substituição simples de insumos, em detrimento do redesenho dos sistemas agrícolas, e é praticada segundo a lógica organizacional da moderna agricultura convencional”. (ABREU, 2012, p. 152)

¹⁸ De um total de cinco premiações, a companhia foi reconhecida em três, sendo duas referentes ao projeto de Hortas Comunitárias, implementado pela Transpetro.

que, de acordo com o Manual Metodológico elaborado pelas duas instituições anteriormente expostas, tais famílias estariam pleiteando até aquele momento, sua inscrição no Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF), junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), com o objetivo de acessarem o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Todavia, com o fim do Projeto Plantio em Faixa de Dutos, algumas famílias desistiram da atividade por já não receberem mais as bolsas até então fornecidas pela Petrobrás aos participantes. Houve uma grande evasão principalmente na Comunidade Amapá em Duque de Caxias. Entretanto, parte das famílias iguaçuanas resolveu dar continuidade ao trabalho e fundou a Cooperativa de Agricultores Familiares de Agricultura Orgânica - UNIVERDE (instalada em Vila de Cava), formada em 2008. Esta vem experimentando o processo de autogestão, numa perspectiva de participação e troca de experiências.

O abandono da atividade por um considerável número de pessoas após o término do PAF- Dutos lembra um importante ponto de reflexão quanto ao desafio de projetos como este: a preocupação que precisa se ter para garantir a sustentabilidade dos agricultores mesmo quando se encerra a participação das instituições implementadoras. Tais tipos de projeto deveriam prever futuras parcerias com os três setores principais: poder público, empresariado e sociedade civil organizada, de modo a garantir a manutenção dessas parcerias. Afinal, não se pode negar a necessidade quanto à continuidade de assistência técnica para a condução das culturas, melhoria dos resultados, administração do ambiente comunitário, enfim, o repasse de conhecimentos indispensáveis ao desenvolvimento social e à preservação do meio ambiente. Além disso, seria fundamental ter acordos já definidos e pré-estabelecidos voltados ao escoamento da produção, principalmente quando os projetos forem desenvolvidos em locais de difícil acesso como os bairros onde foram implantadas as hortas comunitárias.

1.3.1 Univerde: Um desdobramento do PAF-Dutos

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 187 determina que a política agrícola seja planejada e executada na forma da lei, levando em conta, especialmente, o cooperativismo. Seguido por esta lógica, após o término do PAF-Dutos, foi realizado um processo de formação do grupo em associativismo e cooperativismo que durou cerca de três

meses, despertando e estimulando entre os produtores um processo de aprendizagem pela via da participação. O que foi primordial para a criação da base necessária para a fundação da Cooperativa de Agricultura Familiar e Produtos Orgânicos UNIVERDE (COOPERATIVA UNIVERDE, 2009).

Apontou-se para a articulação e organização dos produtores e de seu processo produtivo uma maneira deles mesmos enfrentarem e resolverem seus problemas, partindo da sua realidade, do seu contexto. [...] Nessa perspectiva, a participação de agricultores familiares em cooperativas constituiria uma forma de luta social (DOMINICIANO, 2007, p.807)

Tendo em vista que o trabalho em cooperativas “é uma alternativa promissora de organização para que os trabalhadores ganhem força para a produção e para conseguir melhores condições de trabalho e de vida” (DIEESE, 2012, p.08) de tal forma que as organizações cooperativas assumam o papel de importante estratégia de participação socioeconômica para seus associados. Assim, a Univerde surgiu a partir do ambiente estabelecido nas hortas comunitárias e também como produto da afinidade que se estabeleceu com este lugar, traduzindo-se numa necessidade coletiva de construção de um espaço de identidade pelo qual seus associados procuram, através de um sistema organizado, a melhoria de suas condições de vida.

Parceira da AS-PTA no Projeto Semeando Agroecologia¹⁹ (projeto de apoio e fortalecimento da agricultura familiar na região metropolitana), a cooperativa Univerde fundada por parte dos agricultores que participam do PAF-Dutos, conseguiu a concessão da Petrobrás para continuar explorando os lotes de terra já distribuídos após o término do projeto de agricultura familiar em faixa de dutos (MENDES, 2012). Atualmente, recebe assistência técnica da Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável (CEDRO), financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

A Univerde é em sua maioria formada por mulheres e gerida por elas, atualmente apenas uma pessoa do sexo masculino faz parte da diretoria. Cada produtor independente tem seu lote para produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos e adubos químicos, que inclusive recebem a certificação de orgânicos. Por estar extremamente próximos à zona urbana, a família dos cooperados são pluriativas, cujos membros possuem atividades com as hortas comunitárias enquanto outros realizam serviços informais no centro urbano.

¹⁹ Além de atuar nas Feiras da Roça e com ações em rede na região, uma das ações do projeto é o fortalecimento da Escolinha de Agroecologia. Para participar do Programa Semeando Agroecologia, (que tem o patrocínio da Petrobrás por meio do Programa Petrobrás em Desenvolvimento e Cidadania), os agricultores devem estar envolvidos em dinâmicas coletivas nas comunidades.

“O projeto tinha como meta a implantação de 100 hortas comunitárias, divididas em 05 módulos de 20 famílias. Na prática não foi possível atingir este resultado, pois em alguns núcleos não houve liberação das áreas pelos proprietários onde passava a faixa de dutos.” (SIQUEIRA, 2009, p.31) Assim, com 16 lotes de terra para produção cedidos pela Petrobrás, ocupando aproximadamente, com produção agroecológica, 24.000 m² de faixas de dutos, além daqueles agricultores que ajudaram a fundar a Univerde, a cooperativa também conta com a participação de famílias que não estiveram presentes no PAF-Dutos, sendo um total de 24 “agricultores familiares urbanos e periurbanos”, sendo 16 que vieram da PAF-Dutos e mais 8 que ingressaram posteriormente. Desse total, 14 têm DAP Física, tendo a DAP jurídica²⁰ sido renovada em maio de 2012. DAPs estas emitidas pela Emater-Rio/Nova Iguaçu.

Em 2012, a cooperativa esteve inserida na categoria visita de campo na programação do World Nutrition Rio 2012 (Congresso Internacional de Nutrição), realizado no Rio de Janeiro pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e a World Public Health Nutrition Association²¹.

De acordo com documentos da Petrobrás (2007, p.06) e informações obtidas através de pesquisa exploratória, os alimentos oriundos das hortas comunitárias atendem as famílias envolvidas em quantidade, qualidade e regularidade suficientes e boa parte é reservada à comercialização. Embora as mudas de hortaliças utilizadas pela Cooperativa ainda venham dos agricultores da serra fluminense, em 2011, iniciaram-se as construções de uma estufa própria que supriria a necessidade de produção dessas mudas e conseqüentemente traria à Univerde maior autonomia. Além disso, tal possibilidade permite um maior controle da qualidade dos produtos e gera menos gastos que serão sentidos no momento da comercialização dos mesmos, já que muitas mudas trazidas da cidade de Petrópolis acabam se perdendo por causa da diferença do clima. A iniciativa da construção da estufa foi um desdobramento do Projeto Semeando Agroecologia, pelo qual os agricultores puderam fazer um curso para a consolidação sobre a produção de sementes e mudas.

²⁰ Instrumento que identifica os agricultores familiares, enquanto pessoas físicas, e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

²¹ O Congresso discutiu as práticas de alimentação saudável e a valorização dos sistemas alimentares tradicionais, eixos que, segundo eles, sustentam a atividade da cooperativa Univerde.

Segundo entrevista com a presidente da Univerde, (responsável pelas atividades coletivas na horta, mantendo a comunicação entre os participantes, sendo também o ponto de contacto entre a horta e o público em geral), a cooperativa funciona a participação de todos os envolvidos, sendo que destes, 4 (quatro) exercem a função de diretores administrativos e 1 (um) coordenador de área, com reuniões regulares onde precisam estar presentes pelo menos metade das pessoas do que trabalham nas hortas. Cada família destina cerca de 5% de sua renda para o funcionamento da Univerde. Além disso, a cooperativa recebe assistência da Escolinha de Agricultura Urbana²² que busca aumentar a geração de renda de agricultores familiares periurbanos na região metropolitana do Rio de Janeiro. A respeito deste assunto, a Lei n° 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, menciona que “celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum”.

Cada associado recebe de acordo com a produção de seu lote, mas a comercialização é feita coletivamente de acordo com a demanda. Cerca de 30% é consumido pela família do agricultor, enquanto o restante da produção, por volta de 70%, é vendido pela cooperativa. Já que a sociedade cooperativa, que objetiva comercializar em conjunto os produtos dos associados, é reconhecida como cooperativa de produção (Lei n°10.666, de 8 de maio de 2003). Nesta perspectiva, há um contingente da produção que é vendida na Feira da Roça em Nova Iguaçu, na feira da Universidade Federal do Rio Janeiro, na Transpetro e nas feiras organizadas pela Igreja Messiânica. A princípio, a intenção também era disponibilizar uma parte dos produtos para complementar a merenda escolar dos alunos da região, como afirma Siqueira (2009)

Nova Iguaçu, por meio da Secretaria de Educação, abasteceu mais de cinquenta escolas do município, inserindo mais de dez produtos orgânicos na merenda escolar com proposta de ampliação. A Prefeitura Municipal de Duque de Caxias também demonstrou interesse e realizou a compra dos produtos para abastecimento da merenda escolar. Com estas parcerias a renda mínima de R\$ 350,00/família/mês estaria garantida e a entrega seria feita uma vez por semana (SIQUEIRA, 2009, p.79)

O crescimento nas estratégias de comercialização dos produtos acaba por ser tornar uma importante estratégia de produção. Quanto a isto, no que diz respeito à distribuição

²² Criado em 1999 e ampliado para a atividade periurbana em 2011 pela AS-PTA, o programa tem como finalidade estimular o aproveitamento de pequenos espaços dentro da própria cidade para o cultivo de alimentos sem uso de produtos químicos, e com práticas totalmente agroecológicas. O Programa possui um total de 650 beneficiados em comunidades “de baixa renda” situadas também nos municípios de Queimados, Magé e Rio de Janeiro (MONTEIRO & MENDONÇA, 2007).

para a merenda escolar em Nova Iguaçu, a cooperativa já chegou a fornecer alimentos a 159 escolas, no ano de 2008, ano que terminou o PAF-Dutos (CEDRO, 2011). Segundo representantes da ONG Instituto Terra de Preservação Ambiental, este fornecimento foi possível devido a um acordo de compra dos produtos dos agricultores do projeto pelas empresas que detinham o contrato de fornecimento de merenda escolar em Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Após disputas e pressão da sociedade civil organizada sobre o poder público, muitos agricultores familiares passaram a ter o direito de vender seus produtos diretamente para alimentação escolar. Através da Lei nº 11947/09, que reformulou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no mínimo 30% dos alimentos da merenda escolar das redes municipais e estaduais de ensino, tem que ser comprado diretamente da agricultura familiar ou suas organizações.

Todavia, tal realidade acaba sendo contraditória visto que, devido à constante mutação quanto ao zoneamento das áreas rurais do município, esta proposta só se tornou viável realmente a partir do ano de 2011²³ com o auxílio da Cooperativa CEDRO (Tabela V). Este fato traz à discussão o fato de que grande parte dos agricultores familiares existentes no Brasil ainda possui acesso limitado a recursos (fundiários, financeiros e tecnológicos), e como consequência ficam em situação de deslocamento da sociedade, “com restrito poder de participação e dificuldade de prover o seu sustento, comprometendo a sua reprodução social e econômica” (DOMICIANO, 2007, p.808).

Tabela V - Resumo das verduras e hortaliças produzidas pela Univerde contratadas na Chamada Pública da Prefeitura de Nova Iguaçu

1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço/ unidade	5. Valor total/ produto
ABÓBORA	Kg	12.460	0,72	R\$ 8.971,20
ALFACE	Unid.	13.916	0,89	R\$ 12.385,24
BATATA DOCE	Kg	5.781	0,82	R\$ 4.740,69
BETERRABA	Kg	7.224	1,34	R\$ 9.680,16
CENOURA	Kg	12.348	1,69	R\$ 20.868,12
COENTRO	Molho 200 g	4.228	2,51	R\$ 10.612,28
COUVE	Molho 500 g	13.636	1,16	R\$ 15.817,76
ESPINAFRE	Molho 500 g	3.430	1,66	R\$ 5.694,00
QUIABO	Kg	2.940	1,88	R\$ 5.527,20
SALSA	Molho 200g	6.020	3,80	R\$ 22.876,00
Total do Projeto:				R\$ 117.172,65
Adicional por custo de logística em transporte				R\$ 11.717,26

Fonte: CEDRO, (2011)

²³ Dado obtido através de pesquisa exploratória com a presidente da Univerde e confirmado com o subsecretário de agricultura, turismo e meio ambiente da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu.

Quanto a este assunto, a CEDRO tem sido um grande auxílio à Cooperativa Univerde, pois mantém o acompanhamento no processo de gestão e habilitação do empreendimento, através do Projeto Nutre-Rio. O projeto Nutre-Rio é uma parceria do MDA por meio da Secretaria de Agricultura Familiar e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Tem como objetivo “apoiar e fomentar a implementação da Lei da Alimentação Escolar em alguns municípios do Rio de Janeiro onde há grande potencial de compra dos produtos de agricultura familiar” (BRASIL, 2011).

O objetivo da CEDRO junto à Cooperativa Univerde é preparar a cooperativa para as chamadas públicas de Nova Iguaçu, para fornecimento de sua produção destinada a merenda escolar. Diante desse contexto, um plano de negócio está sendo elaborado com o objetivo de identificar a viabilidade de fornecimento, necessidades e condições da cooperativa, para adequá-la ao programa e futura contratação para venda dos produtos ecológicos (MENDES, 2012)

Para as famílias que integram hoje a Cooperativa Univerde, tudo isto faz parte de um processo contínuo que conta com a participação e parceria de outros órgãos, formando uma rede de atores sociais que se interagem a partir do projeto PAF-Dutos, mas “que não se restringe aos limites impostos por suas metas” (BALTHAZAR, 2011, p.116).

Assim, o que se percebe é que o nível de organização dos agricultores pode significar uma chave importante para os desdobramentos de suas atividades, para a organização produtiva e conseqüentemente para o possível processo de desenvolvimento. Tal perspectiva demonstra ainda que a formação de cooperativas auxilia ativamente na possível geração de emprego, crédito e investimento na atividade agrícola, facilitando a criação de parcerias em verdadeiros níveis relevantes para a conciliação de objetivos, o que foi primordial para os agricultores que manejam suas produções nas faixas de dutos.

No primeiro capítulo buscou-se descrever e caracterizar a área de estudo e o objeto principal da pesquisa, a saber, a Univerde, destacando as iniciativas de agricultura urbana desenvolvidas na Baixada Fluminense. No próximo capítulo será abordada a questão conceitual que envolve a Agricultura Familiar Urbana e Periurbana a fim de conferir maior precisão ao tema a que se refere esta pesquisa. Nessa mesma direção, serão apresentados os principais programas voltados para a agricultura familiar em área rural e as implicações do uso de suas referências em programa destinado a AUP, principalmente quanto a aquisição da DAP.

Capítulo II

A Complexa Inter-Relação entre Agricultura Familiar em Áreas Urbanas e Políticas Públicas

“O que chamamos de poder político converteu-se em mero comissário político do poder econômico”.
(José Saramago)

O Capitalismo Neoliberal, intensamente propagado como modelo de crescimento econômico, tem se mostrado causador de enormes desequilíbrios. O processo de industrialização provou esta afirmativa ao trazer, aliado à alta concentração populacional, um enorme contingente de problemas ambientais decorrentes da urbanização acelerada. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro há algumas décadas tem vivido esta realidade, o que como um problema cíclico ainda tem sido capaz de gerar o consumo excessivo de recursos naturais renováveis e não renováveis; poluição, desflorestamento e miséria.

Visto como esse processo se manifesta na realidade aqui estudada, neste capítulo é feito um rápido histórico de AUP contextualizando a importância de tal prática nos aspectos social, econômico e ambiental como alternativa para alguns dos problemas sociais demonstrados no parágrafo anterior. Para tanto, diferencia-se AUP de AF a partir de características relativas à sua localização espacial, às modalidades e sistemas de produção, bem como às características de sua produção.

Na sequência, contextualizam-se as políticas públicas nacionais que tratam da Agricultura Familiar no meio rural fazendo um contraponto quanto ao Programa Nacional de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana e suas implicações. E para finalizar o capítulo, embora não seja o foco desta pesquisa, faz-se um rápido adendo com o objetivo de complementação ao tema de políticas públicas.

O intenso incentivo à modernização no setor agrário brasileiro aliado à expansão do capitalismo gerou, principalmente durante a década de 1960, sobre os pequenos produtores um processo de agravamento em suas condições de vida (MENDES, 2005 *apud* SILVA & MENDES, 2009). Tendo em vista que a sociedade ocidental está baseada na economia do tempo para a acumulação de recursos monetários, constata-se então que o sistema

capitalista²⁴ é responsável pela separação dos trabalhadores do campo dos seus meios de trabalho. Dentro desta perspectiva, é possível analisar que há uma lógica privatizante em detrimento do bem público. A busca incessante pelo acúmulo do capital tem como consequência a degradação de ambientes naturais e do equilíbrio do ecossistema do planeta.

Todavia, o aparecimento de uma nova sociedade baseada na perspectiva da teoria socioambiental pode ser compreendido como circulante entre estes dois âmbitos – urbanização e atividades agropecuárias. Entraria neste aspecto o fato de a agricultura familiar tornar-se de suma importância no Brasil, por seu caráter social, mostrando-se como um elemento redutor do êxodo rural e substancial fonte de recursos para as famílias com menor renda. De acordo com Ávila (2002), a produção própria de alimentos em alguns casos chega a ser mais da metade da fonte de alimentos consumidos por inúmeras famílias. Esses dados demonstram, portanto, que tais iniciativas são capazes de aumentar significativamente a incidência de segurança alimentar, uma vez que reduziria gastos com a alimentação, melhorando o acesso à ela e afetando positivamente na “capacidade das pessoas trabalharem e investirem neste ramo”. Portanto, “promover a produção agrícola significa apoiar aquela que ainda é a mais importante fonte de renda e de alimentos da maioria das unidades familiares rurais”. (COSTA & MALUF, 2001, p.18) O que implica dizer que a produção designada ao autoconsumo é um fator primordial para a reprodução das famílias rurais e, conseqüentemente da segurança alimentar, fato comprovado pelo censo agropecuário de 2006, onde a agricultura familiar aparece como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno (IBGE, 2010).

Embora não seja o foco deste estudo, também se torna imprescindível dizer que o aumento na renda e a redução da pobreza dos indivíduos tem gerado crescimento na demanda por consumo alimentar. Isto nos mostra mais uma importância fundamental da agricultura familiar, uma vez que, dado este novo cenário, muitos governos têm voltado seu foco para uma estratégia regional de abastecimento alimentar com ênfase na agricultura familiar e camponesa.

Sabendo que para se compreender conceitualmente o que é agricultura familiar, deve-se ter em mente ser algo que ultrapassa os aspectos meramente técnicos e econômicos, sendo uma forma social totalmente relacionada aos acontecimentos externos capazes de interferirem direta ou indiretamente nela (DOMICIANO, 2007). Segundo a legislação

²⁴ A expansão do capitalismo impõe condições de desigualdade, uma vez a agricultura passa a necessitar constantemente de capital, modificando as relações dos pequenos produtores baseadas essencialmente na família, na terra e no trabalho, agravando suas condições de inserção no mercado.

brasileira número 11.326/2006, agricultura familiar é aquela desenvolvida em propriedade com até dois assalariados permanentes e eventual ajuda de trabalhadores temporários, uma vez que a mão de obra deve ser predominantemente da própria família, bem como seu gerenciamento. Além disso, a renda também deve ser originada nas atividades da propriedade. Neste momento, não se pretende analisar se este conceito é ideal ou não, apenas se utiliza ele como base teórica.

Assim, agricultura familiar caracteriza-se pela relação entre terra, trabalho e família. A princípio, agricultura familiar definia-se por três características principais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos realizados por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis (INCRA/FAO, 1996, p. 04).

Dentro desta temática, ganha especial destaque a discussão sobre a multifuncionalidade da agricultura. Nesta perspectiva, a agricultura acaba, ao mesmo tempo, por gerar uma contraposição a cerca da definição de “rural”, em cujo ambiente se desenvolvem atividades não apenas agrícolas. Desta maneira, o caráter multifuncional que se atribui à agricultura ganha amplitudes “que vão desde a natureza do processo produtivo agrícola e seus impactos socioambientais até a dinâmica de reprodução das famílias e de ocupação do espaço social agrário” (MALUF, 2003).

Rompendo com o enfoque setorial e levando em conta a heterogeneidade estrutural da agricultura familiar, propõe-se uma abordagem que integre a agricultura a outras organizações econômicas na análise do desenvolvimento local. Uma articulação territorial das atividades econômicas que possibilite ampliar o foco de análise de duas maneiras: incorporando certos tipos de atividades agrícola considerados “não profissionais” (e, portanto, deixados fora das análises clássicas) e tornando endógenas à análise econômica certos fenômenos que são classicamente considerados como pertencentes ao meio sociocultural mas “que tendo uma função econômica podem se inscrever em diferentes domínios da vida (profissional, social, doméstico, [...]) (MALUF, 2003, p.149)

Como consequência de todas estas questões e pelo fato de estar exercendo um papel imprescindível atualmente, a agricultura precisa estar respaldada por ações que a sustentabilidade da atividade e sua competitividade. Entretanto, a partir das últimas décadas, as zonas urbanas têm sido vista como áreas de poder atrativo ao passo que ao contrário, o rural liberava trabalhadores para outros setores, em especial para a indústria urbana. Nesta perspectiva, as consequências positivas da migração teriam a década de 1970 como limite (BRITO, 2011), quando a população urbana começou a exceder em números elevados a

rural principalmente nos países periféricos, impulsionado em grande parte, além de outros fatores, pelo fato de muitas famílias terem vivido aquilo que chamamos de Êxodo Rural, causado pelas “altas taxas de nascimento e um afluxo maciço de habitantes rurais que procuram escapar da fome, pobreza e insegurança” (FAO, 2012, p.01), o que mais uma vez acabou mostrando que de um modo geral os motivos dominantes que influenciam o ato migratório são principalmente de natureza econômica.

Há dez anos, cerca de 40% da população do mundo em desenvolvimento viviam em áreas urbanas. Desde então, esse número aumentou a um ritmo de quase o dobro do crescimento da população total, para mais de 2,5 bilhões. Trata-se do equivalente a quase cinco novas cidades do tamanho de Pequim a cada 12 meses (FAO, 2012, p.01).

Assim, temos assistido a uma contínua expansão urbana e conseqüentemente a um aumento significativo quanto a construção civil, principalmente no que a periferização. Refletida na especulação imobiliária, o crescimento das cidades tem gerado, entre outras coisas, a impermeabilização de solos por vezes classificados como férteis. Neste debate iremos tentar responder a estas e outras questões, refletindo na importância do planejamento e ordenamento territorial quanto a adoção de práticas de aproveitamento do solo.

Dentro desta temática, torna-se necessário dizer que com o passar dos anos e motivados por estas questões, aqueles que migraram das zonas rurais foram perdendo a relação que possuíam com a terra e transformando seus costumes alimentares. Todavia, algum remanescente destes saberes ousou resistir aos padrões urbanos e utilizou esse novo ambiente ao seu favor, aproveitando pequenos espaços dentro da cidade para plantar e produzir.

A identidade de determinado grupo se movimenta no espaço e no tempo, principalmente quando este grupo apresenta características rurais. Famílias rurais alocadas em áreas urbanas conservam a identidade rural e, assim, conservam também alguns modos de plantios, alimentação e práticas, como a manutenção de quintais com espécies antes cultivadas no rural, como frutíferas, feijão catador, andu (guandu), milho, abóbora, quiabo, além de diversas plantas medicinais. Essa população rural estabelece redes de trocas, solidariedade e de compadrio no urbano, como um meio de estar mais perto do ambiente rural (BRITO, 2011, p.80).

Como salientam Martine e Camargo (1984 apud BRITO, 2011, p.71), “o deslocamento das pessoas dentro ou fora de uma mesma região significa um reordenamento de oportunidades”. Assim, com o ato migratório, os habitantes que imigraram acabam por incorporar fragmentos desse novo lugar em que se instalam, fragmentos estes de ordem não apenas social como também econômica e, por vezes, integrada uma à outra. São fragmentos de uma nova cultura que é somada à sua identidade do lugar de origem.

Tais questões trazem à tona a discussão sobre o tema da agricultura urbana e periurbana (AUP). Na cidade, as populações que migraram do meio rural, “por meio das atividades agrícolas em quintais e lotes no entorno da cidade (agricultura periurbana), estabelecem reprodução desses modos e práticas” (BRITO, 2011, p.88). Já que os altos índices de urbanização geralmente são acompanhados por grandes níveis de pobreza, desemprego e insegurança alimentar, pesquisas, realizadas pela FAO, demonstram que é necessário pensar na AUP de forma abrangente, na tentativa de alcançar como objetivo a redução de inúmeros problemas enfrentados pela população excluída das áreas urbanas dos países onde existe forte desigualdade socioeconômica. Acerca deste assunto, as Nações Unidas indicam em um estudo que até 2015, 26 cidades no mundo deverão ter uma população de mais de 10 milhões e que para alimentar uma cidade deste porte pelo menos 6000 toneladas de alimentos serão necessárias por dia (UN, 2004 *apud* CRIBB & CRIBB, 2009, p.01).

Diferente da agricultura praticada em áreas rurais e ao mesmo tempo complementar a esta, a AUP pode ser de diferentes maneiras, desenvolvidas em pequenos espaços produtivos nas cidades ou zonas periurbanas que variam desde quintais, terrenos baldios, até recipientes em geral. Não se refere apenas à horticultura e plantação de árvores frutíferas, mas podem chegar a envolver diferentes formas de cultivo tais como plantas medicinais, aromáticas e ornamentais, bem como diversos tipos de criação.

Todavia, não se pode negar a necessidade de decisões políticas a esse respeito, uma vez que as áreas agrícolas são essenciais para o funcionamento e estabilidade do território. À medida que ocorre o reconhecimento das demandas e a identificação de práticas agrícolas que já estão sendo desenvolvidas, os esforços para legalização e respaldo destas atividades aumentam sua responsabilidade, ao mesmo tempo em que se tornam mais eficazes quando realmente posta em prática, seja a nível federal, estadual ou municipal. Não se pode desconsiderar que “essa modalidade de atividade agrícola promove mudanças benéficas na estrutura social, econômica e ambiental do local onde ela se instala. Entretanto, sua concretização depende fundamentalmente de decisões políticas e da participação dos governantes” (ROCHA, 2002, p.07).

Segundo Brown & Carter (2003), atualmente, a formulação de políticas se dá em vários níveis, seja através de conselhos municipais, Assembleia Legislativa do Estado, do governo federal, entre outros. Tal fato é símbolo dos resultados de diversas lutas sociais que foram travadas durante anos, visto que a trajetória histórica da gestão das políticas públicas no Brasil, até poucas décadas atrás, se caracterizava por ser “centralizadora, fragmentada,

setorial e pela exclusão da sociedade civil nos processos decisórios das políticas e da política governamental.” (LEAL, 2012, p.21). Até então, as decisões, o financiamento e a formulação das políticas ficavam a cargo apenas do governo federal, cabendo aos Estados e aos municípios o papel de executores das propostas. Tal conjuntura centralizadora de gestão pública era tão frequente em território brasileiro que propiciou a construção de relações clientelistas.

Embora esta pesquisa não se dedique à forma como o sistema político-governamental propriamente dito se estrutura e funciona, algumas considerações precisam ser feitas a este respeito. Não se pode negar a defesa ao clientelismo por parte de alguns autores no que tange à autonomia dos “entes da federação”, como era o caso dos Estados-membros quanto ao poder de organizarem-se de modo a exercer suas competências. Como espécies de “laboratórios políticos”, tal modelo representativo brasileiro instituiu práticas ou modos de ação que favoreceram a conveniência da criação de uma nova máquina política, cujo fundamento se conjugava com o empenho patriótico de aperfeiçoar a administração dos Estados, mostrando o fortalecimento político com o poder público de outras instâncias. (LEAL, 1997)

Assim, o que se pretende mostrar é que na realidade uma matriz de interpretação teórica não substitui a outra. As orientações quanto aos modelos de pensamento acerca da autonomia ou não dos Estados se tornam tônicas ou debilitantes mas se somam, de modo a contribuir para o fato de que apesar do progresso quanto ao assunto, ainda é de se lastimar que o segmento agrícola, em alguns lugares ainda assuma baixa prioridade entre muitos planejadores e políticos, principalmente nas esferas estadual e municipal. Em momentos de conflito entre a agricultura e outros usos do solo difíceis de resolver, as políticas a esse respeito acabam não tendo aplicação e precisavam tê-lo já que são essenciais para que os aglomerados urbanos consigam responder eficazmente às necessidades de seus habitantes.

2.1 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: UMA TENTATIVA DE CONCEITUAÇÃO

Ganhando notoriedade cada vez maior nos últimos tempos devido a possibilidade de abastecimento alimentar proveniente de espaços urbanos, muitas definições têm sido propostas acerca de AUP nos mais diversos campos de pesquisa. Todavia os conceitos de agricultura urbana e agricultura periurbana são difusos (ADAM,1999; MOUGEOT, 2000) à medida que estão intimamente relacionados ao ambiente em que a atividade é desenvolvida.

Em território nacional, embora muitos estudiosos²⁵ pesquisem sobre a questão urbano-rural, que por sua vez acabam perpassando uma variedade de categorias, ainda existe uma certa dificuldade quanto ao tema, principalmente após a diversificação econômica aliada à categorização de espaços multifuncionais na década de 1980 que provocaram mudanças no meio rural brasileiro e deram um novo significado a este espaço.

As expressões agricultura urbana ou intra e periurbana têm ganhado expansão não apenas nos ambientes acadêmicos como também nas mais diversas esferas devido a busca de resignificar as relações que se desenvolvem com o meio (ROSA,2011). Segundo Arruda (2011), o típico habitante da cidade tem a característica de ser um homem que não cobre suas próprias necessidades através do cultivo da terra, o que demonstra um reflexo da ruptura entre o rural e o urbano vivenciado a partir do final do século XIX com a Revolução Industrial. Como alternativa a esta realidade, a AUP tem ganhado forças no cenário atual. Tendo ainda em vista que o meio rural e o urbano estão intimamente ligados e interdependentes, surge o motivo desses conceitos ainda estarem em construção, principalmente no que se refere a refuncionalização de pequenos espaços nas cidades proporcionado por intervenções localizadas principalmente nos vazios urbanos.

A diferença entre a agricultura urbana e periurbana (AUP) é bastante tênue. Diante das definições consideradas complementares, a proposta da Organización para la Cooperación y el Desarrollo Rural (OCDR) define a AUP como aquela praticada dentro de um raio de 20 km (quilômetros), desde um centro urbano com mais de 200.000 habitantes; e 10 quilômetros para cidades com a população entre 50.000 e 100.000 habitantes. Conforme a FAO (1999b), as atividades da agricultura periurbana, definidas a partir da década de 1970, passaram a ser vistas como um composto de unidades de exploração agrícola em volta da cidade, que explora intensamente propriedades para cultivar hortaliças comerciais ou semicomerciais, produção de granjas, animais de pequeno porte e produção leiteira. Em ambos os casos, há pessoas que praticam a agricultura periurbana (agricultores familiares), vivem nas propriedades e fazem dessa atividade sua profissão ou modo de vida. Outras optam por desenvolver práticas agrícolas em pequenas áreas urbanas (ZAAR, 2011 *apud* MENDES, 2012, p.29).

Analisado por uma grande gama de autores como sendo a produção de alimentos dentro dos espaços urbanos, na leitura de Mougeot (2011), a diferenciação principal estaria nas características da localidade onde se dá o fenômeno, ou seja, na sua espacialidade. Dado tal perspectiva, torna-se necessário dizer que para os propósitos da presente dissertação, AU (agricultura urbana) e AP (agricultura periurbana) são considerados semelhantes, por esta razão a referência utilizada para denominar esta atividade é sempre AUP. Tal opção se fez necessária, segundo o olhar da autora, devido ao fato de que as zonas periurbanas são territorialmente locais de transição e ambiente dinâmico, onde há maior interação com as

²⁵ Favareto (2010), Veiga (2004), Graziano da Silva (1997), entre outros.

realidades urbanas. “A periurbanização é a extensão da cidade em direção à área rural, além dos densos e contíguos subúrbios, os quais são diretamente adjacentes à cidade central. Um processo de urbanização mais ou menos intensivo, e em sua maior parte descontínuo” (STEINBERG, 2001, p.49), onde o processo de urbanização é “disperso e não resulta em padrões uniformes e homogêneos [...] enfrentando, ao mesmo tempo, o desafio de preservar suas características rurais e de acomodar as novas funções urbanas” (HUELZ e KRAEMER, 2003, p.196).

Além disso, a Cooperativa Univerde (objeto de pesquisa desse trabalho) tem experimentado as frequentes transições, em diversos aspectos, que se dão a partir das zonas rurais e dentro da própria cidade, inclusive quanto ao conhecimento adequado da zona, aos processos de urbanização em andamento e o contexto socioeconômico e político. Como afirma Moreira (2008, p.248), “a AUP pode ser encontrada nas pequenas propriedades rurais dos municípios que compõem a região metropolitana [...] nesse mosaico de terras de terras no interior ou nas *franjas*²⁶ do território urbano”.

En la actualidad, la existencia de los espacios periurbanos constituye una de las expresiones más puntuales de dicho cambio. La periurbanización es un proceso vertiginoso que ocurre a escala internacional; se incorporan tierras al perímetro urbano con serias implicaciones sociales y ambientales; fragmenta el espacio urbano en forma impredecible y produce núcleos de diferentes tamaños y densidades (Aguilar y Escamilla, 2009:6-7). Los cambios derivan en un rural cambiante, con fuertes influencias de la funcionalidad urbana y alteraciones profundas en su composición territorial. [...] Los ámbitos rurales inmediatos a los centros urbanos se transforman en espacios de transición entre el orden rural y el urbano (SÁNCHEZ, 2012, p.28)²⁷

Portanto, AUP é um processo sociocultural que se desenvolve em função das necessidades das cidades, cuja prática sustenta importantes processos de sociabilidade, com a participação de múltiplos atores que exercem influências diversas na dinâmica de um periurbano em constante transformação (SÁNCHEZ, 2012). Tal realidade aumenta a necessidade de definição principalmente porque a AUP possui alta capacidade em exercer um papel fundamental em relação às políticas públicas, além do que é especialmente importante já que o estudo desta atividade agrícola está marcado pela diversidade de atores e a pluralidade de realidades envolvidas (MARTIN *et al.*, 2004 *apud* ARRUDA, 2006, p.09).

²⁶ Grifo do autor

²⁷ Atualmente, a existência de espaços perirurbanos é um dos termos mais específicos de tais alterações. Periurbanização é um processo rápido, que ocorre internacionalmente; são incorporadas terras ao perímetro urbano, com graves implicações sociais e ambientais; fragmenta-se o espaço urbano e plantam-se produtos de diferentes tamanhos e densidades (Aguilar e Escamilla, 2009:6-7). As alterações resultam em um rural mutável, com fortes influências de funcionalidade urbana e profundas alterações em sua composição territorial. [...] Os centros urbanos vizinhos das áreas rurais são transformados em espaços de transição entre a ordem rural e urbana.

Como forma de complementar este pensamento acerca de AUP, Boukharaeva *et al* (2005) afirmam ser esta um tipo de micro-agricultura intensiva, marcadamente composta por ciclos curtos ou pequenos circuitos de produção onde se busca atender a demanda local, geralmente praticada na periferia das cidades por pessoas inseridas num contexto de poucos recursos financeiros.

O conceito mais utilizado na literatura atual remete-se à Mougeot (2000), que denomina agricultura urbana como um novo fenômeno mundial, buscando a evolução do termo para que a popularização do mesmo não o torne banal a ponto de não considerá-lo a ferramenta que tem capacidade para ser. Em relação a isso Mougeot (2001) mostra a imprescindibilidade de analisar o conceito de AUP a partir de questões menos ligadas ao espaço e mais relacionadas ao tipo de interação com os elementos espaciais, com um olhar sobre sua funcionalidade externa (que relação se estabelece entre ela e outros conceitos) e coerência interna (uma estrutura de compartimentos interconectados com experiências reais).

Assim sendo, para o autor a agricultura urbana varia de acordo com um sistema no qual ela está integrada e que de modo geral estão condicionados a fatores como os tipos de atividades econômicas, sua localização, tipos de áreas onde é praticada, sua escala e sistema de produção, suas categorias de produtos e a destinação desses produtos conforme se verifica na Ilustração XI (MOUGEOT, 2000). “A agricultura urbana normalmente tem a função de nicho, em termos de tempo (transitória), de espaço (interstício) e de condições sociais (por exemplo, mulheres e grupos de baixa renda) e econômicas específicas (por exemplo, crise financeira ou escassez de alimentos)” (MOUGEOT, 2000, p.3).

Ilustração XI - Determinantes nas definições de Agricultura Urbana



Fonte: Mougeot (2001)

Dada esta premissa, quanto aos tipos de atividade econômica, poder-se-ia falar das variáveis, relacionadas a esta prática agrícola específica. Tais como os gastos e ganhos envolvendo a compra, armazenamento, processamento e inclusive a comercialização de produtos (DAMBRÓS & MIORIN, 2009, p.07). Na AU e AUP, “a produção e a venda (inclusive o processamento) tendem a estar mais inter-relacionados no tempo e no espaço, graças à maior proximidade geográfica e ao fluxo de recursos mais rápido” (ARRUDA, 2006, p.01).

Todavia, segundo a FAO (2004), outro fator precisa ser considerado ao se tentar diferenciar tal questão. Esta diferenciação estaria no aspecto quanto à finalidade da produção. De acordo com seus documentos, a maioria dos agricultores urbanos visa melhorar a qualidade da alimentação familiar, já que geralmente possuem como áreas cultiváveis espaços pequenos confinados, vagos ou subutilizados. Em contrapartida, os agricultores periurbanos, que tendem a possuir extensões territoriais maiores, têm como objetivo, além de subsistência, a comercialização do excedente em feiras locais, mercados ou supermercados (MENDES, 2012).

A FAO (1999) pondera que a agricultura rural é praticada diretamente no solo enquanto a agricultura urbana além do solo pode ser desenvolvida em canteiros suspensos, em vasos, ou em qualquer área que esteja disponível e desde que localizada em áreas urbanas, onde possa interagir com o sistema urbano. Embora, o conceito da FAO sobre o tema seja amplamente difundido, não auxilia no tratamento do mesmo, à medida que diferencia AU de AUP apenas pelo espaço onde ocorrem, sendo AU praticada dentro de uma cidade e AUP em áreas periféricas à cidade, segundo essa definição.

Pensar, portanto na definição de AUP a partir apenas do olhar se ela é praticada dentro do perímetro urbano, torna-se um tanto quanto deficiente já que a diferenciação entre os locais intraurbanos e periurbanos, por vezes, pode ser considerada imprecisa. Inclusive pelo fato das atividades nas zonas rurais estarem sendo transformadas pela proximidade com a realidade urbana, fazendo com que o rural não seja definido pela oposição e sim pela sua relação com as cidades. (MOUGEOT, 2000) Determinar espacialmente onde estão dispostas as áreas periurbanas é notadamente complexo, pois sua aproximação geográfica com o ambiente rural faz com que existam transformações agrícolas intensas nesses espaços e em maior escala que as áreas mais centrais e edificadas das cidades (ROSA, 2011).

Nota-se, então que, sem dúvida, o elemento mais citado e ao mesmo tempo, a maior fonte de conflito conceitual é o local onde a AUP é praticada. Assim, chega-se a conclusão de que, torna-se um tanto quanto difícil defini-la a partir desta perspectiva. No

caso do Brasil, por exemplo, este assunto se agravou ainda mais recentemente, pelo fato de a legislação vigente tratar o perímetro urbano como sendo a linha que separa o urbano do rural, o que não representa a realidade de modo satisfatório, dando margem para que haja prevalência de interesses políticos, econômicos e tributários durante sua demarcação (REIS, 2006). Já a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, propõe que se leve em consideração o espaço rural a partir da produção econômica, cultural, social e das relações que se estabelecem com seus habitantes e os recursos naturais.

Quanto aos tipos de áreas, são parte da análise as condições do terreno, se próprio, alugado ou cedido, bem como se onde é realizada a atividade agrícola faz parte do local de moradia dos agricultores ou não, ou ainda se está em área tida como construída ou baldia. A escala é referente à escala de produção, se é familiar ou produzido por cooperativas (hortas comunitárias) e outras formas organizacionais. Já a destinação dos produtos se divide em autoconsumo ou comercialização (DAMBRÓS & MIORIN, 2009). Por fim, os produtos relativos a AUP estão relacionados aos tipos de colheitas produzidos e animais cuidados, que segundo informações da FAO (2008), englobam o cultivo de hortaliças, frutas e outros produtos hortícolas, podendo abranger a criação de frangos e outros animais, bem como a produção de leite e ovos.

Ainda sobre este último item, busca-se dar um olhar mais específico sobre a olericultura também conhecida como horticultura. Dentro deste sistema de produção estão as hortas que podem ser realizadas de muitas maneiras e com objetivos diversos sob o olhar desencadeador de diversas motivações (ARRUDA, 2006).

Assim sendo, Agricultura Urbana e Periurbana se insere num contexto que inclui a produção, a transformação, a comercialização e a prestação serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos de agroextrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno porte) voltados ao autoconsumo ou comercialização (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão de obra e saberes). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos e periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades.

A agricultura urbana é realizada em pequenas áreas dentro de uma cidade, ou no seu entorno (periurbana), e destinada à produção de cultivos para utilização e consumo próprio ou para a venda em pequena escala, em mercados locais. Difere da agricultura tradicional (rural) em vários aspectos: Inicialmente, a área disponível para o cultivo é muito restrita na agricultura urbana. Além disso, há

escassez de conhecimentos técnicos por parte dos agentes/produtores diretamente envolvidos; frequentemente não há possibilidade de dedicação exclusiva à atividade; a atividade destina-se, normalmente, para utilização ou consumo próprio; há grande diversidade de cultivos; e a finalidade da atividade é distinta, pois normalmente não é requisito para a agricultura urbana a obtenção de lucro financeiro. Observa-se, porém, uma relação muito forte entre a agricultura rural/tradicional e a agricultura urbana, sendo esta última normalmente praticada mais intensamente em regiões ou municípios que tenham tradição agrícola no meio rural. (EMBRAPA, 2003, p.02)

Como já citado anteriormente, um ponto primordial para as definições sobre AUP tem sido a localização em relação à proximidade das cidades (intra ou periurbana). Entretanto, não é a localização urbana que distingue a agricultura urbana e periurbana da agricultura rural, senão o fato de que está integrada e interage com o ecossistema urbano. De acordo com MOUGEOT (2000, p.31), “a característica principal de definição é o grau de integração entre a produção e o meio urbano, em termos de acesso a insumos e tecnologia e a circulação dos produtos”.

2.1.1 Hortas Comunitárias: melhoria de qualidade de vida

A partir do momento que o mundo presenciou o decréscimo da população rural em virtude do aumento da população urbana, “a agricultura urbana passa a ser novamente valorizada tanto pelos fatores econômicos e socioculturais [que é capaz de gerar], quanto pela emergência ecológica pela qual passa a civilização contemporânea” (ROSA, 2011, p.04). Tal iniciativa toma maior destaque ao se observar que com a mobilização comunitária e a atuação do poder público (em especial com o auxílio das prefeituras municipais) em parceria com instituições, são implementadas hortas, viveiros, unidades de processamento ou beneficiamento agroalimentar. Gerando assim, alimentos que geralmente são destinados ao autoconsumo, abastecimento de restaurantes populares e às escolas públicas, cozinhas comunitárias e à venda de excedentes no mercado local, resultando em inclusão social, melhoria da alimentação, nutrição e geração de renda. (MENDES, 2012). Tendo tal perspectiva em voga, passou-se a dar prioridade a pesquisas e projetos que têm como foco hortas urbanas e periurbanas, sendo estas vistas como ferramentas com substancial capacidade de colaborar para o meio ambiente urbano e ao mesmo tempo conciliar a busca por uma agricultura voltada para fins agroecológicos (TIVELLI, 2011).

As atividades agrícolas desenvolvidas no meio urbano tendem a ser diversificadas, como estratégia de maximização dos pequenos espaços disponíveis. É nesse contexto que as hortas em espaços urbanos ganham especial destaque, podendo ser comunitárias, escolares

ou desenvolvidas nos quintais das casas. Tendo ganhado ênfase no Brasil na década de 1980, nas hortas comunitárias o que normalmente se desenvolve é a horticultura que, de modo geral são praticadas em áreas não muito distantes do local de moradia dos participantes, os terrenos usados no cultivo podem ter sido ocupados de maneira informal ou ainda por concessão ou comodato.

Segundo Arruda (2006, p.33), este tipo de horta pode ser caracterizado como aquela que é “cultivada em conjunto por grupos de famílias ou pessoas de uma comunidade, através de cooperativas de produção, que ficarão responsáveis pelo gerenciamento da produção”. Em geral, são instaladas em espaços urbanos de ordem pública ou particular, antes considerados ociosos, usados agora para o cultivo de diversos alimentos. O que revela uma direção contrária às lógicas capitalistas, pois como argumentou Marx (1975), o sistema capitalista pressupõe a dissociação entre trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam seu trabalho. Para Marx, sob o capitalismo há duas liberações: o camponês se libera da terra e das relações servis, perdendo a propriedade dos seus meios de produção e passando a ser força de trabalho, principalmente da indústria; e a natureza se libera do homem, com o surgimento do mercado da terra. AUP vai contra essa lógica à medida que “a construção de espaços urbanos ocupados por famílias pobres – que produzem coletivamente alimentos saudáveis a partir de técnicas agroecológicas -, é território não capitalista. Foi territorializado pela agricultura urbana”. (MOREIRA, 2008, p.248). E ao contrário de outros espaços verdes que possam existir nas cidades, a sua manutenção em geral é feita pelos próprios utilizadores do espaço e não por profissionais.

O tipo de posse da terra é importante quando se pensa na manutenção desses projetos no longo prazo e em sua sustentabilidade social, econômica e ambiental. Hortas cultivadas em áreas urbanas particulares ou públicas, sem qualquer tipo de regulamentação, são atividades inseguras para os horticultores porque os projetos: a) dependem da vontade política momentânea dos governantes nos casos onde há subsídios governamentais envolvidos; b) sofrem pressões provenientes da expansão urbana desordenada dos municípios, o que afeta a área disponível para cultivo; c) têm dificuldades para a formação de parcerias, o que dificulta o acesso a recursos financeiros para custeio e/ou investimento; d) têm dificuldades de acesso ao crédito oficial, como por exemplo o PRONAF, devido a falta de regulamentação da posse da terra; e) têm dificuldades para criar incentivos para a realização de investimentos por parte dos horticultores urbanos. (CASTELO BRANCO & ALCÂNTARA, 2011, p.424).

Tais iniciativas, além de serem capazes de provocar um sentimento de pertencimento entre aqueles que cultivam na área, tendem a gerar benefícios quanto ao uso de áreas, muitas vezes antes ociosas usadas para armazenamento de detritos; evitam a impermeabilização do solo; auxiliam na valorização da cultura local; possibilitam maiores

índices de segurança alimentar tanto entre aqueles que cultivam na horta para autoconsumo quanto entre a comunidade do entorno que pode se beneficiar do aumento na oferta de alimentos orgânicos com elevado poder nutritivo; protegem o meio ambiente, quando criam espécies de centuriões de amortecimento junto a Unidades de Conservação; além do que tornam-se alternativa de redução da pobreza e geração de renda em áreas periféricas. Todavia, um dos objetivos comuns que se tem observado na implantação de hortas comunitárias tem sido o de formar centros de difusão de técnicas agroecológicas e cidadania.

Community gardens provide a gathering space for residents of housing complexes to meet each other. This has often lead to other forms community organizing and community greening. Informal community watches is often started as neighbors begin to know each other, are turning vacant lots into green space, and are out and about their neighborhood. (BROWN & CARTER, 2003, p.13)²⁸

Entre as principais hortas que são desenvolvidas no Brasil, merece especial destaque as hortas escolares. Estas, geralmente implantadas nas escolas de domínio público com o intuito de fortalecer o trabalho pedagógico de preservação do meio ambiente, que as escolas já costumam desenvolver no decorrer do ano letivo, são consideradas meios comprovados de promoção da nutrição infantil e possível alternativa para a diminuição da marginalização através da ocupação e da educação socioambiental. Além disso, fornecem alimentos mais nutritivos para a merenda escolar, são importantes meios para os professores ensinarem aos seus alunos a importância de reeducar sua alimentação, sendo instrumento de partilha e transmissão de conhecimentos e são capazes de familiarizarem as crianças com a prática agrícola provocando em boa parte delas o interesse de desenvolverem a atividade também em casa, o que quando realmente praticado, produz intercâmbio social, sem contar no papel que poderão representar na economia familiar e na qualidade da alimentação, para além de permitirem a redução de matéria orgânica no lixo indiferenciado. Dados sobre cidades do mundo inteiro sublinham o impacto positivo da AUP sobre mulheres, jovens e crianças (FAO, 2012).

2.1.2 Hortas Comunitárias em faixas de Dutos

Estudos demonstram a importância de manter o controle sobre os territórios de dutos petrolíferos, principalmente após as descobertas do pré-sal, quando houve aumento da

²⁸ Hortas comunitárias fornecem um espaço de encontro para os moradores da região. Isso, muitas vezes, leva a novas formas de organização da comunidade. Encontros informais da comunidade começam a acontecer e assim vizinhos começam a conhecer uns aos outros, à medida que vão transformando terrenos baldios em espaços verdes, dentro e fora das cidades.

demanda de produtos oriundos da exploração de petróleo e conseqüentemente, expansão dos transportes dutoviários. Visto que a inspeção da faixa de domínio dos dutos “auxilia na redução de acidentes e na observação de irregularidades que possam colocar em risco a instalação existente” (SILVA & CILENTO, 2011, p.12).

Mas como garantir a estabilidade desta área, visto que são mais de 22 mil quilômetros de malha dutoviária espalhadas pelo País, das quais 12 mil são de domínio da Petrobrás/Transpetro? Tais áreas tornam-se de risco, devido às populações surgidas após a instalação dos equipamentos. Segundo (FERREIRA, 2009, p.13), uma parcela significativa dos acidentes envolvendo vazamento de dutos é causada pela ação de pessoas sem qualquer relação com os dutos. “Os registros gerados por ação de terceiros aumentaram entre 1980 e 2006, sendo que nos últimos sete anos praticamente todos os casos envolveram linhas [...] perfuradas acidentalmente por obras de empreiteiras ou mesmo por obras viárias municipais”. (CESTESB, 2009 *apud* FERREIRA, 2009, p.44)

Dada tal perspectiva, notou-se que grandes empresas petrolíferas têm tentado investir na área social das populações das áreas por onde passam os dutos, como forma de garantir menores índices de acidentes. Neste aspecto, pode-se observar o crescimento de investimentos votados para hortas comunitárias como estratégia de gestão ambiental e na prevenção de imprevistos nocivos às comunidades do entorno e aos cofres da empresa.

“A Petrobrás/Transpetro, inserida neste contexto, e como detentora da maior malha de dutovias do Brasil, deve ter planos e medidas de controle eficientes dos seus serviços e instalações que visem à redução dos impactos” (GASPARINI, 2006, p.23). Entre iniciativas neste âmbito, além do Projeto Agricultura Familiar em Faixa de Dutos que será melhor expostos mais a frente, estaria o projeto desenvolvido no Município Fazenda de Rio Grande na Região Metropolitana de Curitiba, em 2005, financiado pela Petrobrás/Transpetro. Tal projeto além dos canteiros para plantio das hortaliças e legumes, aproveitou o trecho para implantar ciclovia, pista para caminhadas e calçadas com projeto paisagístico, sugerindo uma espécie de “ecoarquitetura de alta tecnologia que não produz resíduos” (FAO, 2012, p. 03). Segundo informações de Jornais e revistas locais,²⁹ a intenção foi recuperar as faixas de dutos, coibindo o aceleramento de ocupações irregulares e educando a comunidade sobre a importância de respeitar as normas, evitando acidentes. Em parceria com a Prefeitura local que foi a responsável pela elaboração dos estudos urbanísticos, a Transpetro teria atuado

²⁹ Jornal Gazeta do Povo, Globo Rural, entre outros. Disponível em:
<http://revistagloborural.globo.com/EditoraGlobo/componentes/article/edg_article_print/1,3916,628514-1641-1,00.html>

com os recursos financeiros para o plantio da horta feito em 500 metros da faixa de dutos, e a Emater/PR que esteve supervisionando e auxiliando os moradores.

Dentro desta perspectiva de estratégias para evitar acidentes, outra estatais têm incentivado programas de Hortas Comunitárias. É o caso da Eletrosul Centrais Elétricas S.A - Empresa de Transmissão de Energia Elétrica nos Estados do sul do país e Mato Grosso do Sul, por exemplo, que é responsável por 17% do mercado brasileiro nesta categoria, com mais de 9 mil km² de linhas. Inserida na temática do até então Programa Fome Zero do Governo Federal, em parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba, a empresa tem testado desde 2003 a ocupação de quase 10 hectares de sua unidade com plantações de legumes e hortaliças, com o intuito de rodear suas 31 subestações implantando hortas comunitárias nos vãos das linhas de transmissão que cortam os bairros periféricos da cidade (BRASIL, 2006). Assim, a Eletrosul fortalece suas ações de Responsabilidade Social ao mesmo tempo que evita o crescimento de árvores, economiza com a limpeza obrigatória embaixo das linhas e preserva os cabos de alta tensão.

Sendo uma realidade que abarca uma grande diversidade de contextos, torna-se indispensável afirmar que existem outras iniciativas como estas realizadas ao longo do território nacional que não teria como abordar nesta dissertação. É o caso, por exemplo, da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF que desenvolve um trabalho parecido com o da Eletrosul de implantação e revitalização de hortas comunitárias, sendo na região nordeste do país desde 1987.

2.2 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA E SEUS BENEFÍCIOS AO MEIO AMBIENTE

Nessa seção serão destacadas as repercussões da AUP no meio-ambiente, na segurança alimentar e nutricional e, portanto, na melhoria da qualidade de vida, dimensões consideradas relevantes na abordagem dessa atividade desenvolvida na dissertação.

Embora esteja ganhando vigência mais recentemente, as hortas em meio urbano são uma realidade em muitos países do Mundo e uma prática que remonta a história da sociedade humana. A princípio, o homem procurou se estabelecer e habitar em áreas de solo fértil e onde houvesse recursos naturais abundantes, “advindos do potencial cultural de transformação de um ambiente natural” (ROSA, 2011, p.02). Com o passar do tempo e o processo de industrialização essa temática foi mudando, as pessoas passam a se concentrar em torno de aglomerações urbanas, que até os dias de hoje estão em expansão, e vão

consequentemente consumindo as franjas do espaço antes destinado à produção agrícola (ROSA, 2011).

No entanto, apesar dessa aparente transformação conjuntural, movimentos de resistência foram demonstrando a possibilidade de transformar espaços urbanos em locais para produção de alimentos. Segundo pesquisas, o fenômeno de hortas urbanas surgiu nos países do norte da Europa, durante a segunda metade do século XIX, devido à redução dos espaços verdes intensificado pela crescente industrialização e urbanização dos núcleos populacionais. Acredita-se que desde 1864, existem hortas urbanas na Alemanha que foram intensamente aprimoradas durante as duas grandes guerras mundiais do século XX, quando passou ser vista como um verdadeiro movimento social. Na Dinamarca, o país europeu com a maior percentagem de hortas urbanas, esta tradição remonta ao século XVIII (REBOUÇAS, 2012). Atualmente é uma prática corrente a nível internacional tendo já um histórico em diversos países principalmente no Continente Europeu, sendo conhecido na França, por exemplo como Jardim Familiar (BOUKHARAEVA *et al*, 2005). Estes mesmos autores em relação a isso, informam que embora o “termo agricultura urbana” seja uma expressão pouco utilizada na Rússia, é uma atividade que chega a envolver cerca de 65% a 80% dos urbanos.

One example of a powerful shift toward urban agriculture worldwide, especially in response to economic crises, is found in Russia. Food production on large-scale rural farms fell by 40 percent when the Soviet Union disbanded, making the cost of food on the new, free market very expensive. Many Russians have since been allowed to use idle and provisional land in urban areas to create a new production and distribution system. The use of this land produces 30 percent of the total food grown in the country and 80 percent of the vegetables. Between 1970 and 1990, the number of Moscow families engaged in food production increased from 20 to 65 percent.³⁰ (BROWN & CARTER, 2003, p.10)

“Historicamente, as cidades foram lugares não de miséria e desespero, mas de oportunidade: economias de escala, emprego e melhor padrão de vida, especialmente para os pobres rurais que buscam uma vida melhor”, servindo de motor para o progresso social e o desenvolvimento econômico nacional. (FAO, 2012, p. 03) Todavia, uma realidade de diversos países e intrinsecamente brasileira está no fato de que os grandes centros urbanos têm experimentado uma dicotomia quanto aos problemas gerados pelo adensamento da

³⁰ Um exemplo de uma poderosa mudança em direção a agricultura urbana em todo o mundo, especialmente em resposta a crises econômicas, é encontrado na Rússia. A produção de alimentos em propriedades rurais de grande porte caiu em 40 por cento quando a União Soviética se desfez, fazendo com que o custo dos alimentos no novo mercado livre se tornasse muito caro. Muitos russos já foram autorizados a usar terras ociosas e provisórias, em áreas urbanas, para criar um novo sistema de produção e distribuição. A utilização desta terra produz 30 por cento do total de alimentos cultivados no país e 80 por cento dos vegetais. Entre 1970 e 1990, o número de famílias envolvidas em Moscou com a produção de alimentos aumentou de 20 para 65 por cento. (Tradução não oficial - tradução própria)

pobreza (intimamente relacionado à degradação ambiental) ao mesmo tempo que se percebe a preocupação em “melhorar as condições de vida dos seus moradores” (ARRUDA *et al*, 2011, p.51). São aglomerados urbanos degradados e empobrecidos, com grandes populações vulneráveis de pessoas socialmente excluídas.

Frente a esta demanda, movimentos sociais de resistência têm adequado os espaços urbanos a locais para produção de alimentos. Intervindo principalmente nos chamados espaços ociosos urbanos, tais movimentos buscam refuncionalizar os espaços nas cidades e acabam por “ressignificar suas relações com o meio, seja pela falta de capital para consumir a produção vinda de fora, seja pelo significado cultural que representam essas práticas no contexto de cada um” (ROSA, 2011, p.03).

Tais iniciativas que ganham forte dimensão a partir do início do século XXI, representam novos modos de vida adaptados a atual realidade urbana mundial. “Famílias de trabalhadores nas metrópoles [...] tramam processos, traçam novos caminhos [...], fazem da agricultura um meio de vida” (MOREIRA, 2008, p.243) Com caráter interdisciplinar e intersetorial, vista como fenômeno político, cuja funcionalidade depende do contexto socioeconômico e político local, a AUP é sinônimo de resistência de movimentos sociais que lutam e através dela combatem a pobreza e, muitas vezes, o desemprego além de buscarem por meio dela a equidade social. Mas também pode ser considerada fenômeno social, pois traz consigo a capacidade de agregar inúmeros atores com histórias de vida distintas, mas com saberes e conhecimentos que se complementam, enfim, “integra transdisciplinaridades, que desafiam seus caminhantes, seus lutadores, seus *fazedores*³¹, seus estudiosos e críticos.” (MOREIRA, 2008, p.244)

É um símbolo de resistência, um tipo de atividade desenvolvida na contramão da lógica capitalista de produção e reprodução das cidades. Pessoas que vivem à margem da sociedade urbana, que se desenvolvem independentemente do mercado e não se reproduzem da mesma maneira e no mesmo ritmo que se reproduzem as mercadorias, e que juntas são capazes de promover mobilizações sociais influenciadoras nos momentos de construção e implantação de políticas públicas. Analisar a formação da AUP remonta à ideais de lutas pela segurança alimentar e nutricional, pela manutenção de práticas de cunho familiar, por um meio complementar de sustento, trabalho e renda, pela defesa do meio ambiente em plena era industrializante. Abre-se margem para um estudo aprofundado sobre aqueles

³¹ Grifo do autor

habitantes brasileiros que até então não tinham ganhado tanta visibilidade, mas que podem ser os grandes responsáveis pelo abastecimento de gêneros alimentícios nas metrópoles.

A partir desta perspectiva, as práticas de Agricultura Urbana e Periurbana contemporânea, tendo um caráter multifuncional, vêm assumindo um importante papel ao mostrarem-se como possível estratégia de conexão entre o ser humano, o ambiente e, conseqüentemente o desenvolvimento local inclusivo. Pensando por este viés a AUP, que demonstra possuir grande resiliência neste contexto, poderia ser vista como ferramenta da gestão urbana (MADALENO, 2001 *apud* ARRUDA, 2006, p.02), capaz de auxiliar na redução efetiva dos índices de pobreza, gerando possivelmente renda e melhora na qualidade de vida da comunidade e concomitantemente auxiliando no planejamento e manejo ambiental. “Não seria excessivo considerar que essa luta social insere-se no campo das lutas civilizatórias, pois é luta contra a pobreza, a fome e o desemprego das classes oprimidas” (MOREIRA, 2008, p.246).

As dinâmicas econômicas e sociais, bem como seus agentes, envolvem uma dimensão de espacialidade cuja consideração permite apreciar as características intrínsecas tanto no ambiente rural quanto no urbano. Valendo-se desta maneira do enfoque em que se ampliam as funções para além da produção de bens, assumindo um caráter mais voltado para o ecodesenvolvimento, onde o engajamento efetivo dos autóctones pode manter ou até mesmo influenciar na melhora da qualidade de vida das comunidades além de auxiliar na conservação das áreas destinadas à produção agrícola.

A ênfase na relação com a natureza é inteiramente adequada às situações em que o peso desta na ocupação e na formação da renda rural já é baixo. Mas tem certamente um caráter de ensinamento geral a afirmação de que a relação com a natureza emerge não só como um valor ético ou afetivo, mas também como a mais promissora fonte de geração de renda. (ABRAMOVAY, 2000, p.7)

É nesta perspectiva, que a categoria de AUP tem ganhado evidência mundial, sendo por vezes, um conceito multidimensional que está em construção (FAO, 1996; BRASIL, 2007) com forte caráter decisório quando pensado em relação ao MDS e parte da sociedade civil. A respeito deste assunto, Fleury & Donadieu (*apud* PESSÔA, 2005, p.8) acrescenta que “os sistemas agrícolas das periferias urbanas orientados para as novas necessidades urbanas, mesmo ressaltando que a expressão possui mais de um significado, podendo ser empregada em diferentes situações, ou diferenciada para distintos grupos de profissionais”.

Embora muitas vezes vista como sendo a primeira atividade de um sistema simples e fonte de quase todos os valores, a agricultura é um setor capaz de gerar excedentes e, em escala maior, possuir diversas funções sob um olhar das políticas públicas. “A AUP no

Brasil passa a integrar o rol de opções de políticas sociais que buscam o resgate da cidadania e da sustentabilidade urbana” (ARRUDA, 2006, p.18). Nessa perspectiva, de acordo com o Programa Nacional de apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (2011) que será explicado mais adiante, tal atividade influencia diretamente no fortalecimento da economia solidária como estratégia política, cooperação econômica e social.

É seguindo este pensamento que Abramovay (1992, p.130) defende a idéia de que “as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis”. Neste sentido, pode-se dizer, então, que as atividades sociais não necessitam obrigatoriamente romper com o ideal de acumular rendimentos, mas devem passar a considerar também como ganho: a conservação ambiental, a salvaguarda do patrimônio, a manutenção das peculiaridades culturais de cada coletividade, entre outros exemplos.

Nessa lógica, sendo vista pela ONU como o planejamento urbano mais importante do séc. XXI, a AUP auxilia na preservação do meio ambiente, melhora a paisagem e é importante na estabilização de terras ambientalmente frágeis, já que impedem que margens de rios e encostas possam ser utilizadas para construções irregulares. Praticada não apenas na periferia, mas também em megalópoles do mundo industrializado, a AUP ainda reduz os níveis de impermeabilização do solo. “Em Bogotá, Hanói e São Paulo, hortas municipais ajudam a manter a estrutura e porosidade do solo, o que melhora a recarga dos aquíferos e reduz escorrimentos, prevenindo desabamentos e inundações” (FAO, 2012, p.11).

No Brasil, resultados parciais de a pesquisa Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana em regiões metropolitanas brasileiras, financiada pelo MDS, identificou até o ano de 2007 que havia 635 iniciativas de agricultura urbana no país, das quais 396 nos municípios-centro e 247 em outros municípios da mesma região metropolitana (IPES, 2007). Além disto, “este tipo de atividade é representativo de um nicho de mercado, portanto, algo que garante uma fonte de renda, ainda que pequena, mas que pode significar também o fortalecimento da agricultura familiar no meio urbano” (CRIBB & CRIBB, 2009, p.01), já que as potencialidades da agricultura urbana são favoráveis à sua implementação e consolidação.

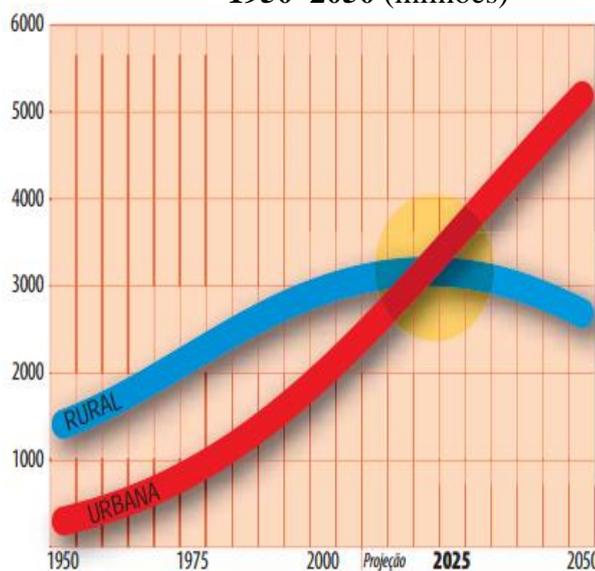
Surge então a necessidade de buscar um novo paradigma científico que supra o industrialismo e considere a importância ecológica como um aspecto primordial, tendo em vista que os danos ao meio ambiente são prejudiciais à produtividade futura, uma vez que os problemas ambientais podem comprometer, e comprometem efetivamente, os objetivos do desenvolvimento. A partir desta premissa, é importante observar que o crescimento

econômico e a produção de riquezas deveriam se condicionar as limitações ambientais, trazendo um desenvolvimento durável (sustentável), tendo em vista o desenvolver do homem.

Trata-se de pensar em uma forma de usufruir do meio causando o menor número de impactos negativos possíveis, gerando benefícios para o ambiente e a sociedade, garantindo o acesso das futuras gerações aos recursos utilizados “Num conflito ambiental estão envolvidos valores muito distintos, ecológicos, culturais, de subsistência das populações, e também valores econômicos. São valores que se expressam em diferentes escalas e não são comensuráveis”.(ALIER, 2007, p.100) Indiscutivelmente ainda existe um conflito entre economia e meio ambiente, onde o que está em jogo, na verdade, é a sobrevivência de dezenas de famílias em face do crescimento econômico globalizado.

É uma realidade o fato de que tem aumentado em muito o número de habitantes do mundo que vivem em ambiente urbano e que este quadro apresenta uma certa tendência em se acentuar (FAO, 2012). Observando a Ilustração XII, nota-se a demonstração de que até 2025 mais da metade da população do mundo em desenvolvimento (em torno de 3,5 bilhões de pessoas) estará concentrada nas cidades.

Ilustração XII - Crescimento Demográfico do Mundo em Desenvolvimento, 1950–2050 (milhões)



Fonte: (FAO, 2012)

Tal questão traz preocupações principalmente no que tange a segurança alimentar e nutricional. Dentro desta lógica, as práticas AUP quando interligadas às políticas públicas adequadas pode amenizar os riscos provindos da grande aglomeração nas cidades, além de contribuir para melhoria da qualidade de vida da sociedade e uso mais consciente do

ambiente urbano. “Um ponto de partida para solucionar tais problemas presenciados nas cidades é reconhecer e integrar às políticas e planejamento urbano muitas das soluções criativas que os pobres urbanos desenvolveram para fortalecer suas comunidades e melhorar sua vida” (FAO, 2012, p.03), como a agricultura urbana e periurbana, já que o desenvolvimento de atividades como estas deveria promover um estreitamento entre o governo federal e os departamentos municipais.

Políticas públicas que tratem a questão de AUP são tão essenciais que quando negligenciadas podem provocar ainda que indiretamente a secundarização de áreas destinadas às práticas agrícolas quanto ao planejamento urbano, o que conseqüentemente diminuiria o acesso aos alimentos produzidos nesses ambientes.

Isto conduz à segunda dimensão a ser destacada relativa às repercussões da AUP na segurança alimentar e nutricional enquanto estratégia para a melhoria da qualidade de vida.

Segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de uma alimentação saudável, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, devendo ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras de saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, como um direito do brasileiro de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região. (CONSEA, 2009). Todavia, grande parte da população brasileira tem se enquadrado em casos de insegurança alimentar que, de acordo com Marin-León *et al* (2005), engloba desde a percepção de preocupação e angústia ante a incerteza de dispor regularmente de comida, até a vivência de fome por não ter o que comer em todo um dia, passando pela perda da qualidade nutritiva, incluindo a diminuição da diversidade da dieta e da quantidade de alimentos.

Toda pessoa tem direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade,, em quantidade suficiente e de modo permanente. Isso é Segurança Alimentar e Nutricional. Deve ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse é um direito do brasileiro, um direito de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região. (BRASIL - Lei 11.346, 15 de setembro de 2006)

Hoje, sabe-se que uma alimentação adequada é fundamental para a boa nutrição, e que o estado nutricional de uma população é um excelente indicador de sua qualidade de vida, espelhando o modelo de desenvolvimento de uma determinada sociedade. “As frutas e hortaliças são as fontes naturais que têm maior abundância de micronutrientes, mas nos países em desenvolvimento o consumo diário de fruta e hortaliças é apenas de 20% a 50%

do recomendado pela FAO e a OMS.” (FAO, 2012, p.05) Ou seja, a boa nutrição de um povo está diretamente relacionada ao acesso a uma alimentação em quantidade e qualidade suficientes para suprir suas necessidades diárias.

O termo SAN apareceu na história após a I Guerra Mundial no sentido de atingir e examinar o contexto da disponibilidade de alimentos. (MALUF, 2007) Em relação ao Brasil, a proposta de um Sistema e de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional teve origem em dois eventos ocorridos em meados da década de 1980, um mais técnico e outro político. Todavia segundo Maluf (2007), somente em 1986, a preocupação com a segurança alimentar e nutricional da população apareceu no Brasil dentre os elementos definidores de uma proposta de política de abastecimento alimentar. Entretanto, com poucas consequências práticas até então.

Durante muitos anos, Segurança Alimentar e Nutricional ainda não fazia parte dos interesses prioritários da agenda brasileira em busca de desenvolvimento, afirma Valente (2001). Tal tema foi ganhando mais relevância com o fortalecimento de alguns movimentos sociais que lutavam por melhoras nessa perspectiva e às progressivas ações governamentais nessa direção, desde a década de 1990. “A crescente importância da estratégia de desenvolvimento social [...] com forte ênfase na redução imediata da fome e da miséria, aponta para a necessidade de sua inclusão em um quadro de referência [desenvolvimentista]” (VALENTE, 2001, p.10)

Em 1991, divulgou-se a proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional elaborada com um impacto inicial restrito. Mas só foi aceita no início de 1993 pelo Governo Itamar Franco, como uma das fundamentações para a instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), contribuindo para a definitiva introdução da questão agroalimentar e da fome como temas prioritários na agenda política nacional. (MALUF, 2007).

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de caráter consultivo, auxilia como o nome mesmo declara o Presidente da República na formulação de políticas que busquem garantir o direito à alimentação. Surgiu oficialmente vinculado à Presidência da República em 1993, no então governo de Itamar Franco, sendo apresentadas suas primeiras diretrizes na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 1994. Entretanto, a partir de 1995, durante a gestão de Fernando H. Cardoso, tal conselho foi extinto. Ao longo da década de 1990, a hegemonia neoliberal levou a retrocessos nas políticas sociais e em boa parte dos programas de alimentação e nutrição.

Frente a esse retrocesso surgiu, uma vez mais, a mobilização social como indutora do enfrentamento da fome, com uma grande campanha nacional “contra a fome e a miséria e pela vida”. Mas em 2003, é retomado o Consea no governo de Luís Inácio da Silva como ponto estratégico para auxiliar no combate à fome e na diminuição dos graus de insegurança alimentar da população do país através do estímulo à participação da sociedade civil organizada e em constante diálogo com o Ministério do Desenvolvimento do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Conforme havia avanços no assunto, o Brasil foi acumulando conhecimentos paralelamente a lutas de importantes movimentos sociais nas mais distintas localidades e instituições com objetivos voltados para o Direito Humano à Alimentação e a Soberania Alimentar. Como consequência do empenho de trabalhadores, organizações e instituições tanto civis quanto governamentais, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) gradualmente foi deixando de ser um conceito distante e abstrato para tornar-se algo sólido na vida de milhares, “através da implementação de um amplo espectro de políticas públicas que vêm contribuindo para mudar a dura realidade da insegurança alimentar e garantir que mais gente tenha vida e dignidade em todo território brasileiro”. (CONTI, 2009, p.14)

A partir de 2003, o Brasil colocou a superação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional em posição central na agenda governamental. Assim, gradualmente o Brasil vem experimentando uma mudança de paradigmas éticos e políticos quanto a SAN e o DHAA. Tendo em vista que o DHAA está previsto entre os direitos sociais da Constituição, desde a aprovação da Emenda Constitucional nº 64, em fevereiro de 2010, ele se torna uma realidade quando “todas as pessoas têm acesso garantido e ininterrupto à alimentação adequada e saudável por meios próprios e sustentáveis”. (CONSEA, 2010, p.29) A realização do DHAA, conceito totalmente atrelado a SAN, pressupõe o destino de orçamentos públicos e a implementação de políticas públicas que incluam a população cujo quadro é a vulnerabilidade à fome e à pobreza.

Historicamente, o brasileiro ingere pouca quantidade e variedade de hortaliças, legumes e frutas. A Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística entre os anos de 2002/2003 verificou que tais tipos de alimentos correspondiam a apenas 2,3% das calorias totais ingeridas pela população (IBGE, 2004). E entre 2008/2009, a avaliação nutricional mostrou, quanto aos padrões de consumo alimentar em todas as classes de renda, a participação insuficiente de frutas (2,04%) e verduras e legumes (0,80%) na alimentação (IBGE, 2010), índices muito abaixo da recomendação da Organização Mundial da Saúde. Por outro lado, segundo documentos do CONSEA (2010,

p.16), nas regiões metropolitanas, verificou-se que “entre 1974-75 e 2002-03 houve uma manutenção nos valores referentes às proteínas, substituição parcial da disponibilidade de carboidratos por gorduras e açúcar e redução do consumo de carboidratos complexos”.

No Brasil há produção de alimentos que poderia garantir calorias per capita suficientes para toda sua população, mas o consumo geral, em média, não ultrapassa a 1.700 quilo calorias, deixando um déficit expressivo por pessoa. A insuficiência de renda, associada aos baixos índices de escolaridade é o principal determinante da falta de acesso aos alimentos deste ainda grande contingente da população brasileira que vive em situação de fome e pobreza. (CONTI, 2009, p.16)

É possível notar, através de estudos e pesquisa que, no país, há um problema alimentar que precisa ser enfrentado como elemento estratégico para a construção de um futuro com maior grau de equidade social,³² por isso, a seriedade do tema. Nabuco e Porto (2000) a respeito deste assunto acrescentam que o acesso à alimentação tem se mostrado como um critério fundamental para o desenvolvimento de uma comunidade, de modo que o direito à alimentação seja incorporado ao conceito de cidadania tal qual o é à educação, à habitação, à saúde e ao transporte. Segundo Sen (2000) desenvolvimento é o “processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (p.17) estando essas liberdades condicionadas a outros determinantes, como as disposições sociais, econômicas e os direitos civis numa perspectiva de que quanto maiores são as capacidades das pessoas, maiores serão as possibilidades de desenvolvimento. Complementar a isto, Maluf (2007) afirma que a SAN, faz parte de um parâmetro para estratégias de desenvolvimento de um país e esta inserida em três linhas de ação, quais são: ampliar o acesso da população aos alimentos, inserir formas mais sustentáveis de produzir e comercializar, e por fim obter qualificações que devem ser dirigidas para grupos populacionais vulneráveis ou com requisitos alimentares específicos.

Embora ainda exista a necessidade de muitas melhoras e reivindicações, a SAN foi tomando um caminho no país que atualmente já põe o Brasil em posição de destaque como referência internacional no combate à pobreza, à insegurança alimentar e nutricional, à exclusão social histórica e às desigualdades nos campos do trabalho e renda. Apesar das contribuições em busca de alteração quanto a situação de insegurança alimentar, sabe-se que apesar dos constantes decréscimos, as taxas de insegurança alimentar e nutricional ainda são

³² Equidade Social aqui abordada como o oposto ao segundo tipo de desigualdade definido por Rousseau. Segundo este autor (1986, p. 143), existem “...duas espécies de desigualdades: uma, que chamo natural ou física, porque foi estabelecida pela natureza, e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças corporais e das qualidades do espírito ou da alma; outra, a que se pode chamar de desigualdade moral ou política, pois que depende de uma espécie de convenção e foi estabelecida, ou ao menos autorizada pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios desfrutados por alguns em prejuízo dos demais, como o de serem mais ricos, mais respeitados, mais poderosos, ou mesmo mais obedecidos”

elevadas devido não apenas aos baixos níveis de renda familiar de onde boa parte é destinada à aquisição de alimentos, mas também ao fato de que atualmente existe uma tendência à homogeneização dos hábitos alimentares, em que prevalece a baixa qualidade nutricional das dietas (CASTELO BRANCO & ALCÂNTARA, 2011). Dada esta estimativa, não se pode negar a importância da necessidade de maiores investimentos em alternativas que possam minimizar a incidência de problemas alimentares causados pela escassez de uma alimentação balanceada e saudável. É neste aspecto que a AUP pode ser vista como aliada, mesmo que do ponto de vista conjuntural a sua utilização agrícola se revele pouco interessante.

Atualmente, o consumo alimentar não pode ser explicado apenas pela lógica da produção ou pela lógica das necessidades nutricionais. O tema se torna cada vez mais complexo, exigindo estudos sobre as relações que se estabelecem entre os vários membros que compõem a cadeia alimentar: produtores agrícolas, industriais, comerciantes e consumidores, além do papel do Estado no [...] sistema produtivo. Seu estudo requer ainda a análise do conjunto de fatores que tem determinado as mudanças e a diversificação dos hábitos alimentares (OLIVEIRA & THÉBAUD-MONY, 1997).

Deriva do anterior a imprescindibilidade de se pensar no Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) como condição de primeira necessidade que suplanta as mais diversas dialéticas e dinâmicas econômicas. Para tanto não se pode esquecer que a busca pelo desenvolvimento precisa estar atrelada ao princípio de equidade social em paralelo às iniciativas que objetivam trabalhar de modo a garantir a sustentabilidade do meio. Por isso a fundamental relação da AUP nesse processo, perfilhada como uma tendência essencial para a consolidação do direito humano à alimentação saudável e adequada de populações em risco. É a parceria entre agroecologia (alternativa de sustentabilidade ambiental nos modos de produzir e comercializar) e as estratégias políticas públicas de SAN.

Segundo informações da FAO (2012), cerca de 800 milhões de pessoas se dedicam à agricultura urbana e periurbana em todo o mundo e desses, em torno de 200 milhões produzem para o mercado. Esta e outras práticas realizadas no meio rural/rurbano, como um todo, demonstram-se, basicamente, dependentes da natureza e dos elementos biológicos, embora vista por diversos autores como sendo a primeira de um sistema simples e fonte de quase todos os valores, a agricultura é um setor capaz de gerar excedentes e, em escala maior, possuir diversas funções sob um olhar das políticas públicas.

De acordo ainda com a FAO (2012, p.14), “à medida que as altas taxas de nascimento e migração rural acrescentarem milhões à população juvenil na próxima década,

a frustração urbana pode atingir o ponto de ebulição” pela escassez de preparo e infraestrutura em garantir qualidade de vida a todos esses habitantes. Ao observarmos declarações como estas, vê-se a AUP como estratégia eficaz no que tange a segurança alimentar e nutricional, bem como ao uso do meio ambiente, quando integrada às políticas públicas, pois auxilia ativamente nos problemas enfrentados nas cidades cujo contingente populacional tem crescido cada vez mais, já que promove a educação ambiental, incentiva as práticas de agroecologia e dá resposta a necessidades de famílias que desta forma podem obter produtos agrícolas a um custo reduzido.

Em outras palavras, poderíamos dizer que a AUP quando integrada a agroecologia vai de encontro a sérios problemas atuais que incidem diretamente sobre os sistemas alimentares, quais são poluição da água/falta de água, degradação do solo e erosão, desflorestamento e redução de recursos naturais com características de propriedade comum. Este ponto de vista justifica a necessidade de intervenções governamentais e de políticas públicas para o setor. Poder-se-ia, então dizer a partir desta perspectiva, que a AUP está interligada à questão do desenvolvimento sustentável, à medida que auxilia quanto a equidade social e sustentabilidade ambiental no que se refere aos modos de produzir, comercializar e consumir onde o foco não está no econômico, mas sim na melhoria da qualidade de vida, já que contribui para a segurança alimentar e nutricional, elemento do direito ao desenvolvimento (MALUF, 2010).

Associando tal questão ao quadro de insegurança alimentar e nutricional exposto, verifica-se que a AUP praticada principalmente nas periferias ganham papel estratégico, pois são “espaços que podem territorializar a soberania alimentar”³³ (MOREIRA, 2008, p.249). Mas, à medida que os centros urbanos continuam aumentando seu contingente populacional, retrocede-se esse aspecto já que os pequenos espaços conquistados para plantio vão sendo redirecionados para construção civil. Muitas vezes o primeiro passo consiste em proteger pequenas hortas que existem, capacitando seus agricultores e integrando-os dentro um sistema que o permita desenvolver a atividade e melhorar qualidade de vida através dela. “A aproximação do governo com a comunidade local gera resultados positivos expressivos, garantindo o sucesso no desenvolvimento de programas

³³ Conceito que vem sendo proposto desde a década de 1990. A soberania alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação à toda população[...] Ela pressupõem uma Reforma Agrária radical, e o apoio às agriculturas familiares, em que as mulheres tenham igualdade de oportunidades e de acesso aos meios de produção[...] Para se obter soberania alimentar, são necessários sistemas produtivos sustentáveis, em que se valorize a soberania e as culturas locais e, em especial, os hábitos alimentares[...] A alimentação jamais será utilizada como arma de pressão econômica e política entre os países. (SILIPRANDI, 2001, p.18)

específicos [...] e demais áreas envolvidas na agricultura urbana” (COVARRUBIAS, 2011, p.17)

Hoje se entende a imprescindibilidade de políticas que transcorram sobre diversos setores do poder público a fim de permitir que todos os indivíduos tenham acesso a alimentos e garantia de permanência quanto aos mesmos. A agenda política do Estado e da sociedade brasileira precisa estar ajustada nesta questão, já que “a superação do quadro de insegurança alimentar do Brasil deve-se pautar na elaboração de políticas públicas intersetoriais” (ANSCHAU, 2008, p.13). “O processo de afirmação de AUP está na pauta da construção de políticas públicas de combate à fome e à pobreza. Tal processo resulta da resistência, da rebeldia e da capacidade de luta dos pobres urbanos” (MOREIRA, 2008, p.250).

Nesse sentido, já no século XXI, começa a fazer parte da política brasileira de garantia de segurança alimentar e nutricional e de redução da pobreza, o incentivo a formação de hortas urbanas e periurbanas, através do Programa Nacional de Agricultura Urbana (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Na verdade, tal importância se dá a partir da Estratégia Fome Zero, que tinha caráter federativo fundado na cooperação técnico-orçamentária entre as três esferas de Governo, buscando excitar a produção, a circulação e o consumo de alimentos.

O governo federal brasileiro no âmbito de Programas voltados para esta questão vinculados ao MDS colocou em pauta a utilização da AUP como temática integrante da promoção de segurança alimentar e nutricional, através de “programas de abastecimento e programas voltados à promoção e apoio às hortas comunitárias, produzindo alimentos frescos de qualidade, gerando emprego e renda, permitindo a garantia de acesso direto aos produtos produzidos pelas populações”. (ARRUDA, 2006, p. 06)

O Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, mencionado na Lei nº 11.346/2006 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - Criação do SISAN), que fazia parte de uma estratégia a partir de políticas de ampliação do acesso aos alimentos, foi retirado da agenda do MDS recentemente e, por tal motivo, a continuidade do programa está ameaçada.

Tal programa tinha como finalidade interferir na organização de sistemas agroalimentares em níveis locais e regionais, com a intenção de agregar as atividades de produção, beneficiamento e comercialização de produtos agroalimentares oriundos da agricultura familiar e tradicional. Desta forma poder-se-ia dizer que também contribuía para

a construção de Sistemas Locais de Segurança Alimentar e Nutricional, na perspectiva da promoção do direito humano à alimentação saudável.

A supressão do mesmo da agenda do MDS torna-se prejudicial aos agricultores familiares periurbanos tendo em mente que tal programa inserido na Lei mencionada representava a sinopse de um empenho coletivo e suprapartidário da luta nacional contra a fome, à pobreza e em defesa do DHAA.

2.3 POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM ENFOQUE DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Como já mencionado anteriormente, na última metade do século XX, intensifica-se o crescimento econômico mundial e, conseqüentemente, os problemas ambientais. A relação entre o homem e a natureza passa a entrar em debate no mesmo quadro de racionalidade do aparelho capitalista quanto ao sistema de apropriação e consumo. O aumento vertiginoso da pobreza e a degradação ambiental são visto como duas conseqüências do modelo capitalista neoclássico. “A tensão ocasionada pela percepção de que o modelo de desenvolvimento econômico hegemônico tornou-se insustentável desencadeou um movimento de busca por alternativas [...] de âmbito mundial” (CARLETTO *et. al.*, 2006, p. 04).

Nota-se, então que a partir do conceito histórico de globalização, seguindo a ideologia de Marx de que o capitalismo traz eminentemente a “necessidade” de desenvolvimento, nas últimas décadas muito se tem falado e buscado acerca desta lógica. O termo desenvolvimento tem se mostrado como um transformador desejável, todavia dentro desse ideal, clamar por desenvolvimento significa pensar no contexto de culturas que busquem mudança ou que estejam conscientemente abertas a essa possibilidade como um valor social.

Considerado durante anos como um país subdesenvolvido, o histórico geoeconômico do Brasil mostra essa realidade. Mas como categorizar nações com trajetórias tão distintas? O subdesenvolvimento começa a ser visto como variante do desenvolvimento onde a promoção de novas técnicas não significaria redução da heterogeneização social, mas sim um dos atenuantes desta percepção (FURTADO, 2002). As abordagens históricas e estruturais começam a serem utilizadas para explicar os desafios do subdesenvolvimento.

A respeito deste assunto Furtado (2002) defende que os países “periféricos” vivem um problema histórico de formação nacional articulado às conexões fundamentais entre dependência e subdesenvolvimento. Desta maneira, não se poderia dizer que desenvolvimento é sinal de crescimento, nem mesmo que subdesenvolvimento esteja relacionado a atraso. Na verdade, é como se o desenvolvimento estivesse inteiramente ligado ao processo de invenção cultural, de tal modo que o “crescimento econômico vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social subjacente” (*ibidem*, 2002, p. 484). Por este motivo é que se verifica que os diversos países encontram-se em estágio de “desenvolvimento” distintos, já que o desenvolvimento de cada localidade depende de suas características próprias, tais como: situação geográfica, extensão territorial, passado histórico, cultura, população e riquezas naturais.

A ideia de desenvolvimento, portanto, está constituída numa compreensão de acumulação, ou seja, seria necessário problematizar a relação entre a acumulação e o progresso técnico a partir da consideração da estrutura social subjacente ao processo econômico, o que diverge completamente do conceito de crescimento. Isto significa que desenvolvimento pode e está relacionado ao crescimento econômico e acumulação de capital quanto aos recursos gerados e utilizados por ele, entretanto, não tem nele sua base principal, mas sim nos relacionamentos humanos.

Apesar de a pobreza ser uma idéia essencialmente econômica, ela não pode ser devidamente entendida sem sua dimensão cultural. E foi o próprio Adam Smith quem primeiro estabeleceu essa estreita ligação entre privação cultural e pobreza econômica. Não disse apenas que a pobreza assume a forma bruta de fome e privação física, mas também que ela pode surgir nas dificuldades que alguns segmentos encontram para participar da vida social e cultural da comunidade. (VEIGA, 2008, p.46)

Furtado (2002) ressalta que antes de desenvolver o processo produtivo é necessário o desenvolvimento do capital humano, uma vez que a capacitação do fator humano, de maneira prévia, possibilita um real desenvolvimento. A concepção de desenvolvimento está além de variáveis pautadas em renda e indicadores *per captos*, uma vez que se apresenta como um fenômeno complexo provido e acompanhado de fatores devem ser analisados com muito cautela. Sachs (2008) diz que outra forma de ver o desenvolvimento consiste em posicioná-lo segundo a apropriação efetiva das três gerações de direitos humanos (políticos, cívicos e civis; econômicos, sociais e culturais; e coletivos ao meio ambiente).

Cavaco (1996) empregou a expressão “desenvolvimento local” para expressar o processo em que as localidades, munidas de seus recursos mais variados, criam

oportunidades de promoção do bem-estar coletivo, implementando atividades que de alguma forma dinamizem a economia em pequena escala, gerando o “desenvolvimento” do lugar mediante estratégias de baixo impacto socioambiental.

Seguindo neste mesmo pensamento, Alier (2007) mostra que dentro do modelo econômico em que o Brasil está inserido, a exploração dos recursos naturais tem sido a responsável por inúmeros problemas ambientais. Por isso, deve-se analisar a “economia como um sistema aberto à entrada cada vez maior de energia e materiais, e à saída de [...] formas de contaminação” (ALIER, 2007, p.25) com o intuito de preservar o meio em que se vive e diminuir os conflitos ecológico-ambientais.

De acordo com Veiga (2008), o homem é um “agente transformador do mundo” capaz de gerar desenvolvimento quando incluso neste sistema, bem como capaz de sofrer a imposição do “sistema”. O que se quer dizer é que o aumento dos padrões médios de vida, que sempre ocorre com o “desenvolvimento econômico”, “precisa ser seguido pela consecução de outros objetivos políticos: pelo “desenvolvimento social” ou por uma distribuição de renda menos desigual e portanto mais justa do produto social.” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p.04). O crescimento econômico e a produção de riquezas, mesmo sendo muito importantes, deveriam se condicionar às limitações ambientais, trazendo um desenvolvimento durável (sustentável), tendo em vista o desenvolver do homem.

[...] só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. E são quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida em comunidade. Na ausência destas quatro, estarão indisponíveis todas as outras possíveis escolhas. (VEIGA, 2008, p. 85)

Pensar em desenvolvimento não significa apenas lutar para criar uma dimensão econômica favorável, mas necessariamente implica também em analisar problemas e obstáculos que precisam ser superados nos âmbitos social e alimentar, ou seja, seria necessário problematizar a relação entre a acumulação e o progresso técnico a partir da consideração da estrutura social subjacente ao processo econômico. É assim que as práticas de AUP revelam uma realidade com caráter global que precisa ser considerada no contexto das políticas de planejamento territorial, seja nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Como exposto anteriormente, este trabalho partilha das ideias de Bourdieu (1999) no que tange ao fato de se pensar na sociedade como sendo integrada de relações não

estáticas, mas dinâmica. Tal concepção torna-se importante quando pensada em conjunto quanto a heterogeneidade que se estabelecem entre sociedades, que se fazem diferentes uma das outras onde cada uma possui suas peculiaridades. Por isso, se faz tão necessário ter uma visão do que seja um desenvolvimento apropriado para cada localidade tendo como preceitos a relação harmônica entre homem e meio natural, a equidade e a solidariedade para com as gerações futuras.

Partindo dessas premissas, volta-se o olhar para um desenvolvimento mais voltado para as questões locais, cujas estratégias estejam intimamente ligadas à melhoria na qualidade de vida através do acesso a fatores que auxiliam na redução da pobreza, no aumento da expectativa de vida e na integração real dos indivíduos na sociedade em que vivem. Para tanto torna-se indispensável criar estratégias locais sob o foco de um olhar dimensional, ampliando a ótica de análise onde o território deixa de ser visto apenas como um dado, sendo agora adotado como construção social, facilitando um caráter multiescalar de desenvolvimento.

Com esta visão as estratégias de desenvolvimento passam a ter um novo objetivo, pois entre outras coisas, muda-se o elemento impulsionador/causador de políticas públicas. A sociedade que antes era o alvo, agora, pode estar presente na elaboração e implementação dos planos públicos através de meios como as arenas, afinal, “elaborar uma política pública equivale a construir uma representação, uma imagem da realidade sobre a qual queremos intervir” (MULLER, 2003). Partindo desta premissa, a criação de políticas inclusivas tomam um papel de imprescindibilidade ao tornarem-se ambientes de representação e participação de todos os atores envolvidos no processo da política, permitindo uma possível articulação dos programas existentes, pois através de participação coletiva mais efetiva nos processos decisórios permite a construção gradativa de uma consciência comunitária que contribua para o estabelecimento de políticas compatíveis com as características socioeconômicas locais.

Caminhando para um olhar mais específico, sabe-se que um aspecto extremamente importante para se pensar estratégias de desenvolvimento é a questão da segurança alimentar e nutricional. Afinal uma alimentação complementar adequada, iniciada em tempo oportuno é fundamental para uma boa nutrição, uma vez que o estado nutricional de uma população é um excelente indicador de sua qualidade de vida, capaz de espelhar o modelo de desenvolvimento de uma determinada sociedade. Portanto, não se pode eliminar ou simplesmente suprimir a questão da segurança alimentar quando se pensa em estratégias de

desenvolvimento territorial, pois é explícito que os aspectos ligados a ela influenciam diretamente na lógica sócio-espacial dos mais diversos países.

Dentro deste aspecto, analisando o caso da América Latina, por exemplo, (onde cerca de 85% das pessoas com baixo nível aquisitivo se concentraram em áreas urbanas, de acordo com a FAO (2012), Freitas (2003) mostra que o aumento dos casos de insegurança alimentar está relacionado à instabilidade econômica e a condição de dominação e exploração presentes neste território desde os tempos da colonização. Com o passar dos anos, os esforços necessários para o desenvolvimento econômico desses lugares estariam notadamente ligados a ações políticas de governantes. Esforços estes que foram determinantes para mostrar os objetivos políticos a curto, médio e longo prazo, o que mais particularmente no caso brasileiro, limitou-se em “consolidar a estabilização macroeconômica deixando à margem questões sociais.” (MELLO, 1997:2-9 *apud* FREITAS, 2003)

De maneira geral, no Brasil, ao longo de todos os processos históricos, os projetos governamentais, na trajetória da constituição de uma sociedade e de uma identidade nacional, nunca deram respostas significativas à questão da fome. As políticas de combate à fome e à desnutrição sempre foram dispersas, sem definições claras e subordinadas, quase sempre, à reorientações dos investimentos internos e ao incremento de políticas econômicas comprometidas com o mercado externo. (CPI, 1991 *apud* FREITAS, 2003)

Segundo a FAO (2012) um grande contingente das pessoas de baixa renda que vivem em zonas urbanas gasta uma boa porcentagem do que recebem, cerca de 80%, para adquirir alimentos, “o que as torna muito vulneráveis quando os preços dos alimentos sobem ou sua renda diminui.” (*ibidem*, p.05) Muitas vezes os níveis de desnutrição são tão altos quanto os das áreas rurais. Para sobreviver, muitos desses habitantes cultivam seus próprios alimentos em cada pedaço de terra disponível: em seus quintais, ao longo dos rios, estradas, e sob as linhas de transmissão de energia, ou sobre solos subterraneamente já utilizados para outras atividades. Cada vez mais cresce o número de países na América Latina que reconhece e promove ações de AUP objetivando o fortalecimento da segurança alimentar e desta forma enfrenta o fantasma da pobreza, melhora a gestão ambiental e a saúde da população desprovida (CRIBB & CRIBB, 2009, p.04). Quanto a isto Maluf (2007) acrescenta que um dos desafios das políticas de produção voltadas à segurança alimentar, se refere à necessidade de que os agricultores disponham de uma boa remuneração, frente ao fato crescente de se ter produtos de qualidade e a preços acessíveis às populações de baixa renda.

2.3.1 Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)

Levando-se em consideração que os temas aqui tratados são elementos estratégicos para a construção de um futuro com maior grau de equidade social, não se pode negar a necessidade de notar que a segurança alimentar vem exigindo novos enfoques e, particularmente, novos métodos de estudo, maior produção de conhecimentos e maior diálogo entre especialistas e pesquisadores, com vistas a equacionar soluções para os principais problemas da alimentação e nutrição da população brasileira, assim como avaliar formas eficazes e eficientes de intervenção. Portanto, na busca pela redução de (in)segurança e maior garantia à segurança alimentar, acredita-se que se deve adotar uma postura interdisciplinar, cujo processo deve conjugar ações para transformar a cultura da fome (FREITAS, 2003).

Neste sentido, o governo brasileiro tem investido desde a década de 1990 (com algumas modificações - uma interrupção - durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso), no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) como forma de criar um meio de assessoramento ao Presidente da República na formulação de políticas para garantir no país o direito à alimentação através de medidas estratégicas e, através do qual foram priorizadas as políticas de potencialização da agricultura familiar e de reforma agrária. “As políticas públicas existem para respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos. As políticas de SAN e outras políticas e programas interrelacionadas constituem-se nas ações governamentais voltadas à garantia da realização do DHAA.” (CONSEA, 2010, p.26)

De 2003 em diante, o Estado e a sociedade civil passaram a estar mais interligados. Criaram-se novos Conselhos Nacionais e aprimoraram-se o já existentes, demonstrando que a participação social é fundamental para o bom andamento das políticas públicas, como já previa a Constituição Federal de 1988, "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição". Atualmente, o Brasil tem investido na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), determinação legal da LOSAN, Lei nº 11.346/06 que tem como um de seus objetivos centrais o DHAA. A PNSAN por ser intersetorial e dialogada com os mais diversos ramos a ela interligados, foi regulamentada envolvendo a articulação de vários programas, tendo sido lançado um Plano Nacional de SAN (PLANSAN 2012-2015). Este por sua vez, foi embasado nas metas e objetivos do novo Plano Plurianual (PPA), o que contribui para a intersetorialidade já que traz para a esfera estratégica do planejamento a garantia de plenas

condições para sua implementação (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, 2011).

Elaborado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), incluindo um processo de consulta ao CONSEA e aprovado pelo Plano Ministerial da CAISAN, composto por 19 Ministérios, o PLANSAN 2012-2015 integra dezenas de ações do conjunto destes órgãos voltadas para a produção, o fortalecimento da agricultura familiar, o abastecimento alimentar e a promoção da alimentação saudável e adequada. (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, 2011, p.09)

Dentro do sentido a que este trabalho se propõe, pretende-se dar enfoque às políticas locais de segurança alimentar e nutricional que estabelecem conexões entre a promoção da agricultura familiar e o acesso a alimentos de qualidade. Nesta temática, segundo Maluf e Zimmerman (2005), um valor que é principal para a política de segurança alimentar é a intersetorialidade. Quando se consegue conferir essa dimensão aos programas e ações que constituem essa política, os resultados se potencializam sobremaneira e, na maioria das vezes, ampliam o alcance dos públicos beneficiados.

Uma vez que a PNSAN realiza-se por meio da integração de políticas e programas setoriais de modo a promover a universalização dos direitos sociais, muitos exemplos podem ser dados, sobre situações onde esta a intersetorialidade é praticada. Vale mencionar, como exemplos claros desta possibilidade, práticas que vêm integrando programas que estimulam a produção e comercialização de alimentos da agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, o Programa da Alimentação Escolar aplicado no nível local, entre outros.

2.3.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

Criado em 1996 sob a coordenação do MDA, o PRONAF faz parte de uma política pública instituída para apoiar os agricultores familiares. Tem como objetivo o fortalecimento das atividades produtivas geradoras de renda das unidades familiares de produção, com linhas de financiamento *rural* adequadas à sua realidade (BRASIL, 2012).

Tendo em vista a necessidade de capital econômico para a produção e comercialização de bens agrícolas, o PRONAF oferece financiamento com baixas taxas de juros. Sendo este financiamento concedido apenas às atividades produtivas consideradas capazes de gerar renda, estão entre as funções do PRONAF financiar os custos de produção, a melhoria de infraestrutura de produção (que muitas vezes exige financiamentos de longo

prazo), a cooptação de valor à produção primária e as cotas das cooperativas de produção dos agricultores familiares. Para tanto, é necessário cumprir alguns critérios:

1. trabalhar na terra em condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou assentado do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
2. residir na propriedade rural ou em local próximo;
3. dispor de área inferior a quatro módulos fiscais³⁴;
4. ter renda bruta anual do grupo familiar entre R\$ 4 mil e R\$ 110 mil com pelo menos 70% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, ou abaixo de R\$ 4 mil com pelo menos 30% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
5. ter, no máximo, dois empregados, sendo que a mão de obra deve ser prioritariamente familiar.

Numa questão administrativa, os beneficiários do PRONAF são enquadrados em grupos distintos que podem ser A, A/C, B, C ou AF (Tabela VI). Tal classificação se faz necessária à medida que cada grupo tem direito de acesso a linhas de crédito, com finalidades e condições específicas. Para tanto, é emitido um documento chamado DAP³⁵ que identifica a família como beneficiária do PRONAF, mostrando a que grupo ela pertence.

Uma das preocupações principais da análise da operacionalização do PRONAF é analisar as possibilidades de participação dos excluídos das vias tradicionais do desenvolvimento. Todavia, tal programa não abrange os casos de AUP, destinando-se apenas aos agricultores rurais, impossibilitando inúmeros casos de financiamento. Tal fato ocorreu com os agricultores da Univerde, objeto desta dissertação que para sanarem o problema foram declarados juntos a Emater-Rio/Nova Iguaçu, como agricultores rurais a fim de conseguirem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), declaração esta obrigatória para acessar as linhas de crédito. Entretanto, essa não é apenas uma realidade da Baixada

³⁴ O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectare fixada para cada município.

³⁵ Criada pela MDA, a DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o Pronaf, o PAA, PNAE e Habitação Rural. É o instrumento que identifica os agricultores familiares e suas formas associativas, aptos a realizarem operações de crédito rural. Para obtê-la, o agricultor familiar deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciada pelo MDA, munidos de CPF e dados acerca de seu estabelecimento de produção (área, número de pessoas residentes, composição de forma de trabalho e da renda, endereço completo). É a partir da DAP, que os agricultores familiares são classificados em Grupos de Crédito segundo os critérios de renda agrícola, área destinada à produção e utilização de mão-de-obra familiar. Para cada Grupo existe um conjunto de linhas específicas de crédito que determina, para cada plano safra, a da taxa de juros e as condições de pagamento correspondente (ALONSO & SANT'ANA, 2010)

Fluminense. “Há, inclusive, uma reivindicação dos movimentos sociais pela inclusão da agricultura urbana em um dos programas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF”, afirma Rosa (2011).

Tabela VI: Grupos Básicos do PRONAF, enquadramentos e finalidades

Grupo	Enquadramento	Finalidade
Grupo A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e os reassentados em função da construção de barragens.	Financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias.
Grupo A/C	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que já tenham contratado a primeira operação no Grupo A	Financiamento do custeio de atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção.
Grupo B (Microcrédito Rural)	Agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 6 mil.	Financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias no estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas.
Grupo C	Agricultores familiares titulares de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida do Grupo C, emitida até 31/03/2008, que, até 30/06/2008, ainda não tinham contratado as seis operações de custeio com bônus.	Financiamento de custeio, isolado ou vinculado, até a safra de 2012/2013.
PRONAF Agricultor Familiar	Agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$ 6 mil e até R\$ 110 mil.	Financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural, bem como o custeio agropecuário.

Fonte: SEBRAE (2011)

2.3.2.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Instituído pela Lei nº 10.696, de outubro de 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos está entre as estratégias do Governo Federal na busca pela estruturação de políticas que busquem a redução da fome e da pobreza no país, aliando tais perspectivas ao fortalecimento da Agricultura Familiar. Este programa tem como objetivo “incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos

agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos” (Lei 10.696/2003). Desta maneira o PAA atua de forma a facilitar a comercialização de alimentos agropecuários provindos de tal atividade adquirindo-os diretamente dos agricultores familiares, membros de comunidades remanescentes de quilombos, indígenas, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas e agricultores assentados ou empreendimentos familiares rurais, desde que enquadrados no PRONAF, pela posse da DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf. Os alimentos assim adquiridos são distribuídos à população que se encaixe entre os casos de vulnerabilidade social.

Fazendo parte da Estratégia Fome Zero que tem como alguns dos principais eixos o acesso a alimentos, juntamente com o fortalecimento da agricultura familiar, o PAA é um instrumento de política agrícola capaz de exercer certa influência quanto ao fortalecimento de circuitos locais e regionais de comercialização (SCHMITT , 2005).

Este programa tem como princípio trabalhar a partir de quatro modalidades quais sejam: a compra direta da agricultura familiar (CD), permitindo um incremento na renda dos agricultores que participam do PRONAF, já que estes encontram neste viés mais uma forma de escoar sua produção; a Formação de Estoques da Agricultura Familiar (FE), na aquisição de alimentos da safra vigente, para a formação de estoques nas próprias organizações de agricultura familiar para a posterior venda/negociação em um período economicamente mais favorável. (SANTOS, 2009) A terceira vertente se define pela Compra para Doação Simultânea (DS), que consiste na criação de um banco de alimentos, com vista a articular os produtores a redes socioassistenciais que destina os produtos a escolas, hospitais ou ainda contribui na formação de restaurantes populares e cozinhas comunitárias, entre outros. Por fim, o quarto ramo seria o Programa do Leite (PAA Leite), que busca facilitar o consumo do leite por famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e, ao mesmo tempo, incentivar a produção familiar, permitindo a aquisição e distribuição do leite com garantia de preços. (SANTOS, 2009).

Executado com recursos do MDS, complementados com os do MDA, em parceria com os Estados da Federação, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o PAA tem revelado a necessidade de se voltar mais o olhar para a produção da agricultura familiar quanto a políticas cuja agenda priorize alternativas ao PRONAF. Em um quadro de avanço considerável em curto espaço de tempo, o PAA tem mostrado uma demanda que busca por opções de renda sem o ganho de dívidas (CONSEA, 2010), pois tal medida consegue fazer com que aumente a produção e conseqüentemente a qualidade de vida dos que estão inseridos nesta política.

Assim, o PAA tem sido um instrumento importante ao se pensar em contribuições e alternativas de fortalecimento da agricultura familiar quanto à possibilidade e formação de novos espaços de organização e participação social. Isso porque tem buscado a partir da agricultura familiar meios de diversificação da matriz produtiva e de consumo nas comunidades rurais integrantes do programa, a articulação entre a produção e a comercialização, a criação de novos mercados, incentivo a práticas de baixo impacto ambiental, bem como o resgate e fortalecimento de práticas e produtos tradicionais e locais (SCHIMITT, 2008).

2.3.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

A descentralização de atividades governamentais promovida pela Constituição de 1988 estimulou a municipalização da gestão da alimentação escolar, com os recursos financeiros sendo transferidos diretamente para os municípios (COSTA & MALUF, 2001, p.22). É nessa perspectiva que o PNAE busca o apoio ao desenvolvimento sustentável, com ênfase na alimentação escolar a partir de incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, *produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais*.

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar determina que:

Art. 14º Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. A aquisição de gêneros alimentícios será realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. Quando o fornecimento não puder ser feito localmente, as escolas poderão complementar a demanda entre agricultores da região, território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade.

Quanto a isto torna-se necessário dizer que recentemente reformulado, o PNAE atualmente abrange todas as instituições da rede pública a nível federal e municipal. Como a Lei que o intitula determina que parte dos recursos destinados ao PNAE devem ser usados na compra de produtos provindos da agricultura familiar, sem necessidade de licitação, prioriza-se a aquisição de alimentos orgânicos e agroecológicos. Desta maneira, consegue-se facilitar a oferta de uma alimentação mais saudável e mais próxima dos hábitos alimentares locais. Com a Resolução nº 25 de 4 de julho de 2012, o limite de venda ao PNAE aumentou de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil por DAP/ano, além disso passou a haver a

possibilidade de divulgação das chamadas públicas na Rede Brasil Rural - ferramenta criada pelo MDA para facilitar o processo de compra e venda de produtos da agricultura familiar. Para os agricultores familiares tal iniciativa contribui para uma maior organização e qualificação comercial, (BRASIL, 2012). Tal programa ganhou maior importância a partir da política de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo em vista sua cobertura.

Dentro desta perspectiva, o que se percebe é que houve um crescente envolvimento das administrações municipais no Brasil, além das organizações da sociedade civil, na implementação de ações nestas áreas, em toda a década de 1990 (COSTA & MALUF, 2001). Assim, compreende-se que as políticas têm o papel de corresponderem às necessidades locais e municipais, estimulando a articulação das diversas ações como: a) compra local de alimentos ou dos municípios vizinhos – com prioridade para a agricultura familiar para fornecimento a programas municipais de alimentação (merenda escolar, creches, hospitais, restaurantes populares e entidades beneficentes e assistenciais); b) implantação de hortas urbanas e viveiros, associada a programas de educação alimentar e nutricional; c) implantação de rede de abastecimento de produtos alimentares a preços acessíveis, como varejões, sacolões, feiras do produtor; d) incentivo à criação de restaurantes populares públicos e cozinhas comunitárias nas grandes e médias cidades; e) apoio à construção e ampliação de redes de bancos de alimentos e colheita urbana, visando combater o desperdício de alimentos (MALUF & ZIMMERMAN, 2005).

Deste modo, a gestão de programas como o PNAE no âmbito de uma política municipal é primordial uma vez que abrange tanto a questão da segurança alimentar e nutricional, (já que atende a crianças que em grande parte, têm na merenda escolar sua principal refeição do dia) quanto aos agricultores familiares locais que, pelas normas da política deveriam ser os principais distribuidores dos alimentos, promovendo assim trabalho, renda e melhoria na qualidade de vida. Isto favoreceria que a alimentação escolar se tornasse uma “alternativa concreta para conectar a produção e o consumo local de produtos agroalimentares, e valorizar a cultura e hábitos regionais” (COSTA & MALUF, 2001, p.22). Desta maneira, seriam vistas as particularidades dos municípios o que poderia contribuir para que se desenvolvesse e incentivasse mercados locais regionais, ampliando a geração de renda dos povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar não apenas camponesa como também urbana e periurbana.

2.4 POLÍTICAS DE APOIO À AGRICULTURA URBANA

“A AUP deve ocupar um lugar importante nos [...] bairros para famílias de baixa renda. Além de renda e alimentos, os pomares e hortas oferecem um ambiente saudável, conexão com a natureza e o prazer de mexer na terra e regar as plantas ao entardecer.” (FAO, 2012, p. 15) AUP como um movimento precisa ser desenvolvida paralelamente a orientações políticas estratégicas, pois o foco de produção baseado na agroecologia e nos trabalhos coletivos pode assumir um forte papel político. Papel este no que tange a transmissão dos conhecimentos adquiridos em meio à ação dos agricultores urbanos e periurbanos, pois segundo Moreira (2008,p.253) “são vários atores sociais, populações tradicionais, movimentos e grupos sociais, construindo novos modos e formas no interior da agricultura urbana”.

O desenvolvimento da agricultura Urbana, assim como a agricultura rural, necessita assegurar aos agricultores urbanos: o acesso à terra e à água, a assistência técnica e crédito para financiar suas atividades, desde a aquisição de insumos até as atividades pós-colheita. Se o Estado não desempenhar o seu papel na defesa e na promoção de AUP, por meio da criação de mecanismos e ações de governo, certamente a agricultura urbana sofrerá restrições e constrangimentos para avançar e se tornar atividade possível e viável para o necessário enfrentamento da pobreza e do desemprego urbanos”. (MOREIRA, 2008, p. 251)

Tendo em vista que transformações territoriais requerem novas formas de decisões políticas de intervenção e que tal questão está intrinsecamente presente nas localidades periurbanas, verifica-se a necessidade ainda maior de implantação de políticas públicas que considerem esse caráter simbiótico das atividades desenvolvidas nesse ambiente. Políticas estas que sejam capazes de integrar diferentes modalidades e ações sociais tanto de âmbito urbano quanto rural, uma vez que esta é a realidade de um ambiente periurbano. “Se producen situaciones y actividades específicas, derivadas de la superposición de lo urbano, con fenómenos y manifestaciones propias de los ámbitos rurales, lo que genera una simbiosis con expresiones territoriales determinadas, concretas [...] como la existencia de la AUP” (SÁNCHEZ, 2012, p.29)

No momento em que as políticas públicas municipais buscarem o entendimento da dinâmica da produção de alimentos através do modelo endógeno de alimentação, o incentivo a produção agroalimentar nas áreas urbanas dos municípios poderá torná-los autosustentáveis na distribuição de alimentos, podendo até comercializar seus produtos com os vizinhos, cujo êxito depende da superação dos fatores sociais, econômicos e culturais através de atitudes e políticas públicas (DAMBRÓS & MIORIN, 2009, p.08).

Em 2004 e 2008, o Governo Federal realizou a II e III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), onde foram aprovadas propostas de diretrizes e ações estratégicas referentes à AUP. Entre as propostas estavam: a elaboração de diagnósticos participativos para identificação das diversas iniciativas de AUP desenvolvidas tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil, avaliando seus potenciais e limitações para a promoção da SAN (que foi viabilizado pelo Projeto de Pesquisa “Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) nas Regiões Metropolitanas Brasileiras”, promovido pelo MDS entre os meses de outubro de 2006 e maio de 2007); e a constituição de uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (embora atualmente ameaçada, tal política deveria estar pautada nos resultados dos diagnósticos anteriormente mencionados). Tais iniciativas funcionaram como espaços de discussão entre os mais diversos atores sociais e criou uma possibilidade para que estes atores envolvidos articulassem os rumos para as ações de Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil.

2.4.1 Programa Nacional de Apoio a AUP

Como dito durante o desenvolvimento deste trabalho, o êxodo rural, migração dos moradores da zona rural em direção ao meio urbano, tem gerado grandes problemas quanto ao crescimento desordenado das cidades, sem o devido acompanhamento de recursos estaduais quanto à infraestrutura, alimentação, moradia, tem-se como consequência deste quadro o aumento da desigualdade social.

Sabendo que inseridos nesta realidade estão muitos moradores que começam a praticar a AUP como alternativa de redução de alguns desses efeitos negativos, desde janeiro de 2004, o Governo Federal brasileiro tem começado a voltar seus olhares para a necessidade de políticas públicas que tenham como foco as regiões metropolitanas. Entre elas está o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana, desenvolvida até então pelo MDS. Tal programa é voltado para pessoas que estão inseridas num ambiente de insegurança alimentar, bem como agricultores familiares que não têm crédito agrícola.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), tem a competência de promover e consolidar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, implementando e apoiando ações em articulação com as três esferas de governo e a sociedade civil, respeitada as especificidades regionais, culturais e a autonomia do ser humano, e estimulando a participação democrática. (ARRUDA, 2011, p.50)

Fazendo parte de uma das vertentes da PNSAN, o Programa Nacional de Apoio a AUP tem como meta incentivar o desenvolvimento de atividades agrícolas em áreas geralmente ociosas do perímetro urbano e periurbano com o intuito de gerar trabalho e renda, e também garantir uma alimentação de melhor qualidade àqueles que produzem e à comunidade do entorno. Para tanto, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) é a responsável por organizar a direção de processos com vista a permitir o acesso dos municípios que integram as capitais instituídas por lei como regiões metropolitanas ao Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (ARRUDA, 2011).

Como resultado dessa intervenção, estavam sendo implantadas diversas formas de AUP em algumas metrópoles do território nacional, bem como unidades de processamento e beneficiamento dos alimentos. Pelo Programa existe a possibilidade de que o excedente da produção seja destinado ao abastecimento de restaurantes populares e comercialização em feiras. “Entre os anos de 2003 e 2004, o MDS firmou convênios com três estados e 13 municípios para apoiar o desenvolvimento de hortas comunitárias, nos quais foram repassados R\$ 2,6 milhões para a aquisição de equipamentos, adubos e sementes”. (ARRUDA, 2011, p.51).

Como parte da implantação da política anteriormente delineada, estavam sendo implantados pela SESAN/MDS, em parceria com universidades federais do Brasil, Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (CAUP) em regiões metropolitanas. Tal programa nacional, promovido pelo MDS, atuava de modo a apoiar financeiramente iniciativas das prefeituras em agricultura urbana. Nos últimos cinco anos, houve editais anuais para a liberação de recursos financeiros para essas iniciativas, sendo variáveis os valores disponibilizados. Em 2009, foram liberados R\$ 10 milhões, enquanto em 2012, o valor foi de 3,2 milhões. Segundo a SESAN do MDS, os municípios são responsáveis por elaborar os projetos, enquanto o papel do MDS é apenas de financiamento. O convênio com o MDS previa repasse para equipamentos e insumos, enquanto a contrapartida dos municípios estava relacionada à contratação de técnicos para suporte aos agricultores urbanos. (MENDES, 2012)

Em resposta a esta decisão, algumas famílias foram atendidas, sendo o maior atrativo para estes, a geração de renda. Todavia, como toda ação política vai sendo construída e realinhada às necessidades de seus beneficiários, é necessário dizer que a Política Nacional de AUP, ainda precisa melhorar em alguns aspectos. Ela carece de uma integração maior com outros programas cujo foco também está na promoção de segurança alimentar. Tal perspectiva é essencial à medida que, aumenta as possibilidades dos

resultados positivos no que concerne, por exemplo, à implementação de hortas comunitárias após o término dos convênios.

Faz-se necessário investimentos relacionados à assistência técnica habilitada em agroecologia e a viabilização de canais de comercialização para uma produção agrícola diversificada (principalmente em mercado local), de forma a promover o desenvolvimento territorial sustentável, voltado a atender as demandas de agricultores familiares descapitalizados, com baixo nível de informação e baixa inserção no mercado. (MENDES, 2012, p.40)

Todavia tais questões negativas tendem a acentuarem-se, pois recentemente o MDS retirou de sua agenda, o programa nacional de AUP. Alegando não estar inserido no contexto pelos quais se foca o MDS, o programa supracitado ainda se encontra sem respaldo de outro ministério, o que pode gerar sua instabilidade e talvez extinção. Caso tal ação não seja revista ou realocada, verificar-se-á o rompimento de um marco legal para a AUP que tende a prejudicar ainda mais os agricultores urbanos e periurbanos que continuam sendo uma demanda real à mecanismos de acesso ao crédito ajustados à realidade dessa produção que ainda não se encaixa dentro das mesmas possibilidades dos agricultores familiares rurais. Ou talvez esse novo cenário venha contribuir para que sejam criados meios que se dediquem à AUP, de modo a garantir que aqueles que a praticam tenham acesso às políticas públicas de incentivo à comercialização e ao mercado institucional que já existem e são consolidadas (como PAA, PNAE, entre outros). Em outras palavras, isto significaria a geração de um documento de identificação próprio para agricultores urbanos e periurbanos que possibilite o acesso dos mesmos às políticas de crédito, assistência técnica e comercialização, já que a DAP não está enquadrada ao perfil destes trabalhadores.

A intenção de considerar a produção e a criação de alimentos e animais nos espaços urbanos tem uma relação direta com os conceitos de envolvimento social. Esta proposta não se limita à dicotomia do urbano e do rural, mas a ultrapassa, fomentando condições para o crescimento das relações sociais locais. (MENDES, 2012) Ou seja, a agricultura urbana é uma das possibilidades de trazer a teoria para a prática, em um exercício conjunto de vivências, cujos princípios da ecologia estão associados ao contexto social das relações humanas.

As questões expostas neste capítulo nos fazem refletir e perceber a busca por desenvolvimento como um fator de transformação das condições sociais de maneira significativa, mudando dadas condições em diferentes dimensões, efetivamente em termos

que se transformam não somente na perspectiva financeira, mas que se constituem em múltiplas dimensões da totalidade social, construído a partir de um tripe que tem por base o Estado, mercado e a sociedade civil. Ao mesmo tempo diz respeito às dinâmicas que se configuram ao longo do tempo, tendo como ponto de partida as identidades emergentes dentro de processos que se ratificam, reivindicando o reconhecimento de novas demandas que não se restringem às causas sociais em seus sentidos universais, (como fora constituído durante a história dos movimentos sociais contemporâneos), mas sim, novas demandas que se insurgem dentro de um sentido local que se expressa frente a um global cada vez mais plural.

A transformação do capital, dos processos de trabalho e do uso da natureza, provenientes de uma integração e aplicação crescente do conhecimento científico aos processos produtivos, problematizam os conceitos de materialismo histórico, influenciados pela incorporação das condições de sustentabilidade ecológica. Tendo em vista tal questão, neste capítulo foi mostrada a imprescindibilidade das políticas públicas quanto aos desdobramentos da agricultura tanto rural quanto urbana, apresentando tais conceitos e mostrando a relação existente entre estas atividades e a garantia de SAN e DHAA. Caberá ao próximo capítulo expor a realidade dos agricultores da Cooperativa Univerde, fazendo uma análise acerca dos instrumentos políticos que realmente eles têm acesso e que fazem a diferença em seus modos de vida.

Capítulo III

Univerde: entre o Rural e o Urbano – Os Desafios para as Políticas Públicas

*“Erigida como estratégia de governabilidade ao se manter cada um no seu quadrado, os espaços públicos para a agricultura no Brasil correm o risco de ratificar a crítica da manutenção da dominação política e econômica forjada pelo próprio Estado, proporcionando um espaço meio público ao invés de um espaço público inteiro.”
(Silvia Zimmermann)*

Tendo exposto nos capítulos anteriores as bases bibliográficas que contribuíram para análise dos dados, bem como a distribuição geográfica das iniciativas de AUP desenvolvidas sobre os Dutos no município de Nova Iguaçu, a partir deste momento dedicar-se-á à caracterização dos agricultores escolhidos como objetos desta pesquisa e os desdobramentos das questões vividas pelos mesmos, coletadas na pesquisa de campo.

Assim, cingem-se nos tópicos que se seguem as observações acerca das famílias que se dedicam à esta prática agrícola, visando a caracterização destas. O objetivo é traçar o perfil social e econômico dos agricultores que trabalham nas hortas comunitárias sobre os dutos da Petrobrás, bem como o dos demais associados efetivos da Cooperativa Univerde, ainda que sejam sitiantes. Além disso, buscou-se analisar as estratégias desenvolvidas por tais agricultores em meio aos problemas enfrentados e verificar de que forma o ambiente em que eles estão inseridos pode ajudar ou prejudicar a reprodução de suas atividades.

Sendo notória a realidade de que tais iniciativas agrícolas existentes na região enfrentam determinadas dificuldades, parte-se do princípio da necessidade de valorização das mesmas, como maneira de potencializá-las. Para tanto, ao longo da apresentação dos resultados também são expostos os principais riscos na área estudada fazendo um paralelo com a literatura recorrente sobre o assunto.

3.1 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS AGRICULTORES COOPERATIVADOS À UNIVERDE: QUEM SÃO ESTES PRODUTORES?

Para melhor adequação aos objetivos desta dissertação, optou-se por estabelecer essa seção a partir da descrição do objeto de estudo. Assim sendo dividiu-se este segmento

do trabalho a partir de perspectivas capazes de abranger na totalidade o perfil dos agricultores da Univerde e as motivações dos mesmos quanto à participação contínua da prática agrícola nos dutos. Neste sentido, o objetivo foi conhecer os aspectos das famílias envolvidas nessa iniciativa de AUP e as estratégias que têm sido utilizadas por elas para a reprodução da atividade e de seus estilos de vida.

Neste item, então, abordar-se-ão diversas vertentes dos perfis dos agricultores pautadas segundo as entrevistas realizadas, a partir de três aspectos principais: o social, o econômico e o relacionado à questão ambiental/produção. Para efeito de uso, portanto, os entrevistados não foram identificados, tendo ficado explícito no fim de cada discurso, o número da entrevista com o perfil das pessoas que fizeram as declarações ao final do documento. Além disso, as falas dos interlocutores estão dispostas nesta dissertação centralizadas e destacadas em itálico, preservando o uso coloquial da língua portuguesa de modo a respeitar a forma como foram utilizadas pelos entrevistados.

Descrição Social

Organizados, os agricultores da Univerde trabalham unidos para alcançarem resultados eficazes. Assim, atualmente a Univerde possui uma estrutura minuciosa que engloba além do diretor presidente e seu suplente, um diretor financeiro também com seu suplente, seis participantes do conselho fiscal (sendo três destes apenas disponíveis em caso de haver necessidade de ausência de um dos efetivos no cargo) e três representantes dos demais produtores. Existem ainda comissões internas que são responsáveis por trabalhos como limpeza e manutenção do galpão e da agroindústria, diretores de área específicos em cada bairro onde estão as hortas que atuam como responsáveis pela organização da produção e ainda aqueles que recebem a função de organizar as feiras onde é escoada quase toda a produção.

Saindo um pouco da questão organizacional e entrando nas características específicas do grupo, a princípio o que se destaca entre os agricultores periurbanos estudados, é o fato de o número ser muito menor ao inicial, quando da implantação da PAF-Dutos. Inicialmente 48 famílias atuavam nas hortas comunitárias existentes em Nova Iguaçu, atualmente são poucos mais de 20 como expresso no primeiro capítulo desta dissertação. Segundo a fala da presidente da cooperativa esta queda se deve ao término da ajuda financeira (bolsa) e alimentícia (cesta básica) que a Petrobrás concedia a eles durante o projeto.

“No início tinha muita gente. Muitos ficavam enrolando com o trabalho até que no dia da entrega da cesta básica e dos R\$100,00 que a Petrobrás dava, ficava aquela fila de gente. Depois que acabou o projeto, o pessoal que enrolava e só queria o dinheiro saiu porque viram que agora teriam que trabalhar na horta de verdade para poder ter algum lucro.”(Entrevista 01)

Como afirmaria Caillé (2002, p.106), entraria em questão durante o PAF-Dutos a ideia de incondicionalidade condicional no que tange ao fato de que, num primeiro momento o imperativo de caridade impele a dar sem pedir nada em contrapartida ao necessitado. Assim, volta-se o olhar para a ideia de que não existe dom gratuito e logo se faz questão de “acrescentar condição sobre condição à concessão da sobrevivência exigindo que os beneficiários se comprometam [...] a fornecerem uma contrapartida em trabalho ou, pelo menos, aceitando algum tipo de envolvimento.”

Por outro lado, a fala dos agricultores demonstra que tal perspectiva acima mencionada remete às características de uma população dependente das ações de um Estado Assistencialista, onde a abordagem desta dependência estaria voltada para as relações que se estabelecem entre os setores da sociedade e as ações do Estado. É bem certo, que no Brasil há escassez de instrumentos que garantam a vida no campo, todavia, o pequeno cenário demonstrado revela um quadro de pessoas possivelmente pautadas na ação de um Estado que já tem como característica criar e manter programas de caráter compensatório. O PAF-Dutos foi um instrumento dentro deste viés, gerou números, mas não garantiu resultados duradouros, já que seus subsídios e ações causaram certa dependência e não garantiram boas avaliações, após seu término, em termos de eficácia quanto ao cumprimento dos desdobramentos de seus objetivos e metas.

“Esse contexto dificulta o desenvolvimento de formas ativas de associação comunitária orientadas para o enfrentamento dos problemas vivenciados coletivamente.” (MONTEIRO *et al*, 2008) Entra em cena, então, a seguinte indagação: qual é o lugar do progresso social enquanto fenômeno e objeto da ação pública? Seria a busca por um desenvolvimento mais homogêneo, onde o planejamento estatal apareça como mecanismo fundamental de correção das desigualdades locais e regionais. Ou talvez seja este um caso de entitamento, como afirma Sen (2000), no que tange à perspectiva de dependência de dotação dos recursos legalmente possuídos. Já que não basta ter acesso à terra, mas também é necessário a capacidade em tornar os recursos em bens e serviços, dependendo em sua totalidade não apenas da produção, mas também da troca e transferência do mesmo. Isto sob

o enfoque de um desenvolvimento visto como expansão das liberdades substantivas centrado nos agentes sociais e na realização do potencial humano.

Sobre este assunto, Almeida (2014) ressalta que o governo possui instrumentos de políticas agrícolas, mas também enfrenta sérias dificuldades ao tentar colocá-los em prática devido às diversas esferas do Poder Executivo pelos quais estão dispersos. Ministérios, autarquias e agências reguladoras de certa forma retardariam todo o processo, além do que ainda é necessário levar em conta que as questões de produção agropecuária e segurança alimentar sofrem influência de decisões do Legislativo e Judiciário, segundo Almeida.

Não adentrando muito no questionamento levantado acima, uma vez que o mesmo é melhor discutido mais à frente no item respectivo a políticas públicas para o setor agrário, um outro aspecto que se destaca no cenário atual da Univerde e que também chama à atenção é a realidade de que, dos cooperados, cerca de 80% são do sexo feminino. Tal fator é preponderante inclusive nas funções administrativas da cooperativa já que quatro das cinco vagas da diretoria são ocupadas por mulheres. Segundo autores como Mazzuca (*et al*, 2003) e Diao (2003), essa é uma realidade em boa parte da América Latina, onde a maioria das iniciativas de agricultura nos espaços periurbanos é realizada por mulheres. Olarte (2004), afirma que as mulheres se identificam nesta tarefa porque vêem a agricultura urbana como um meio de resposta às suas necessidades práticas e como um modo de desempenharem dignamente seu papel através da produção de hortaliças e da preparação de uma alimentação diária mais saudável para sua família. A pesquisadora afirma, inclusive, que existe um preconceito cultural ainda muito presente na América Latina, entre os homens, de que “são as mulheres e as crianças que devem cuidar de hortas e outras tarefas domésticas” (*ibidem*, p.01), mostrando a representação das atividades agrícolas como uma extensão da casa, “do quintal”. O interessante dentro desse contexto é que mais de 70% das mulheres que compõem a população ativa nos países menos desenvolvidos, trabalham na agricultura (UNICAFES, 2014).

Outro fator importante, é que um bom contingente destes agricultores viu no plantio em faixa de dutos uma oportunidade de manter vivo hábitos e práticas culturais relacionadas em grande parte ao meio rural de origem enquanto outros trouxeram o contato com esta prática como herança familiar, como se pode notar no discurso de alguns agricultores a seguir:

“Eu moro em Nova Iguaçu há 48 anos. Meus pais eram dono de lavouras, nós vivia da lavoura para comer e para vender. Eles eram daquele tipo de povo que viviam só da terra mermo. Tinha muita produção, tinha uma área

grande com muita coisa arroz, feijão, tinha criação de bicho para matar, essas coisas...”(Entrevista 03)

“Conviver com a natureza é o que mais gosto. Sou filha de agricultores e meus pais moravam num sítio. Quando casei, meu marido e eu sempre tivemos uma hortinha no quintal de casa. Entrei no projeto por causa dele, acabou que eu gostei tanto que fiquei até hoje. Esse prazer de plantar, colher e se alimentar, trazendo de novo a origem da nossa família. Isto é muito importante para não esquecer nossa história.”(Entrevista 03)

“Sou neta de agricultor, sempre fui criada no ramo de agropecuária. Meu padrasto era ritiero³⁶, eu sempre vi ele trabalhando na roça e minha mãe ajudava até ir trabalhar de empregada doméstica. Eu cresci vendo isso essa atividade e agora posso fazer o mesmo. Sem contar que agora minha mãe não é mais empregada, até ela veio plantar na horta e já melhorou um monte de problema de saúde que ela não tem mais. Pra falar a verdade ela é até mais dedicada que eu pra essas coisas.” (Entrevista 04)

“Desde pequena eu sô envolvida com a agricultura. Minha mãe mexia com isso, depois foi opção nossa. Sempre tive quintal em casa, agora que esse arco rodoviário passou desativou, mas nós sempre tivemos horta em casa, plantação em casa, tinha sítio muito grande. Aí o arco metropolitano passou, aí desapropriou e todo mundo teve que sair, agora poucos pro lado de lá tem sítio agora.” (Entrevista 05)

Como visto, muitos vieram de famílias de agricultores, mas reconhecem que encontram algumas dificuldades quanto à tentativa de motivar os filhos a seguir nessa mesma linha. Sendo a maior parte formada por imigrantes provindos de áreas rurais que se deslocaram para Nova Iguaçu após constituir matrimônio. Tal perspectiva corrobora o que diz Monteiro (*et al*, 2008) que migrantes de origem rural são os mais persistentes na prática da agricultura urbana. Muito embora as crianças não possam ajudar na faixa de dutos, apenas aqueles com idade superior a 14 anos, tendo esta sido uma exigência durante o projeto e que permanece sendo seguida atualmente pelos agricultores que não acreditam não ser um ambiente seguro devido a existência dos dutos.

Totalmente relacionado à característica anterior, pôde-se observar que os grupos etários predominantes se enquadram na situação de agricultores com idade entre 40 e 59 anos, o correspondente a cerca de 67%; seguido por um índice bem menor de idosos (22% com 60 anos ou mais); 7% são jovens entre 20 e 30 anos e 4% estão possuem mais de 31 e menos de 40 anos. Segundo Covarrubias (2011), tais índices podem ser indicadores de maior disponibilidade de tempo para se dedicar às atividades agrícolas, como também mais

³⁶ Retirante - Pessoas que, de maneira isolada ou mais comumente em grupo, emigra da região onde mora (geralmente o Nordeste brasileiro) para uma região aparentemente mais promissora.

um fator de contribuição para a lógica de que tais faixas etárias estão tentando manter contínua e presente a tradição de suas origens. A falta de representatividade dos jovens por outro lado, já demonstra uma possível dificuldade de interação com a atividade ou ainda uma mudança de realidade cultural tendo em vista que estes não vieram de zonas rurais. De acordo com Vieira (2009, p.36) em sua pesquisa sobre agricultura urbana em Itajaí/SC, “os jovens intraurbanos (entre 18 e 30 anos) de hoje praticamente não possuem laços com a agricultura, por outro lado, muitos adultos e idosos moradores de cidades possuem ligações com meio rural por talvez serem frutos do êxodo rural.” Mendes (2012) também vem corroborar com esta temática. Ao fazer estudos de caso sobre AU no Brasil, Argentina e Espanha, notou a mesma realidade quanto a predominância de adultos e idosos na atividade, afirmando que atualmente as crianças e jovens têm sido induzidas a desenvolverem consciência mais reivindicatórias. Assim, ao mesmo tempo que elas têm dedicado a maior parte de seus tempos “para aprender e reivindicar uma sociedade mais humana e democrática, adultos e idosos fazem da agricultura urbana uma atividade de lazer e de troca de experiências, em prol de uma alimentação mais saudável e em alguns casos, complemento de renda familiar” (p.25).

Outro ponto interessante está no fato de que a maioria dos moradores da região possui residências com situação fundiária irregular, com construções inacabadas. A problemática social da região está relacionada com o histórico de ocupação desordenada do espaço. (MONTEIRO *et al*, 2008) Atrelado a esta questão, tais moradores vivenciam problemas sociais e econômicos gerados pela ausência de atendimentos adequados não apenas na moradia como também nas áreas de saúde e educação, tendo em vista que a maioria das comunidades existentes nesses espaços é desprovida de saneamento básico.

Além disso, notou-se a alta representatividade entre os agricultores de famílias com quatro componentes ou mais por domicílio (cerca de 71,42%), ocorrendo na região dos dutos a existência de algumas famílias compostas por até oito pessoas. Tal questão entra em contraste com alguns autores, entre eles Pessôa (2005) que em seus estudos sobre AU em Santa Maria/RS observou que o perfil das famílias eram de no máximo quatro membros, relacionados à queda na fecundidade do povo brasileiro nas últimas décadas.

Segundo os produtores atuantes nas faixas de dutos, produzir alimentos tem significado uma série de conquistas: geração de renda, melhoria na qualidade alimentar e, em muitos casos, aquisição de saúde.

“Desde que eu comecei a trabalhar pra fora comecei a ficar muito estressada. Mas mesmo assim trabalhava porque precisa e fui ficando muito doente. Duas vezes por semana meus fio me encontrava durinha desmaiada na porta de casa. Eu moro sozinha, mas às vez eis tava tudo dormindo na casa deis, daqui a pouco eu passava mal... A última vez que eu fiquei doente, tive que ir pro Hospital da Posse³⁷, foi quando saiu o primeiro pagamento da Faixa, os R\$100,00 do projeto. Foi na época que nós fez nossa primeira produção. Aí eu larguei a vida de diarista e desde primeira produção que eu nunca mais fui parar na Posse. A idade desse projeto tem a idade que eu não fui mais parar na Posse. Agora tenho minha vida, hoje eu vivo. Gostei muito de ter entrado porque saí da casa de família. Da última vez que eu fui no médico, ele falou pra mim: – Continua trabalhando na horta porque faz muito bem pra senhora – E aí eu contei pra minha fia quando cheguei em casa: — nós que tá certo, o doutor disse que nós tem que trabalhar mermo lá na horta.”(Entrevista 06)

Tais perspectivas demonstram que a agricultura periurbana quando voltada para o mercado, além de garantir melhora na qualidade alimentar e nutricional daqueles que a praticam, permite que haja modificação em seus *status* econômico e principalmente promovem a inclusão social. No que tange ao fato de que, no caso dos agricultores da Univerde, as mulheres é que são as responsáveis pela produção, o tempo de sociabilidade acaba sendo bem representativo para elas já que as mesmas gastam a maior do tempo que possuem com o cultivo. Assim acabou sendo fortalecida a capacidades desses indivíduos que por vezes se encaixavam nos índices de grupos vulneráveis ou excluídos e que agora tornam-se atores ativos na luta pela melhoria da qualidade de vida. Já que 75% dessas agricultoras possuem renda entre meio ou um salário mínimo e não conseguiram concluir o ensino fundamental.

Essa grande representatividade do gênero feminino na cooperativa Univerde vai ao encontro da situação vivida atualmente no país, mostrando a tendência da maior participação da mulher nessas atividades, inclusive nos processos de gestão. São demonstrações reais de que atualmente as mulheres exercem papel fundamental não apenas na organização familiar, como também no sucesso da produção econômica do país, sendo as cooperativas e associações ambientes onde sua presença tem se mostrado cada vez mais frequente e atuante.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a influência do gênero feminino em espaços como associações e cooperativas tem contribuído

³⁷ Hospital Geral de Nova Iguaçu (HGNI) é popularmente conhecido como “Hospital da Posse” por estar localizado no bairro que recebe este nome. É uma unidade da rede municipal de saúde de Nova Iguaçu, cadastrado no Sistema Único de Saúde (SUS)

para harmonizar as diferenças, atenuar as tensões e realçar os interesses comuns. (BRASIL, 2012, p.15). “A criação de cooperativas tem sido um importante sinal do aumento do empreendedorismo das mulheres. No Brasil, 52% dos cooperados são mulheres. Essa relação mostra que as mulheres não só avançaram no mercado de trabalho, como também buscam unir-se em grupos para se desenvolverem juntas.” (BRASIL, 2012, p.01)

Descrição Econômica

Parte-se agora para uma análise mais econômica abrangida nas entrevistas realizadas aos agricultores como forma de adquirir uma visão holística a respeito do objeto de estudo desta dissertação.

O primeiro ponto a ser destacado aqui é o fato de que 87,5% das mulheres entrevistadas consideram as hortas comunitárias como seus locais de trabalho e declaram que o trabalho melhorou não apenas a vida, como também a nutrição de sua família. Nessa perspectiva é possível notar mudanças na questão do gênero dentro do cenário agrícola brasileiro. Durante anos, no Brasil, muitas mulheres não possuíam esse sentimento de pertencimento em relação à agricultura como meio de trabalho. Cunha (2006, p.25) retrata que apesar de muitas mulheres trabalharem na terra para ajudar nas despesas da casa, “quando chegava uma pessoa fazendo pesquisa, a mulher dizia que não fazia nada.” E essa realidade dificultou o reconhecimento da profissão, fazendo com que as mulheres fossem consideradas do lar ou domésticas.

Voltando à perspectiva dos agricultores da faixa de dutos, objeto de estudo desta pesquisa, quando questionados sobre o interesse em ingressar no PAF-Dutos, a maioria dos agricultores disse que não queria a princípio, mas se inscreveu por insistência dos familiares. Em contraposição a este fato, aqueles que ingressaram primeiramente e foram fonte de incentivo para os atuais, já não mais se dedicam a atividade. Sobre este assunto, quanto aos que entraram pós PAF, demonstraram um discurso semelhante aos que estão desde a fundação. Disseram estes que seus parentes e amigos que haviam ingressado não mais permaneciam na atividade, mas como gostaram do que estes faziam, passaram a se dedicar a ela. Exemplos desse aspecto podem ser encontrados nas falas a seguir das agricultoras.

“De começo, eu não me interessei, porque não era meu interesse. Aí eu tenho uma outra irmã, aí no dia que ela fez a inscrição ela cismô que eu tinha que ir, tinha que ir, tinha que ir. Aí no outro dia da inscrição ela chegou lá em

casa, vamos, vamos, vamos. Tá fazendo a inscrição lá na Faixa, aí ela insistiu tanto que aí eu peguei e fui. Aí eu e minha mãe fomos lá por curiosidade e se inscrevemos no projeto e gostamos. Logo após de termos nos inscrito, um mês depois, começou o trabalho; em março começou o trabalho, tiramos as coisas aí estamos aí até hoje.”(Entrevista 05)

“Eu moro aqui, né. Aí meu irmão, minha família, tinha três já na cooperativa e eu nunca quis. Eu disse isso não dá certo não, aí eles começaram, aí depois que terminou o projeto e eles pararam eu peguei. Eu peguei no final, aí eu vim pra cá. Mas eu já ajudava meu irmão lá no lote dele enquanto ele tava no projeto, entendeu, só que eu não tinha compromisso não. Eu trabalhava com meu irmão mas não era relacionada diretamente, eu plantava, limpava o canteiro dele.”(Entrevista 04)

Embora existam diferenças entre os discursos dos produtores que entraram na atividade antes e depois do PAF-Dutos, todos os agricultores tiveram uma fala semelhante quanto a escolha de trabalhar na horta por carecerem de renda, já que em geral apenas o chefe da família trabalha (sendo por vezes em serviços informais). Mendes (2012) ao realizar seu estudo sobre agricultura urbana na zona metropolitana do Rio de Janeiro encontrou uma realidade análoga, quando os agricultores familiares consideram já estarem fora do mercado de trabalho pelo fato da idade avançada e viram na agricultura urbana uma nova oportunidade de geração de renda.

Atrelado ainda a esta questão, torna-se importante dizer que as pesquisas para este trabalho demonstraram que as taxas de desemprego na região dos dutos são muito altas e, segundo os agricultores, para muitas famílias há restrições orçamentárias para a aquisição de gêneros básicos como alimentos, remédios, vestuário, entre outros (MONTEIRO *et al*, 2008). Quanto a isto, a maioria dos chefes familiares cujas esposas atuam na horta comunitária, não possui emprego com vínculo empregatício e, portanto, se mantêm a partir de serviços informais (sendo a maior incidência de pedreiros). Segundo Mazzuca *et al* (2003, p.01), esse fato é uma realidade em tempos de crise para os habitantes das zonas intraurbanas, “quando os homens e as mulheres se veem excluídos do mercado de trabalho, as mulheres são forçadas a desempenharem papéis produtivos (visando a geração de renda complementar)”. Ainda que não seja o suficiente, a renda gerada pelas várias atividades de plantio e comercialização dá, em particular às mulheres, uma certa autonomia para ação dentro de suas famílias. (DIAO, 2003) Assim sendo, a possibilidade de desenvolver atividades agrícola e ainda obter lucro com ela tem demonstrado ser uma excelente solução para boa parte dos agricultores da Univerde, como se pode notar nos discursos a seguir:

“No momento eu não vivo só da agricultura porque não tá produzindo por causa das chuva... mas a realidade é que nossa renda é mais daí da horta mesmo. É assim porque a gente vive mais daí, porque meu esposo trabalha, mas as vezes fica desempregado. Por isso eu considero importante a plantação. Tanto que ele aprendeu a me respeitar. Ele num creditava no projeto, depois que ficô desempregado de novo, que a comida da nossa casa saía daqui, ele passo a respeitar e até dá uma forcinha quando pode.”(Entrevista 05)

“É muito bom ter certeza de que vamos ter comida na mesa, mesmo morando na cidade. Eu costumo falar que essa região aqui não tinha nem mercado e às vezes faltava dinheiro para ir comprar em outros lugares. Por isso eu tô feliz. Antes da cooperativa, só cuidava da casa. Agora tenho minha própria independência econômica. Sem contar a saúde que conquistei para minha família. e também a melhoria de vida”.(Entrevista 01)

Entretanto, observou-se na fala dos agricultores ainda sobre este aspecto, que embora a agricultura tenha dado a capacidade a eles de desenvolverem uma atividade econômica gerando rendimentos diretos e indiretamente também permitir a geração de renda “por meio dos recursos economizados na compra de alimentos, agora produzidos pela família” (MAZZUCA *et al*, 2003, p.01), ainda não podem viver apenas dos recursos advindos dela. Tal realidade se deve ao fato de que mais da metade das famílias conseguem arrecadar apenas cerca de um salário mínimo ou menos (entre R\$400,00 e R\$650,00) com a comercialização nas feiras, levando a uma alta instabilidade econômica e social. Por esta questão, 88% dos agricultores familiares se encaixam no quadro em que um ou mais membros das famílias são obrigados a realizar outros tipos de atividades. Assim as famílias começaram a combinar a agricultura com outras fontes de renda relacionadas ao ambiente urbano.

Descrição quanto à Produção

Adentrando para os aspectos específicos da produção, torna-se importante dizer que os agricultores da Univerde apresentam dedicada preocupação com o plantio. Por isso, periodicamente se reúnem para planejar coletivamente a produção. Assim eles definem quais alimentos produzirão de acordo com os possíveis mercados para tentarem reduzir o índice de alimentos não escoados. Tal planejamento é de extrema necessidade levando-se em consideração o dinamismo do mercado.

Coletivamente, compram os insumos e adquirem as mudas, que segundo eles ainda demanda boa parte da renda já que ainda precisam ser importadas, gerando gastos não

apenas na compra como também no transporte e no desperdício de algumas delas que não se adaptam à mudança climática, já que as espécies apresentam diferentes exigências de clima. Embora já tenha havido a construção de uma estufa própria e os agricultores tenham participado de oficinas no Projeto Semeando Agroecologia com a AS-PTA específicas a produção de mudas, a estufa que possuem ainda não se encontra totalmente adaptada à necessidade dos agricultores da Univerde, já que estes não têm a seu dispor um sistema de irrigação adequado ao clima quente da Baixada Fluminense. Portanto, acaba ocorrendo falhas no plantio, já que fatores como microclimas regionais e características específicas das cultivares não estão adaptáveis aos produtores da região.

“Aquele estufa ali foi preparada para irrigação automática, ela esquenta muito, tem umas bandejas assim. Ela até ficou bonitinha, mas nesse sol quente, molhava de manhã quando chegava a tarde a bichinha já tava toda murchinha e entre nós, não tem ninguém que possa parar tudo o que faz para ficar lá o dia todo cuidando. Sem contar que a gente não temos condições também de pagar alguém só pra isso. Tamos tentando parcerias pra ver se conseguimos implantar a irrigação certa lá, né!” (Entrevista 04)

Ilustrações XIII e XIV: Estufa Univerde



Fonte: Acervo Online Emater-Rio/Nova Iguaçu, 2012

Ainda quanto a este assunto em relação aos gastos que precisam ser supridos pelos agricultores, segundo representante da AS-PTA durante o projeto PAF-Dutos as famílias recebiam mudas e ferramentas. Nesse período também foi adquirido um caminhão, construído uma agroindústria. Todavia, com o término do financiamento do projeto algumas dessas aquisições se tornaram um problema para os agricultores.

“O caminhão era importado e os gastos eram muitos, não tinham como manter... Então a cooperativa teve que vender. A Agroindústria também foi construída em um local muito distante dos lotes, um percurso de aproximadamente uma hora e meia. Além de toda essa problemática, a

cooperativa ficou com muitas dívidas e despesas de contas de luz e sem nenhum investimento para continuar a produção. Devido a isso muitos agricultores não estão plantando e os lotes estão parados, produzindo estão somente alguns lotes em Geneciano, 3 em Figueira e 1 em Gerard Danon.”
(Entrevista 10)

Além dessas características, quanto às plantações, um dos elementos principais que se notou na fala dos agricultores está na ocorrência de que nos 1.000m² cedidos a cada família pela Petrobrás, as raízes das hortaliças não podem ter mais que 30 cm, para que não interfiram nos dutos. Tal situação, muitas vezes também se torna um fator limitante do escoamento da produção, pois impede que a Univerde seja capaz de concorrer e atender determinados editais públicos. Estes exigem em sua maioria, um grande contingente de alimentos que se desenvolvem abaixo da terra (além dos 30 cm - como cenoura, aipim, entre outros) e poucas hortaliças. Para solucionar tal problema, os agricultores da Univerde têm assumido o papel de incentivar a entrada de sítiantes na cooperativa. Atualmente, 7% dos cooperativados se enquadram nessa característica, todavia, ainda é insuficiente para atender aos objetivos comuns.

Ademais, os agricultores da Univerde não possuem certificação de produtos orgânicos, estando em processo de negociação e elaboração com a AS-PTA, o selo de produtos agroecológicos. Atualmente a produção ainda é escoada em feiras livres em bairros próximos como Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo além de Niterói. Além destes canais de comercialização, nos próprios bairros onde estão as hortas, a cooperativa têm pontos de venda, em frente às plantações, ficando a cargo de cada agricultor comercializar seus produtos. Este último caso se encaixa na modalidade de venda em que a busca da mercadoria é feita diretamente na propriedade onde é feita a plantação ou ainda na residência do agricultor.

Quando indagados sobre o interesse em se cooperativar, verificou-se a conscientização dos agricultores quanto ao que Evans (2002) declara sobre as capacidades individuais não serem o suficiente para se alcançar os mesmos objetivos que só são conquistados quando analisadas as capacidades coletivas. Se essa questão for analisada juntamente com o fato de que o predomínio na Univerde é de mulheres que antes das hortas comunitárias exerciam outras funções, chegar-se-á a conclusão de que a existência de mulheres em atividades como essa, as impulsiona a assumirem papéis ativos nos assuntos comunitários, como verificado por Mazzuca *et al* (2003) nos Centros Comunitários de Rosário na Argentina.

Entre as questões que segundo eles ainda precisam melhorar, foi citada a necessidade de apoio para regularizar a posse do prédio da Cooperativa, o local onde funciona a agroindústria dos produtores construída e equipada pela Petrobrás. No primeiro semestre de 2012, os representantes da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu tentaram arrendar o prédio sede dos agricultores para transformá-lo em um banco de alimentos local, todavia a pressão dos agricultores impediu esta atitude antidemocrática. Em contrapartida, a posse ainda não está efetivamente nas mãos dos produtores.

Além disso, outro aspecto que foi apresentado como carente de melhoria é a demanda existente por acesso ao crédito PRONAF exerce especial destaque. Tal necessidade é sentida principalmente em relação à adequação do irrigamento para a estufa, quanto ao melhor equipamento da agroindústria e quando os agricultores se remetem aos gastos destinados com o transporte tanto para escoamento da produção quanto para o traslado das mudas.

“Nós temos problema de locação de carro, da plantação, porque você sabe é muito fácil chegar e falar assim, as horta tá cheio de mato, mas quando a gente planta muito não tem escoamento. Sabe quanto tá a corrida de carro daqui lá pro Rio R\$160,00 ano passado, essa semana iria daqui para Niterói imagina ele daqui para Niterói, com frete. Nós não ia nem ganhar para poder pagar, eu falei para eles não dava porque a gente não tá com plantação suficiente para poder pagar tudo, é plantação pro ano inteiro. Ano passado cobrimos a prefeitura, cobrimos todas as feiras, mas esse ano tá um pouco fraco.”(Entrevista 02)

“Os agricultores possuem ainda carência no incentivo ao beneficiamento de produtos, gostariam de aproveitar as frutas que produzem em seus quintais para a fabricação de doces e compotas, para que agreguem valor e tenham mais um produto a oferecer. Para isso precisam de capacitação e equipar a cozinha da agroindústria com fogão industrial, panelas, tachos e um freezer. Isso ajudaria a mantê-los.” (Entrevista 10)

Verifica-se, então, que a necessidade de maior investimento tem se apresentado como fator limitante para o aumento da produção e adequação do ambiente para que haja plantio mesmo em ocasiões de chuva densa (situação muito frequente em épocas de veraneio). Arruda (2011) ao estudar AU na região metropolitana do Rio de Janeiro verificou ser esta uma realidade comum nas diversas iniciativas de desenvolvimento da atividade na região. “Em relação à qualidade de vida, os desafios estão, sobretudo, em questões que independem diretamente da atuação dos agricultores, uma vez que um dos principais

problemas enfrentados é a dificuldade quanto ao transporte, o que limita o acesso à [...] aquisição de insumos.” (*ibidem*, p.138)

Sendo assim, é imprescindível a existência não apenas de um planejamento como também de recursos que permitam produzir e vender no tempo certo, já que a produção da Univerde é baseada em sua maior parte por hortaliças, alimentos altamente perecíveis. Afinal, é imprescindível a existência de tecnologias adequadas, políticas e incentivos que favoreçam o uso racional dos recursos naturais.

3.2 O IMPASSE ENTRE A “INEXISTÊNCIA” DE ZONA RURAL EM NOVA IGUAÇU E A DEMANDA DE AGRICULTORES POR POLÍTICAS PÚBLICAS

O Estado vem se retirando de vários setores da vida social, que antes lhe incumbia proteger, deixando assim o espaço aberto a um individualismo que destrói a ação coletiva e permite o desenvolvimento do sofrimento em diversos segmentos da população. A desigualdade nesse contexto, não é um mero efeito perverso. É o próprio funcionamento das sociedades que lança na pobreza e na exclusão social vastos segmentos da população.

Atualmente, o consumo alimentar não pode ser explicado apenas pela lógica da produção ou pela lógica das necessidades nutricionais. O tema se torna cada vez mais complexo, exigindo estudos sobre as relações que se estabelecem entre os vários membros que compõem a cadeia alimentar: produtores agrícolas, industriais, comerciantes e consumidores, além do papel do Estado no [...] sistema produtivo. Seu estudo requer ainda a análise do conjunto de fatores que tem determinado as mudanças e a diversificação dos hábitos alimentares (OLIVEIRA & THÉBAUD-MONY, 1997).

Ou seja, como já afirmava Morelli (2006), a sociedade civil fica impossibilitada de realizar o que é fundamental para sua vida se não tiver em parceria com o governo, inclusive quanto à disponibilidade de recursos públicos, já que esta é uma premissa fundamental para a abordagem dos direitos humanos quanto à segurança alimentar e nutricional.

Segundo Valente (2001, p.09) este tipo de parceria presume uma certa complementaridade nos mecanismo de ação de tal forma que “sua consolidação requer que a formulação e implementação de políticas, mais do que responder as demandas e necessidades imediatas e conjunturais, obedeça a um plano estratégico de longo prazo.”

Quanto à temática em que nos propomos a estudar, percebe-se que cabe, não apenas ao governo, mas a toda a sociedade melhorar o direcionamento de políticas, com ênfase no familiar. A busca incessante pelo acúmulo do capital teve como uma das

principais consequências a degradação de ambientes naturais, apontando para o que Ferreira (2002, p.30) chama de “um quadro crescente de desintegração e esvaziamento rural”. Constatada esta realidade, tornou-se necessário buscar atender as regiões em suas particularidades, voltar o olhar para as comunidades locais a fim de auxiliá-las em seus crescimentos e implementação de planos, valorizando mais intimamente o espaço rural e a atividade agrícola.

É fundamental pensar na participação e, para tal, torna-se necessário implementar uma cultura política cuja referência sejam os direitos dos cidadãos. O foco tem-se mantido no mercado e não na sociedade (SANTOS, 1988). Há total relação entre a participação popular e a mudança de prioridades, mas para que isso seja posto em prática, é necessário que as instâncias de governo sejam postas a serviço da população, inclusive tendo em conta a possibilidade de adequação de sua rotina de trabalho para viabilizar a participação democrática (FERREIRA, 2011, p.65).

Como dito anteriormente, entre 1997 e 2006, as zonas rurais foram excluídas do Plano Diretor de Nova Iguaçu sem quaisquer consulta pública. Como consequência deste ato, atualmente encontra-se nestas áreas abandono das atividades agrícolas, sucateamento das propriedades agrícolas e/ou descaracterização destas que foram divididas e vendidas devido a cobrança de impostos prediais proporcionais a extensão da terra. Além disso, no município existem alguns assentamentos rurais que também têm enfrentado impasses limitadores para seu desenvolvimento agrícola (comercial e de subsistência) sendo as problemáticas mais evidentes: a poluição dos rios próximos, a expansão do lixo urbano nos lotes e a falta de infraestrutura.

Entendemos que o incentivo e o estímulo à comunidade de pequenos produtores iguaçuanos para o desenvolvimento da agricultura associada a outras atividades econômicas, como a agroindustrialização artesanal de seus alimentos, constitui-se como uma importante alternativa para discussão dos problemas socioambientais locais, bem como para o acesso à uma alimentação de qualidade e quantidade suficientes capazes de possivelmente garantir a segurança alimentar dessa população

Entretanto, apenas em 2011 é que foi reimplantado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Nova Iguaçu, para tratar da questão da alimentação como uma garantia a todos. Neste sentido, entender a situação atual significa compreender estas transformações que veem se dando ao longo do tempo e construir, com base no marco teórico legado, um novo marco histórico, geográfico e sociológico de referência (SOARES, 2006).

O desenvolvimento capitalista provoca até os dias de hoje movimentos contraditórios e desiguais, uma vez que não é novidade perceber a existência de localidades

que entram em conflitos e surgem de maneira paradoxal frente ao desenvolvimento urbano industrial que se impõe como ordem tanto para o poder local quanto para a lógica da escala regional. Dentro desta perspectiva, torna-se fundamental salientarmos a paradoxal realidade da gestão pública de Nova Iguaçu frente a falta de reconhecimento das zonas rurais, o visceral despreparo político administrativo do município para com estas demandas, bem como a escassez de formulação de políticas para o desenvolvimento rural local e sua total desarticulação com outras estâncias governamentais referentes a dadas iniciativas.

Neste viés, o que se verifica em Nova Iguaçu é o empobrecimento da comunidade rural, devido à ausência de políticas públicas e programas específicos para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de um modo geral e, mais especificamente, dos pequenos produtores. Uma vez que a não delimitação da área rural do município no plano diretor inviabilizou a emissão de documentos que davam direito às famílias envolvidas com atividades rurais de serem beneficiadas.

A Lei 11.947 de 16 de junho de 2009 (Lei da Merenda Escolar), no artigo 14 estabelece que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Plano Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Ocorre que nos últimos anos, os prefeitos de inúmeras cidades que estenderam a área urbana para praticamente 100% da área territorial do município, no intuito de aumentar a arrecadação com o IPTU, impossibilitaram que diversos agricultores se encaixassem no âmbito do Artigo 14 desta Lei, já que agricultores urbanos e periurbanos não conseguem obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP (TIVELLI, 2011).

De acordo com as pesquisas estabelecidas e conversas informais com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Iguaçu, não há nenhum plano ou política pública para as zonas rurais estabelecidas no município, o que se mostra contraditório já que quando esta Secretaria foi criada, em 2008, prometeu desenvolver políticas que beneficiassem os moradores rurais, principalmente no que tange à agricultura.

No final do ano de 2008 é recriada a nova Secretaria de Agricultura. O órgão do governo municipal assume que o setor agrícola de Nova Iguaçu passa por dificuldades, uma vez que existe a falta de orientação técnica no campo, de fiscalização dos órgãos públicos nas áreas rurais e de manutenção das vias de acesso para escoamento da produção. Assim, o órgão assume criar políticas públicas que: aumentem a produção; estimulem a criação de postos para comercialização dos produtos agrícolas e o comércio direto produtor-consumidor; estabeleçam parcerias com a EMATER e fomentem o crédito agrícola através dos

programas governamentais de crédito agrícola –PRONAF e PROSPERAR. (MACHADO, 2010, p.24)

Tais dados mostram a precariedade na gestão pública do município e concorda com o que diz Favareto e Abramovay (2009), de que, “as áreas rurais [entre os anos de 1991-2000] apresentaram resultados socioeconômicos relativamente mais edificantes que os obtidos nas *regiões metropolitanas*”. Segundo Favareto (2010), tal resultado estaria intimamente ligado ao forte incentivo por parte do governo federal durante este período aos “programas de aumento da produção vinculados a compras públicas de produtos básicos para distribuição em programas sociais ou para a alimentação escolar”, que privilegiaram o fornecimento por parte de agricultores familiares” (*ibidem*, p.222-223).

Ao mesmo tempo, observou-se através de pesquisas e entrevistas para esta dissertação que tal Secretaria só foi recriada em 2008 devido a necessidade de se incorporar novamente a zona rural iguaçuana no Plano Diretor (medida feita devido a pressões dos movimentos sociais locais, devido a exigências de órgãos como Petrobrás e outras instituições financiadoras de programas e pelo fato de que são bairros inseridos nas zonas de expansão urbana ou contíguas a áreas de preservação ambiental, ricas em recursos hídricos³⁸).

Agora em relação aos dados obtidos com a Secretaria de Ação Social/Secretaria Municipal de Assistência Social e Prevenção à Violência, as questões não parecem ser diferentes. Primeiramente, entrevistas realizadas com os representantes deste órgão demonstraram que o Conselho Municipal de Segurança Alimentar foi criado em 2004 na gestão do então prefeito Mario Marques, mas ficou inativo até 2011 por não haver quórum para compor o mesmo. O que nos intriga, é que justamente em 2005 começa a gestão de Lindbergh Farias (que permanece no poder até 2010, quando é eleito para o senado, assumindo tal cargo em janeiro de 2011).

Isto nos permite fazer um paralelo com a questão do CONSEA que também foi criado, mas inativado durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso por questões políticas, além do que demonstra a falta de incentivos às questões sociais que são tão imprescindíveis.

A atual coordenadoria dos Conselhos também informou que ainda não existem políticas próprias do município voltadas para a questão alimentar, embora existam propostas de mesma natureza na procuradoria para serem aprovadas e encaminhadas à câmara de

³⁸ Segundo nota emitida na página eletrônica da Prefeitura, Nova Iguaçu receberá R\$ 5,98 milhões do Governo do Estado em ICMS Verde, por preservar o meio ambiente.

vereadores local que, só então, serão deliberadas. Vendo este estudo como algo ainda preliminar que merece e deve ser acompanhado mais de perto, resta-nos continuar analisando esse “novo” espaço de discussão par verificar quais as diretrizes que se desencadearão daqui em diante, já que “não há garantia de que um território possua atores com capacidade de viabilizar os requisitos necessários ao protagonismo social” (DELGADO & LEITE, 2011).

Desde já pode-se concluir que saber que os moradores periurbanos sofrem com questões como violência urbana, segregação sócio-espacial e especulação imobiliária, nos faz perceber que a falta de políticas da cidade de Nova Iguaçu para as zonas rurais e periurbanas tem se tornado algo extremamente relevante para o impedimento do desenvolvimento local. Política pública para tais zonas voltadas principalmente para a questão agrícola, neste cenário, se coloca como mais um elemento aglutinador da série de ações necessárias para que haja um desenvolvimento regional autônomo. A missão de construir uma imagem das “baixadas” (outrora associada a homogeneização, ao coronelismo político e à insegurança pública) baseada na busca por uma “identidade própria” da região levando-se em conta sua diversidade cultural, torna-se também condição *sine qua non* para que a atividade se consolide como um fator não só de geração de emprego e renda, mas também de elevação da auto-estima dos seus municípios e desenvolvimento humano, que valorizam a segurança alimentar e social atreladas a uma solidariedade entre cidade e campo.

Nesse sentido, é necessário entendermos que o correto seria buscar um desenvolvimento, (ou como defenderia Escobar) um “pós-desenvolvimento estruturalista”, intimamente ligado à melhoria na qualidade de vida através do acesso a fatores que auxiliam na redução da pobreza, no aumento da expectativa de vida e na integração real dos indivíduos na sociedade em que vivem. A questão é saber como proceder isto.

3.3 A INACESSIBILIDADE ÀS POLÍTICAS DE AUP: UM PROBLEMA MUNICIPAL E FEDERAL

Em um ambiente visto pelas secretarias municipais de Nova Iguaçu como sendo urbano e por alguns membros da Cooperativa (bem como por entidades auxiliaadoras como AS-PTA e Emater-Rio) como rural, constatou-se durante esta pesquisa que entre os desafios encontrados pelos agricultores está o fato dos mesmos se encontrarem nesse espaço de constante urbanização.

Entre outras questões, a falta de recursos para investimento, bem como a baixa capacidade para capital de giro demonstrou ser um fator limitante, uma vez que os agricultores em tempos de pouca ou nenhuma produção (por fatores diversos como condições climáticas, etc) ficam por vezes sem renda provinda da agricultura, mas precisam de alguma maneira investir na atividade para o plantio pós-escassez. Além disso, existe carência e dependência de insumos que por vezes demandam maiores recursos pelo fato dos agricultores ainda não serem capazes de produzir, por exemplo, as próprias mudas e terem que importá-las gerando gastos para a compra e transporte das mesmas.

Todavia, tais questões poderiam ser minimizadas se levássemos em consideração suas causas como sendo apenas climáticas, já que afetam diretamente na produção (como é o caso das chuvas de verão que impedem o plantio e, conseqüentemente, a colheita)? Acredita-se que tratar todas estas situações sociais como sendo de caráter apenas ambiental simplificaria tais problemáticas e as restringiria a um plano secundário, o que por vezes seria cômodo e impossibilitaria a criação de estratégias. Por tais motivos, tornou-se imprescindível trazer à tona nesta pesquisa a necessidade de abrangência de uma política voltada para agricultores periurbanos na região.

Sabe-se que a possibilidade de êxito das políticas públicas depende diretamente da compreensão e participação dos atores envolvidos, já que a própria conexão entre política e economia não é automática. Por esta questão, traz-se como principal indagação deste trabalho que existe grande fator capaz de corroborar com o amortecimento das mais diversas organizações e redes de apoio à agricultura. Seria o caso da carência ou até mesmo da insuficiência de políticas públicas municipais destinadas à agricultura familiar ou à AUP, em conformidade com cada caso. Políticas Públicas que estivessem relacionadas ao atendimento do fomento e infraestrutura necessários para a manutenção da atividade, tais quais “abertura de estradas vicinais, instalações para centralização e apoio à distribuição de parte da produção agrícola, construção de poços para irrigação das lavouras, dentre outras.” (STRAUCH, MENDONÇA & ROSA, 2012, p.34).

“Bem, políticas públicas tem um montão mas nunca chega ao alcance do agricultor, a gente sabe que principalmente aqui na baixada, no município de Nova Iguaçu é muito difícil a gente ter acesso as informações, é muito difícil você ter acesso as políticas públicas que estão aí, primeiro porque muitos grupos são informais e a burocracia é muito dura, pesada para você acessar, tem lá, mas quando você chega para acessar não tem aquela facilidade, não tem conhecimento; os agricultores não tem conhecimento de como acessar, e quando chega para acessar aí tem um montão de impedimentos. Nós estamos fornecendo.. estávamos né.. estamos inscritos, mas deu uma suspensão na

entrega da merenda é por causa disso, porque a desinformação nos trouxe vários problemas e até prejuízos, porque não tem ninguém para informar direito como funciona a questão dos SINAI, a gente .. o pouco que a gente soubemos é que iremos fazer cursos junto com grupos do Rio, de outros cantos, e até uma Organização nos orientou que aqui em Nova Iguaçu até para você fazer um recibo eles não sabem te explicar. OU seja, a agricultura familiar eles preferem excluir. Os 30% mínimo não é absorvido porque o agricultor não sabe como acessar isso. Então é essa a dificuldade que tem. Que tem muitos, mas nunca chega aqui. Então assim, ajuda de governo... a Univerde, por exemplo, desde 2008 nós estamos com a gestão própria dos agricultores, os agricultores mesmos plantam, comercializam, administra a cooperativa, mas agora se você tem alguma ajuda do governo, se alguém te procura, se alguém pede, eles se providenciam ou se apresentam para te dar uma ajuda com certeza que não. Tudo é o próprio agricultor que tem que correr atrás.” (Entrevista 03)

Estas ações, de acordo com um estudo particular sobre as iniciativas de agricultura urbana existentes na região metropolitana do Rio de Janeiro, evidenciaram ser primordiais para atender a demanda agrícola local. Sendo de fato usadas como prioridade nas prefeituras, estas atitudes práticas seriam importantes quanto a redução das temeridades inerentes à produção agrícola, capazes ainda de gerar certa segurança quanto ao acesso dessa produção a outros mercados, como os institucionais – o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) –, gerando como consequência a diversificação e o alargamento da renda desses agricultores. (STRAUCH, MENDONÇA & ROSA, 2012)

Ainda em relação a esse tema, tornou-se interessante notar que, como exposto no capítulo I desta dissertação, segundo o manual do PAF-Dutos, enquanto tal projeto ainda estava em andamento, os agricultores chegaram a fornecer alimentos para a prefeitura de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, a cento e cinquenta e nove escolas. De acordo com a presidente da cooperativa Univerde tal transação foi feita por meio de um "acordo verbal", sem qualquer documentação. Todavia, para que de fato fosse possível o escoamento da produção, seria necessário algum tipo de licitação ou documento que o regesse. Segundo a Petrobrás, foi a ONG Instituto Terra de preservação ambiental quem mediou toda essa negociação. Esta por sua vez informou que a transação foi efetuada através de alguns acordos.

“O que houve foi um acordo de compra dos produtos dos agricultores do projeto pelas empresas que detinham o contrato de fornecimento de merenda escolar em Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Estas sim haviam participado de uma licitação com as prefeituras conforme manda a lei. Como os agricultores não estavam ainda cooperados, e também não tinham a Declaração de Aptidão do Pronaf (pois eram considerados agricultores urbanos) não havia

uma maneira legal de realizar a compra direta. Sendo assim, os únicos comprovantes que tínhamos eram as planilhas de entrega assinadas pelos responsáveis das empresas, onde constavam os produtos, as quantidades e os "lotes" referentes. Apesar de ser um instrumento frágil, funcionou por quase um ano, com algumas dificuldades, mas funcionou.”³⁹

O que se constatou, então, foi que as particularidades dos agricultores da Univerde trazem à tona uma realidade ainda não atendida pelas políticas governamentais. Inseridos num ambiente rurano, tal população precisou ser considerada rural pela Emater-Rio de Nova Iguaçu, já depois do término do PAF-Dutos e formação da cooperativa Univerde, para conseguirem ter acesso a algumas das políticas que infelizmente não atendem à população urbana. Tal realidade torna-se mais interessante ao se notar que entre as falas dos agricultores existem divergências quanto à opinião de que em grupo se encaixariam. Aqueles que estão mais inseridos nesta diferenciação se consideram agricultores rurais, todavia aqueles que apenas estão na horta e pouco frequentam os debates e reuniões a respeito do assunto se consideram urbanos pelo local em que estão localizados.

*“Eu acho que a gente é rurano⁴⁰. A assistente social fala assim, a mistura de rural com urbano. Porque aqui é uma área urbana e o rural no meio, né.”
(Entrevista 05)*

Tais falas como a anteriormente exposta, traz a tona o fenômeno da *rurbanização* utilizada primeiramente com Gilberto Freyre (1982) na tentativa de achar a circunstância intermediária “entre o puramente urbano e o puramente rural”, uma “terceira situação desenvolvida pela conjugação de valores das duas situações originais e às vezes contrárias e desarmônicas, quando puras” (*ibidem*, p.82)

Um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional – [...] ou nacional –a do Brasil como um todo – valores e estilos de vida rurais e valores e estilos de vida urbanos. Daí o neologismo: ruranos. [...] Numerosas populações poderiam viver com vida mista: juntando a urbanismos, ruralismos como que desidratados sem deixarem de corresponder ao apego que parece haver na maioria dos seres humanos a contatos com a natureza. Com a terra. Com a água de rios, com árvores, plantas e até matas. (FREYRE, 1982, p.34)

³⁹ Representante do Instituto Terra de Preservação Ambiental

⁴⁰ O termo rurano ganhou destaque a partir de uma pesquisa desenvolvida por Graziano da Silva intitulada “Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/99” que analisou as principais transformações ocorridas no meio rural de onze unidades da federação. Tal estudo a partir das novas relações que vão se estabelecendo entre o rural e o urbano, mostrou a progressão das atividades não-agrícolas no meio rural como a característica do processo rurano no Brasil, trazendo à tona sugestivas alusões ao tema do desenvolvimento rural na tentativa de demonstrar que o meio rural não poderia mais ser associado apenas à produção agrícola e pecuária.

Tal conceito teria sido o plano de fundo do *ambiente rurano* resignificado por Graziano da Silva (1997). Um novo rural composto por famílias pluriativas com tipos distintos de inserção profissional além das atividades agrícolas. E ainda um espaço onde é constata o “processo de erosão das diferenças espaciais entre o rural e o urbano, [a partir] do aparecimento de um *continuum* entre ambos” (SCHNEIDER, 2003, p.159). Tal consequência societária desse processo é o que se revela na fala da agricultora anteriormente exposta, mas trazendo um contraste do rurano inicialmente utilizado como tendo referência o rural, mas nesse caso como uma referência a um ambiente em processo de urbanização.

Esta passagem indica a identificação de “sujeitos” em busca de uma identidade social, com suas formas tradicionais de ocupação do território. (BLATHAZAR, 2011, p.80), traduzindo Levi-Strauss (1976) que demonstra com muita precisão o fato de que a partir do colonialismo, com a mercantilização das relações sociais, passou-se a existir o que poderia ser chamado de solapamento de uma estrutura de sociedade, para emergir outra.

Pode-se notar, então, que esses são elementos que mais uma vez apontam para as relações complexas entre o urbano e rural, ressaltando como num ciclo o que diz Graziano da Silva (1997) que as distintas representações do rural precisam ser sanadas, já que fazem parte de um quadro interpretativo formulador de políticas públicas para o campo. Volta-se de forma instintiva na imprescindibilidade de se valorizar as distintas identidades que emergem através de uma confluência das percepções dos diversos atores sociais. “Assim seria possível enxergar os agricultores urbanos como prestadores de serviços ambientais à cidade e assim, valorizá-los.” (ARRUDA, 2011, p.139)

Demonstrando a falha do sistema agrícola federal, esse quadro tem se repetido em diversas regiões da periferia e é praticamente unânime em todos os casos de agricultores existentes em Nova Iguaçu e bairros vizinhos, mostrando a necessidade de olhar os indicadores de modo não vertical, mas horizontal (entre grupos).

As características inerentes à agricultura familiar da região metropolitana, como a sua grande diversidade e a pluriatividade, desafiam os programas governamentais de apoio à agricultura urbana e periurbana (AUP). As poucas iniciativas existentes, como os editais de AUP do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS), têm uma concepção muito distante da realidade da agricultura desenvolvida na região, não respeitando as dinâmicas e as articulações previamente existentes e, dessa forma, desconsiderando todos os atores sociais já envolvidos longamente nesse processo. Um exemplo disso tem sido o direcionamento dos editais do MDS apenas para as instituições governamentais, excluindo as organizações da sociedade civil. Essa percepção errônea de uma política pública de apoio à AUP dá origem a diversas exigências descabidas na condução dos projetos aprovados e contribui fortemente para o distanciamento

entre o Estado e a sociedade civil organizada na implementação de tais políticas. (STRAUCH, MENDONÇA & ROSA, 2012, p.34)

“Qualquer projeto com alcance social precisa identificar as pessoas envolvidas e interessadas e suas funções, definir o processo de tomada de decisões nos vários níveis, incluir as necessidades e estabelecer prioridades, e considerar o papel e a importância das mulheres e dos homens no desenvolvimento das atividades.” (DIAO, 2002, p. 01) Tendo em vista tal afirmação, nota-se que o quadro atual vivido pela Univerde demonstra a falha do poder público em atuar em algumas questões como possibilitar o acesso a infraestrutura e insumos, recursos indispensáveis para a produção, já que o pouco acesso a esses meios de plantio tendem a dificultar a continuação da atividade.

“As políticas públicas é como se botasse um brinquedo para a criança lá no fundo do corredor de uma sala bem grande. Até existe, mas não tem como acessar. Quando acessa é uma logística muito ruim, tem que mandar uma alface, mais uma salsa e um coentro lá pra Marapicu. Vai pra longe a beça pra entregar uma sacolinha e volta pra entregar outra sacolinha pra outro lugar lonjão.”(Entrevista 03)

Ademais, as políticas voltadas para o processamento e comercialização precisam ser desenvolvidas de modo mais democrático e transparente, na intenção de permitir que haja maior equidade quanto a participação nos mercados, já que estes recursos poderiam impulsionar o desenvolvimento da atividade agrícola de forma mais significativa. Em suma, as políticas públicas deveriam ser “periodicamente avaliadas e realinhadas, para que seus objetivos sejam realmente alcançados e os seus titulares de direitos possam efetivamente ter acesso a elas”. (CONSEA, 2010, p.27)

“Quanto a política pública tem que haver parceria entre o poder público e a sociedade civil organizada que seja contínuo com acompanhamento em todo o processo produtivo até a entrega do produto e o recebimento por ele. O que precisa acontecer para que o alimento chegue na mesa do consumidor é a parceria entre o poder público e o agricultor”(Fala da Presidente da univerde em uma palestra na UFRRJ)

Embora, os agricultores tenham ganhado o edital para abastecerem a prefeitura de Nova Iguaçu quanto a alimentação escolar entre os anos 2011/2012, ainda está pendente parte dos pagamentos correspondente a produção. Segundo os agricultores conseguir acessar este tipo de política pública foi uma conquista, pois até então as Secretarias de Nova Iguaçu correspondentes declaravam-nos como não possuindo DAP já que são agricultores urbanos.

Sobre isto é interessante notar, que mais além de serem agricultores urbanos, alguns outros critérios também eram impedimentos para a aquisição da DAP, tais quais ser beneficiário de bolsa família e aposentadoria pelo INSS. A mudança nesses parâmetros, segundo Magalhães & Abramovay (2006 *apud* ALONSO & SANT'ANA, 2010, p.09) acaba gerando um excesso de benefícios, “aumentando o poder de capitalização dos agricultores familiares e conseqüentemente, gerando uma excessiva dependência dos programas de transferência de renda”. Todavia o que se tem notado é que o PRONAF torna-se mais efetivo no objetivo de auxiliar na redução da pobreza rural quando combinado com outros fatores e programas sociais. (ALONSO & SANT'ANA, 2010)

Complementando tal debate num momento em que a produção e consumo de alimentos está em debate (DIAS, 2012), a invisibilidade dos agricultores periurbanos aparecia como algo corrente. Esta é uma realidade que ocorre com muitos produtores da região metropolitana do Rio de Janeiro. Quanto a isto, alguns representantes das entidades parceiras da Univerde revelaram deram as seguintes declarações:

“O governo tem uma série de políticas públicas para a Agricultura Familiar, mas muitas vezes é difícil fazer a ponte entre a política e o agricultor.”
(Entrevista 10)

“É preciso ter muita força e consciência dessas pessoas para conseguirem sobreviver em um ambiente periurbano debaixo de um sistema capitalista cujas próprias políticas estão pautadas em questões orçamentárias.”
(Entrevista 08)

Para os agricultores ter acesso ao PNAE foi importante para escoar a produção, ganhar visibilidade para o grupo e gerar renda. Todavia, sustentar a produção ativa e fornecer alimentos para compras de programas de governo ainda é um desafio cercado de entraves de leis (DIAS, 2012). A falta de informação, a burocracia e a logística na entrega dos produtos ainda se mostram como pontos negativos e limitantes.

Analisando estas questões, verifica-se que a Univerde se encaixa entre aqueles que necessitam de assessoria específica, já que embora seja uma realidade a existência de políticas públicas para AUP, ainda é ínfima sua ação diante da demanda potencial que possui. Nesta perspectiva, a sinergia entre produtores e atores públicos e privados, torna-se uma importante ação participativa de planejamento estratégico e implantação de ações. (STRAUCH, MENDONÇA & ROSA, 2012) Para tanto, é imprescindível a formulação de políticas nos níveis municipal e estadual com o objetivo de tornar mais efetivas as suas contribuições, fortalecendo as capacidades da AUP. Esta, por sua vez, quando reconhecida

como atividade permanente e legítima terá uma forte capacidade de ser mais uma base para o desenvolvimento local.

Assim, identificou-se que entre outras questões, existe também uma deficiência do registro das informações sobre agricultura urbana, devido a pouca atenção que é destinada pelo governo local. Mostrando mais uma vez a escassez quanto às políticas públicas voltadas às necessidades familiares dos produtores urbanos e de acesso aos recursos disponíveis.

Este capítulo, portanto, foi desenvolvido de forma a permitir que se estabelecessem duas perspectivas. Os resultados do estudo de caso aqui apresentados demonstrou não apenas a construção socioeconômica dos agricultores da Univerde, a partir das dinâmicas que vão sendo estabelecidas entre eles e os órgãos governamentais, como também buscou expressar de que maneira às políticas públicas de AUP possuem impasses capazes de dificultar o acesso das mesmas à demanda. Assim, fica-se evidente a complexidade dos desafios a serem enfrentados.

Considerações Finais

*“Embora intelectualmente útil, o termo sustentabilidade parece não empolgar e mobilizar as pessoas. Por isso começamos a falar sobre salvar a civilização em vez de desenvolvimento sustentável, porque é disso que realmente se trata. Assim, a discussão adquire um senso de urgência muito maior quanto ao que está em jogo.”
(Lester Brown)*

Finalizar um trabalho é dar-se conta talvez de que tudo isso é só o começo do muito que ainda é necessário para “dar cabo” de todas as problematizações levantadas. Utilizarei esse espaço, portanto, com mais leveza, para desenvolver alguns comentários gerais sobre o texto escrito. Portanto, sem ter a pretensão de traçar pensamentos que realmente consigam concluir os temas em questão, o que se pretende aqui é afirmar e ressaltar a importância em que os mesmos se inserem. Assim, nessa última sessão da presente dissertação, são levantados alguns comentários gerais sobre o texto escrito, de modo a revisar os principais assuntos abordados durante a pesquisa. Além disto, este é o espaço no qual também são feitas algumas proposições e indicações de investigações futuras como desdobramento do trabalho realizado.

Esta dissertação assumiu como objetivo compreender quais entraves de acesso existem nas políticas públicas no que tange à AUP. Para tal, esta análise foi feita de maneira indutiva, partindo de um olhar específico sobre os agricultores familiares periurbanos da cooperativa Univerde para um quadro que se observa no país como um todo, quanto aos desafios para o desenvolvimento da atividade agrícola familiar no contexto periurbano em termos da geração de trabalho e renda e quanto ao conjunto de complexas variáveis que contemplam programas públicos destinados a esta atividade.

Entre as principais questões levantadas durante esta pesquisa está o processo de urbanização vivenciado não apenas na região metropolitana do Rio de Janeiro, como também em todo o país e na maioria dos países do mundo. Dada esta perspectiva, tem-se observado que muitos moradores de cidades de médio e grande porte têm necessidades semelhantes quanto aos assuntos ambientais e de ordem alimentar. Desta forma, apresentou-se a AUP como uma atividade capaz de envolver todas as cidades densamente povoadas, independente do seu nível de seu número de habitantes e de áreas disponíveis.

Para tanto, houve a necessidade de se abordar as conceituações de Agricultura Urbana, Agricultura Periurbana e Agricultura Familiar na tentativa inicial de aprofundar a

análise do termos. No decorrer das últimas décadas no Brasil, falar de agricultura adquiriu valor nos discursos do governo federal e, conseqüentemente dos gestores de políticas públicas. Portanto, abordar os significados da incorporação desses três enfoques acerca da atividade agrícola mostrava-se primordial nesta pesquisa para dar base à discussão que se estabeleceu posteriormente a respeito das políticas voltadas direta ou indiretamente à demanda agrícola e à zona rural.

Todavia, antes de adentrar mais profundamente nesse aspecto, coube ressaltar a forte incidência de AUP no município de Nova Iguaçu. Como demonstrado, mesmo inseridos no Estado do Rio de Janeiro, com uma sociedade predominantemente urbana, a AUP é real e pode ser um fator determinante para a região se considerada como alternativa de não degradação ambiental e possível promotora de melhoria na qualidade de vida dos atores que a praticam e dos que moram em seu entorno. Tais perspectivas revelam a AUP como atividade promotora de segurança alimentar, proteção da biodiversidade e conseqüentemente, melhorias ambientais, bem como saúde da população urbana, sendo ainda capaz de resguardar os saberes tradicionais deste específico grupo social que são os agricultores urbanos e periurbanos.

Assim, entre as questões que iniciaram este trabalho, foram apresentadas também as formas como AU e AUP se manifestam no município de Nova Iguaçu. A discussão desse tema foi levantada a partir da análise do projeto PAF-Dutos, financiado pela Petrobrás/Transpetro. Quanto a isto, é inegável que os bairros estudados onde se desenvolvem tais iniciativas no tocante à faixa de dutos constituem casos significativos de manifestação das questões tratadas nesta dissertação. Isso porque são bairros com forte incidência de vulnerabilidade social, onde os habitantes vivem sob condições precárias de acesso aos bens de capital e de serviços.

No entanto, entre outros aspectos levantados, foi possível notar a unilateralidade em que foi desenvolvido o PAF-Dutos, tendo sido utilizado como meio de sanar alguns problemas enfrentados pela Petrobrás, mas que na verdade nunca buscou, de fato, a melhoria da qualidade de vida de seus participantes. Tal realidade ficou patente ao observar a fala dos cooperativados da Univerde declarando que a defasagem de muitos agricultores, após a descontinuidade do projeto, se deu devido à falta de incentivos financeiros e alimentícios que até então recebiam. Ou seja, a prática de ações paternalistas que atraíram diversas famílias, em termos avaliativos do PAF-Dutos durante seu desenvolvimento, pode ter parecido benéfico, pois permitiu mensurar variáveis quantitativas tradicionalmente consideradas. Todavia, analisando anos depois, como foi o caso desta pesquisa, demonstrou

que na verdade não houve preocupação em buscar procedimentos que conseguissem realmente estimar progresso em dimensões pouco exploradas do bem-estar dos indivíduos. Como ocorreu com a segurança alimentar e nutricional que não fez parte dos objetivos do PAF-Dutos, apenas apareceu como um elemento transversal gerado pela prática agrícola.

Outro fator de extrema importância e que também corrobora na percepção anteriormente exposta está na mudança da técnica de plantio. O projeto original do PAF-Dutos foi baseado na prática da agricultura orgânica, método que causa dependência e gastos por estar baseada na manutenção de níveis elevados de matéria orgânica no solo, muitas vezes através do aporte de insumos externos. A tecnologia que é praticada e está extremamente inserida na proposta da Univerde, no entanto, é a da agroecologia, fundamentada em princípios da conservação dos recursos naturais, minimizando a perda durante os processos produtivos que causam a menor dependência possível de insumos externos.

Nesta perspectiva, o envolvimento do grupo estudado com a AS-PTA e Escolinha de Agroecologia demonstrou que os agricultores têm percepção de que a produção deve ser desenvolvida de maneira responsável, tendo em vista que todos refletem em seus discursos e práticas os princípios do movimento agroecológico. Portanto, poder-se-ia dizer que os agricultores da Univerde, bem como outros agricultores da Baixada Fluminense estão sendo promotores desta proposta menos agressiva ao meio ambiente.

Dada tal perspectiva, seguiu-se posteriormente para a questão de que não se pode negar a imprescindibilidade do planejamento urbano da cidade, entre outras esferas no Plano Diretor, prever as iniciativas de AUP que estão sendo desenvolvidas ao longo do tempo e que lutam por uma permanência apesar dos diversos fatores limitantes que encontram. É necessário adequar os instrumentos de planejamento urbano a partir de diretrizes gerais e implementação de programas que considere a evolução da cidade à medida que ela se expande e se transforma.

Quanto ao acesso a políticas públicas que permitam a inclusão de agricultores urbanos e periurbanos é necessário dizer que tais questões da administração pública não se limitam às temáticas abordadas e às análises sobre cada assunto apresentado. Sendo irremissível a realidade de que é indispensável uma maior flexibilidade e abrangência quanto à oferta de informação pelas próprias administrações federal, estaduais e municipais, no que se refere à política de apoio à AUP, já que não se pode compreender de forma simplista e linear a dinâmica do espaço periurbano. As instâncias administrativas teriam que promover de maneira segura e representativa a formação de um banco de dados composta pelas mais diversas iniciativas que persistem em meio aos entraves do Estado do

Rio de Janeiro. Desta forma seria possível a propagação dos programas específicos de AUP, sem que fossem necessárias “manobras” dos agricultores a fim de cosegurem a DAP e, conseqüentemente, terem acesso a financiamento e possibilidades de escoamento da produção.

Em seguida a essa revisão, apresentaram-se alguns elementos acerca da prática da agricultura urbana que está avançando e engodando a atenção dos órgãos públicos, com o objetivo de se expandir e de promover uma cidade mais humana e sustentável. Todavia, embora o Brasil possua uma Política Nacional de AUP, ela não consegue abranger um contingente considerável da população que se encaixa no perfil de agricultor urbano/periurbano. Isto porque tal política ainda carece de uma articulação maior com outros programas de segurança alimentar e nutricional. Afinal, estudos demonstram que entre os benefícios gerados pela AUP estão o efeito sobre a saúde e nutrição dos beneficiários, a partir do acesso aos alimentos e a melhoria da qualidade da dieta.

Neste aspecto, buscou-se mostrar os processos de inclusão e exclusão de agricultores na área estudada. Observou-se que há mais fatores limitantes que favoráveis ao desenvolvimento da agricultura em Nova Iguaçu, tendo como influência decisiva a não intervenção do poder público em aspectos que facilitariam tanto a produção quanto seu escoamento. A começar, o que se observou foi que os bairros analisados não estão inseridos em um município elegível para ter acesso à Política de AUP, fator que se intensifica ao notar que Nova Iguaçu também não possui internamente nenhum programa próprio voltado para atender às iniciativas de agricultora locais.

A possibilidade de escoamento da produção e capacitação desses agricultores tornou-se possível apenas com a existência de parcerias que são estabelecidas entre os agricultores da Univerde e instituições como AS-PTA, Cooperativa Cedro, entre outras, que lhes dão informações e os subsídios necessários. Mendes (2012) inclusive notou essa mesma realidade ao perceber que em Nova Iguaçu existe uma dependência dos agricultores familiares quanto aos projetos de assistência técnica. Tal fato por vezes apresenta-se como limitante, chegando a ocasionar dificuldades que muitas vezes os impossibilitam de continuarem no plantio. Como consequência dessa realidade, ocasionalmente observa-se a queda na produtividade, provocando o abandono da atividade por parte de alguns agricultores familiares.

Além disso, mais do que auxílio técnico, os programas voltados para a agricultura urbana apresentam-se de forma precária deixando a desejar, essencialmente, no caráter de inclusão social. Além disso, a escassez dos mesmos tornam a aquisição da DAP o principal

exemplo de ambiguidade que afeta os que praticam a AUP. Sendo este um instrumento que ainda não se aplica aos agricultores urbanos e periurbanos, é preciso reconhecer que tais pessoas formam uma demanda real que carece da regulamentação e promoção das atividades agropecuárias nos espaços urbanos e periurbanos. Criar um instrumento específico que atenda às características particulares desses grupos, seria um meio de permitir que se promova o acesso aos programas públicos, às fontes de financiamento para agricultura urbana e periurbana, às políticas de crédito, aquisição de alimentos e fornecimento de produtos para a alimentação escolar, de maneira justa.

Olhando o caso dos agricultores da Univerde, identificaram-se, portanto, fatores de diferentes naturezas que corroboram para a dificuldade do cultivo agrícola na região (características socioculturais e aspectos específicos da atividade produtiva, falta de recursos financeiros, bem como características políticas e institucionais vinculadas à agricultura local). São fatores, descritos ao longo desta pesquisa, que possuem um ponto congruente: estão todos, ainda que indiretamente, relacionados à esfera de atuação do Estado, tendo sido inclusive expostos pelos entrevistados, como sendo um reflexo da menor ou maior intervenção do poder público.

Tais questões abre espaço para uma abordagem que não foi feita durante esta dissertação, mas cujo domínio pode conduzir a algumas implicações de possível desdobramento desta pesquisa. Trata-se do debate acerca do desenvolvimento territorial e sua aplicabilidade nas condições sociais da população agrícola brasileira. Esta perspectiva tem aparecido cada vez mais como uma entrada programática pelo governo federal nos últimos anos, todavia só é possível de ser alcançado por meio de uma gestão pública participativa. Ou seja, não se pode negar a necessidade de gerenciar o setor público de modo claro, cooperativo, participativo e sem dolo, combinando a ação interorganizacional com um grande conjunto de relações, que podem ser estabelecidas entre governos, empresas, ONGs, associações comunitárias etc. Na promoção da agricultura urbana se faz necessário desenvolver capacidades locais, políticas públicas e ações consistentes por meio das iniciativas do poder público potencializado pelo apoio das iniciativas da sociedade civil mobilizada.

Em suma, esta pesquisa compôs apenas um contributo para o conhecimento dos entraves encontrados pelos agricultores urbanos e periurbanos face à demanda por acesso a políticas públicas que contribuam com a atividade por eles praticada. Dada a importância do tema considera-se que muito há ainda que percorrer no campo da investigação nesta área sendo, portanto, um campo fértil para futuras investigações.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. S. et al. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 26, p. 143-160, jul./dez. 2012. Editora UFPR

ADAM, M. G. Definitions and boundaries of the periurban interface: patterns in the patchwork. In: IBSRAM INTERNATIONALWORKSHOP. **Urban and Periurban Agriculture**, 1999, Accra. Anais Accra: [s.n.], 1999.

ALIER, J.M. **O ecologismo dos pobres**. S. Paulo: Contexto. 2007

ALMEIDA, P.R. Agronegócio: mentalidade assistencialista e intervencionista ainda predomina entre acadêmicos. **Diplomatizando**, 2014 Disponível em:<<http://diplomattizando.blogspot.com.br/2014/04/agronegocio-mentalidade.html>>. Acesso em: 06 maio 2014.

ALONSO, J.E.O.S; SANT'ANA, F.O.P. Um desenho de avaliação de impacto econômico do Bolsa Família sobre agricultores participantes do PRONAF B baseado em resultados potenciais. **XIII Congresso Internacional da rede Mundial de renda Básica - BIEN 2010 Brasil**. São Paulo, 2010.

ANSCHAU, F.R. **Insegurança alimentar de beneficiários de programas de transferência de renda**. 2008, 107p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2008.

ARRUDA, J. **Agricultura urbana e peri-urbana em Campinas/SP: análise do programa de hortas comunitárias como subsídio para políticas públicas**. Campinas, SP: [s.n.], 2006, 165p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, 2006.

ARRUDA, J.; MALUF, R.S.J.; DUTRA, P.G.; GRIPP, R.J.; SOUZA, R Identificação do Perfil dos Atores Sociais que Participam ou Estimulam Ações de Agricultura Urbana Relevantes no Município do Rio de Janeiro, Brasil. **Engenharia Civil UM (Braga)**, v. 40, p. 51-62, 2011.

AS-PTA. Agricultura Familiar e Agroecologia. **Mulheres agricultoras geram renda e produzem alimentos de qualidade na Baixada Fluminense**. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2011/05/mulheres-agricultoras-geram-renda-e-produzem-alimentos-de-qualidade-na-baixada-fluminense/>> Acesso em: 22 novembro 2011

_____. A cidade e a roça: Semeando Agroecologia. In: **Semeando Agroecologia**. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/Cartilha_Semeando-Agroecologia.pdf>. Acesso em: 05 janeiro 2013

AVILA, C.J.; VEENHUISEN, R.; Editorial: Aspectos Econômicos da Agricultura Urbana **Revista Agricultura Urbana**, Quito n. 7, 2002.

BALTHAZAR, P.A.A. **Risco e Controle do Território dos Dutos - A Petrobras, os mediadores e a horticultura familiar**. 2011, 170p. Dissertação (Mestrado em Ciências

Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BARBON, Â. L. Mobilidade residencial intra-urbana em grandes centros - Região Metropolitana de São Paulo - estudo de caso. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, Caxambu: 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_554.pdf> Acesso em 03 janeiro 2012

BECKER, H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993. Cap.1, p.17-46.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 256p.

BRASIL. **Eletrosul beneficia 1.199 famílias com hortas comunitárias**. Fome Zero, 2006 Disponível em:<<http://www.fomezero.gov.br/noticias/eletrosulbeneficia-1-199-familias-com-hortascomunitarias>> Acesso em 08 janeiro 2013.

_____. **Edital SESAN/MDS No.01/2007: Seleção de Proponentes para Apoio a Projetos de Agricultura Urbana e Periurbana**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 2007^a.

_____. Lei 11.346, 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cooperativismo**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: Mapa/SDC/DENACOOOP, 2008, 48 p.

_____. Lei 11.947, 16 de junho de 2009.

_____. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Política Nacional do Cooperativismo.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Rio de Janeiro: Projeto Nutre Rio**. 18 maio, 2011. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=7757537>. Acesso em: 07 janeiro 2013

_____. **Plano Diretor do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro – Relatório Final**. Secretaria Estadual de Obras e Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, 2011. 746p.

_____. **Mulheres do Brasil: Atuação Feminina**. Cooperativa de Mulheres. Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/atuacao-feminina/cooperativas-femininas>>. Acesso em 06 maio 2013.

BONNAL, P.; CAZELLA, A.; DELGADO, N.G. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial. In: LEITE, S.P. *et al* (autores); MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (orgs.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.14)

BOUKHARAEVA, L.M., CHIANCA, G.K., MARLONE, M., MACHADO, A.T., MACHADO, C.T.T. Urban agriculture as a component of sustainable development: Brazil, France, Russia. In: **Cahiers d'études et de recherches francophones/ Agricultures**. V.14, n.1, pp. 154-158, Janvier-Février, 2005.

BOURDIEU, P. Efeitos de Lugar. In: **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **O Poder Simbólico**; tradução Fernando Tomaz – 2.ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Método y pasión en Celso Furtado. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, v. 84, n. Diciembre, p. 19-34, 2004.

BRITO, G.S. **Migrações rural/urbano e fluxos de conhecimento agroecológico: o caso de Montes Claros, Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias, área de concentração em Agroecologia) Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.150f.

BROWN, K.H; CARTER, A. **Urban Agriculture and Community Food Security in the United States: Farming from the City Center to the Urban Fringe A Primer Prepared by the Community Food Security Coalition's North American Urban Agriculture Committee**. United States: Community Food Security Coalition, Venice California, 2003, 29p.

CAILLÉ, A. **Antropologia do Dom: o Terceiro Paradigma**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília, DF: CAISAN, 2011, 132p.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-Rio). **Agropecuária e área rural em Nova Iguaçu**. CMNI/EMATER-Rio, 2010. Disponível em: <www.cmni.rj.gov.br/noticias/producao_agropecuaria_nova_iguacu.pdf> Acesso em 03 janeiro 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, EMATER/RS, v. 1, n. 1, jan./mar. 2000, p. 16-37.).

CASTELO BRANCO, M.; Alcantara F A . Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura Brasileira** (Impresso), v. 29, p. 421-428, 2011.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 94-176.

CAVALCANTE, C.U. (org.), DUARTE, H.S.B., NETO, F.F.A., FIGUEIREDO, P.C., ACSELRAD, V. **Municípios em Dados: Estudo da Dimensão Territorial do Planejamento (DTP)**. Subsecretaria de Planejamento, Rio de Janeiro, 2010.

CONSEA – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. **Princípios e diretrizes de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: CONSEA, 2004.

_____. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. Indicadores e Monitoramento da Constituição de 1988 aos Dias Atuais**. Brasília, DF: CONSEA, 2010.

CONTI, I.L. **Segurança alimentar e nutricional: noções básicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2009, 62 p.

COOPERATIVA DE CONSULTORIA, PROJETOS E SERVIÇOS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Articulação de agroecologia do Rio de Janeiro**. CEDRO, 2011. Disponível em: <http://cooperativacedro.blogspot.com/2008/10/cooperativa-de-consultoria-projetos-e.html>. Acesso em: 18 novembro 2012

COOPERATIVA UNIVERDE. **Experiência em cooperativismo e agroecologia na região Periurbana do Rio de Janeiro**. 2009. Disponível em: <http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=759> Acesso em 30 junho 2011.

COSTA, C. G. e MALUF, R.S. **Diretrizes para uma política municipal de segurança alimentar**. S. Paulo, Instituto Pólis, 2001. (Publicações Pólis, 38).

COVARRUBIAS, J.D.R. **Agricultura Urbana em Porto Ferreira/SP: Mapeamento, Caracterização e Tipificação**. 2011, 299f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Curso de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, Araras:São Paulo.

CPS – CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS; FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa do Fim da Fome: Metas Sociais Contra Miséria nos Municípios Fluminenses**. Rio de Janeiro, 2001

CRIBB, S. L. S. P. CRIBB, A.Y. Agricultura urbana: alternativa para aliviar a fome e para a educação ambiental. In: **XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2009, Porto Alegre. Anais - XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009

CUNHA, M.M.C. Mulheres trabalhadoras rurais e de comunidades tradicionais, ontem e hoje. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. NEAD Especial / Ellen F. Woortmann. Renata Menache. Beatriz Heredia (organizadoras). – Brasília : MDA, IICA, 2006. 356 p.(NEAD Especial). Vários autores

DAMBRÓS, C. ; MIORIN, P. D. V. M. F. . **CONTRIBUIÇÕES A REFLEXÃO DO RURAL NO URBANO: agricultura urbana**. In: V ENGRUP, 2009, Santa Maria. **V ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA**. Santa Maria: UFSM, 2009

DELGADO, N.G. A agricultura em planos de desenvolvimento do Governo Federal: do Plano Trienal ao PND. In: BENETTI, M.D., FRANTZ, T.R. **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do RS:1957-84**. 2ª edi. Porto Alegre: FEE, 1988

DELGADO, N.G.; LEITE, S.P. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, no 2, 2011, pp. 431 a 473.

DIAO, M.B. Mulheres e agricultura periurbana na zona de "Niayes", no Senegal . In: **Revista de Agricultura Urbana**, RUAF - Centro de Recursos em Agricultura e Silvicultura Urbanas. 2003 Disponível em:<<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAu/AU12.html>>. Acesso em 16 abril 2013.

DIEESE. **Proteção Social para o Cooperativismo: Como o Agricultor Familiar pode Participar de Cooperativa**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Ministério da Previdência Social. - Brasília, DF: DIEESE, 2012. 24 p

DIEGUES, A.C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**, 2 ed, São Paulo: NUPAUB/USP, 1998.

DOMICIANO, C. S. O Cooperativismo como Estratégia de Participação Social de Agricultores Familiares. **Revista Estudos da Universidade Católica de Goiás**, v. 34, p. 803-820, 2007

EVANS, Peter (2002). Collective capabilities, culture, and Amartya Sen's Development as Freedom. **Studies in Comparative International Development**, v. 37, n. 2, pp. 54-60.

FAO - COMITÉ DE AGRICULTURA. La agricultura urbana e peri-urbana. Roma: 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: 24 janeiro 2013.

_____. - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Criar Cidades Mais Verdes**. 2012. Disponível em:<<http://www.fao.org/docrep/015/i1610p/i1610p00.pdf>>. Acesso em: 12 janeiro 2013.

FAVARETO, A. A expansão produtiva em regiões rurais – há um dilema entre crescimento econômico, coesão social e conservação ambiental? In: Gasgues, J.G.; VIEIRA FILHO, J.E.R.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010, 298 p., p 213-236.

FAVARETO, A.; ABRAMOVAY, R. **O surpreendente desempenho do Brasil rural nos anos noventa**. Santiago do Chile: Rimisp, Série Documentos de Trabajo, n. 32, 2009.

FERNANDES, António Teixeira. Desigualdades e representações sociais. **Sociologia – Revista da Faculdade de Letras**. Porto: Porto Editora, 2000. v. 10, p. 203-214.

FERREIRA, Â.D.D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.º18, abr., 2002.

FERREIRA, M.V. **Análise das Pressões do Uso e Ocupação da Terra sobre Trecho da Faixa de Dutos Rio – Belo Horizonte**. 2009, 185f. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Geociências e Meio Ambiente, Universidade Estadual Paulista, São Paulo:Rio Claro, 2009.

FERREIRA, A. Algumas reflexões para ajudar a entender a produção desigual do espaço urbano em Nova Iguaçu. In: **Educação Ambiental em Nova Iguaçu. NIMA – Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.nima.puc-rio.br/index.php/pt/projetos/educacao-ambiental/nova-iguacu>>**
Acesso em: 04 janeiro 2012

FREITAS, M.C.S. **Agonia da Fome**. Salvador: EDUFBA, FIOCRUZ, 2003.

FURTADO, C. **Em busca de novo modelo – reflexões sobre a crise contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 101p. 2e

GASPARINI, A. **Transporte Dutoviário e Meio Ambiente. O Controle da Rede de Dutovias Terrestres da Petrobrás Operadas pela Transpetro**. 2006, 28p. Projeto de Dissertação de Mestrado em Engenharia de Transportes – Instituto Militar de Engenharia. Rio de Janeiro: 2006.

FREYRE, G. (1982) **Rurbanização, o que é?** Recife, Editora Massangana.

GRAZIANO DA SILVA, J. (1999) **O novo rural brasileiro**. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, (Coleção Pesquisas, 1).

_____. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: GASQUES, J.G. *et al* (orgs.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010.

GRILLO, S.V.C. A noção de campo nas obras de Bourdieu e do círculo de Bakhtin: suas implicações para a teorização dos gêneros do discurso. In: **Revista da Anpoll**, São Paulo: v.19, pp. 151-184, 2005.

HUELZ, M. e KRAEMER, C. Desafios periurbanos no desenvolvimento espacial sustentável em Munique, Alemanha. In: BICALHO, A. M. de S. M. e HOEFLE, S. W. (Org.) **A Dimensão Regional e os Desafios à Sustentabilidade Rural**. Rio de Janeiro -Brasil: Laget-UFRJ/CSRS-UGI, 2003, p. 196-209.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

_____. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA/FAO, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2004. **Segurança Alimentar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 148p

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2004/2009. **Segurança Alimentar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 182p

_____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003:** Aquisição alimentar domiciliar *per capita*, Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro; 2004.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009:** despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro; 2010.

_____. Censo 2010. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE. 2.0.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br/>> . Acesso em 02 janeiro 2013.

IPES/RUAF. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção. Identificação e Caracterização de Iniciativas de agricultura urbana e periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras.** Documento Referencial Geral – Versão Final. Belo Horizonte, 2007

IPPUR/UFRJ-FASE. **Projeto localização dos objetivos do milênio. Cidade Nova Iguaçu – RJ, Brasil.** 2006. Disponível em: <www.unhabitat-rolac.org/anexo%5C103200715551588.pdf> . Acesso em: 11 janeiro 2012.

LEAL, R.A. **Política de Atendimento ao Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto na Cidade de Nova Iguaçu.** 2012, 180p. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2012.

LEAL, V.N. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil** - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MACHADO, A.T.; MACHADO, C.T.T. **Agricultura Urbana.** Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002, 25p

MACHADO, F. S. Dinâmica da Agricultura Periurbana no Município de Nova Iguaçu - RJ. **Revista GeoPuc** (Rio de Janeiro), v. 5, p. 1-31, 2010.

MAGALHÃE, J.C. Emancipação Político Administrativa de Municípios no Brasil. In: CARVALHO, A.X.Y.; ALBUQUERQUE, C.W.; MOTA, J.A.; PIANCASTELLI, M. (Orgs.) **Dinâmica dos Municípios.** Brasília: IPEA, 2008. 326p.

MAIA, P.N.F. ; RODRIGUES, A.O. A cidade (re)partida: um breve estudo sobre as emancipações da cidade de Nova Iguaçu e a formação da região da Baixada Fluminense. In: **1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde 15º Congresso da APDR e 2º Congresso Lusófono de Ciência Regional**, 2009, Praia- Cabo Verde. Cabo Verde Redes e Desenvolvimento Regional, 2009. p. 3856-3897.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1998

MALUF, R.S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.) et al. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p.135-152.

MALUF, R.S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.176 p.

_____. **Seminário Políticas públicas e segurança alimentar e nutricional - o diálogo Brasil/Canadá**. Rio de Janeiro, CERESAN/UFRRJ, 2010.

MALUF, R. S. e ZIMMERMANN, S. **Políticas municipais de erradicação da fome e a promoção da agricultura familiar no Brasil**. Rio de Janeiro, CERESAN/UFRRJ, 2005, 19 p. (Relatórios Técnicos, 1)

MANIGLIA, E. **Turismo Rural, Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável**. Franca: UNESP, 2012, 17 p.

MARÍN-LEÓN, L. *et al.* A percepção de insegurança alimentar em famílias com idosos em Campinas, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v.21, n.5, p.1433-1440, 2005.

MARISCAL, P. R. V. Agricultura Familiar e Urbana na Baixada Fluminense (RJ): Possibilidades de Complementação de Renda para o Município de Mesquita. In: **V Encontro de Grupos de Pesquisa: Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformação Socio Espaciais**, 2009, Rio Grande do Sul.

MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MATTOS, R.C. Nova Iguaçu: Queremos uma outra cidades? Um Outro município? In: **Educação Ambiental em Nova Iguaçu**. NIMA – Nucleo Interdisciplinar de Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.nima.puc-rio.br/index.php/pt/projetos/educacao-ambiental/nova-iguacu>> Acesso em: 04 janeiro 2012

MAZZUCA, A. et al. **Relatos das mulheres produtoras em Rosário sobre seu papel produtivo e sobre a segurança na posse das áreas que cultivam. Estudo-diagnóstico sobre os papéis e funções das mulheres que praticam a agricultura comunitária na cidade de Rosário**. IPES/UMP-LAC/HABITAT, 2003. Disponível em:<<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAu/AU12rosario.html>>. Acesso em 16 abril 2013.

MENDES, F. C. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2012. 191f. **Políticas e inovações para a agricultura urbana: estudo dos casos de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro-Brasil), Rio Cuarto (Córdoba-Argentina) e Sevilha (Andalucía-Espanha)**. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Orientador: Cezar Augusto Miranda Guedes; Co-orientadores: Renato Linhares de Assis e Gustavo Ramón Cimadevilla

MENDES, F.C; MIRANDA, I.M. Agricultura Ecológica Rurbana em Nova Iguaçu (Brasil) e Rio Cuarto (Argentina). In: XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil. **Anais do XV Pré-Alas Brasil**, Piauí, 2012, pp.1-19

MENDONÇA,D; MENDONÇA, M.M; Promoção da Agroecologia na cidade: reflexões a partir do programa de agricultura urbana da AS-PTA. In: Construção do Conhecimento Agroecológico Novos Papéis, Novas Identidades - **Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Articulação Nacional de Agroecologia, 2007, pp.132-141.

MONTEIRO,D.; MENDONÇA,M.M.; SILVA,R.M.; FIGUEIREDO, S.C. **Agricultura na Cidade e a Busca da Segurança Alimentar e Nutricional: Reflexões a Partir da Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2008, 11 p.

MOREIRA, C. A trajetória contemporânea da agricultura urbana. In: Cássio Eduardo Viana Hissa. (Org.). **Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. 1ed.Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, v. 1, p. 243-257.

MOREIRA, C. “Agricultura urbana e periurbana: por cidades verdes, produtivas e socialmente inclusivas”, in: **IV Fórum Urbano Mundial**. Pequim: novembro, 2008.

MORELLI, M. Segurança Alimentar e a Construção da Social-democracia Brasileira: Memória e Legado do Betinho. In: TADDEI, J.A. A.C.(org). **Revista das Jornadas Científicas do Núcleo Interdepartamental de Segurança Alimentar e Nutricional 2004-2005**. São Paulo: Editora Manole, 2006. p 9-20

MOUGEOT, L.J.A. Agricultura Urbana – conceito e definição. In: **Revista Agricultura Urbana** nº 01. Julho - 2000. Disponível em <<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AUrevista.htm>>. Acesso em 17 janeiro 2013.

_____. Agricultura Urbana: Concepto y definición. **Revista Agricultura Urbana**. Vol. 01, N 01. Ed. Espanhol. PGU-ALC/CNUHA-HABITAT; IPES-Promoción del Desarrollo Sostenible. Quito. Abril. 2001.5-7p.

MULLER, P. **Politiques publiques**. Paris: PUF, 2003.

NABUCO, M. R.; PORTO, S. I. Como planejar e executar o abastecimento alimentar municipal. In: BELIK, W.; MALUF, R. S. (org.) **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas: IE/UNICAMP. 2000, p. 209-234.

NIMA – Nucleo Interdisciplinar de Meio Ambiente. **Educação Ambiental em Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <<http://www.nima.puc-rio.br/index.php/pt/projetos/educacao-ambiental/nova-iguacu>> Acesso em: 22 novembro 2011

NUTRE-RIO. **Seminário Araruama Nutre-Rio – CEDRO – PNAE**. Disponível em:<<http://cooperativacedro.blogspot.com.br/2011/09/nutre-rio-cedro-pnae.html>>. Acesso em: 12 março 2013

OLARTE, M. Quando as mulheres decidiram cultivar suas hortas. **Revista de Agricultura Urbana**. Vol.12. nº01. RUAF – Centro de Recursos em Agricultura e Silviculturas Urbanas. Maio, 2004. Disponível em:<<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU12/AU12lima2.html>>. Acesso em: 06 maio 2014.

OLIVEIRA, S.P. & THÉBAUD-MONY, A. Estudo do Consumo Alimentar: Em Busca de uma Abordagem Multidisciplinar. **Revista de Saúde Pública**, v. 31, n.2, São Paulo, 1997

OLIVEIRA, D. S. Região Metropolitana do Rio de Janeiro confluências e disparidades: a evolução da segregação sócio-espacial no contexto da RMRJ. In: **IV Encontro Nacional sobre Migrações**, 2005, Rio de Janeiro / RJ. IV Encontro Nacional sobre Migrações, 2005.

ONDA VERDE. Agricultura familiar em faixa de dutos. 2010. Disponível em: <http://www.ondaverde.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=29&Itemid=36>. Acesso em 17 abril 2011.

PACHECO, M.E.L. **Segurança Alimentar e Nutricional: novas políticas para antigos problemas**. 10p. Proposta, n.97, 2003, p.28 -37.

PESSÔA, Cristiane Cardoso. **Agricultura urbana e pobreza: um estudo no município de Santa Maria – RS**. Dissertação de mestrado. Santa Maria: UFSM. 2005. 102p. Disponível em <[http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_arquivos/15/TDE-2008-01-23T155900Z-1261/Publico/CRIS TIANE%20PESSOA.pdf](http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_arquivos/15/TDE-2008-01-23T155900Z-1261/Publico/CRIS%20TIANE%20PESSOA.pdf)>. Acesso em: 16 janeiro 2013.

PETERSEN, P. Superando a pobreza rural: Editorial. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 5 - no 4 - dezembro de 2008.

PETROBRAS, Agricultura Familiar em Faixa de Dutos - **Manual Metodológico**, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos> Acesso em: 13 agosto 2011

PIERRI, M. C. P ; VALENTE, A. L. E. F. . A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. In: **XLVIII Congresso da Sober**, 2010, Campo Grande. XLVIII Congresso da Sober, 2010

PMNI - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU. **DECRETO No 6.493 DE 06 DE JUNHO DE 2002**. Disponível em: <http://www.bvambientebf.uerj.br/arquivos/popups/decreto_6493.htm>. Acesso em: 30 janeiro 2013.

_____. **Atlas Escolar da Cidade de Nova Iguaçu**, 2 ed, Rio de Janeiro: PMNI, 2004, 46p. Disponível em:<<http://www.novaiguacu.rj.gov.br/arquivos/atlasescolar.pdf>>. Acesso em: 04 janeiro 2013

PUC-Rio - **Certificação Digital N° 0311068/CA**, Rio de Janeiro, 2002 Disponível em:<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/7742_9.PDF?NrOcoSis=22733&CdLinPrg=pt>. Acesso em: 02 janeiro 2013

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia. A Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996 (1ª ed. em inglês: 1993), Capítulos 4 e 6, p. 97-132 e 173-194.

ROSA, P. P. V. Políticas Públicas em agricultura urbana e periurbana no Brasil. In: **XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2011, San José. XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina - Estableciendo puentes en la geografía de Latinoamérica, 2011

REBOUÇAS, F. Horta Urbana. InfoEscola – Desenvolvimento Sustentável. Disponível em:<<http://www.infoescola.com/ecologia/horta-urbana/>>. Acesso em: 26 janeiro 2012;

REINERT, V.; AWUAH, G.B. A utilização da internet como estratégia mercadológica em hotéis: uma comparação entre empresas do Brasil, Gana e Suécia. In: Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 10, 2007, João Pessoa. **Anais do Encontro Nacional de Turismo com Base Local**. João Pessoa, 2007.CD-Rom

REIS, D.S. O Rural e Urbano no Brasil. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú- MG, 2006. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Minas Gerais, 2006, 13p.

RIBEIRO, L.C.Q. **A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

RIBEIRO, E. M., CASTRO, B. S.; SILVESTRE, L. H., CALIXTO, J. S.; ARAÚJO, D. P.; GALIZONI, F.M.; AYRES, E. B. Programa de apoio às feiras e à Agricultura Familiar no Jequitinhonha mineiro. **Agriculturas**, v. 2,n. 2,2005.

ROCHA,C.M.C.Apresentação. In: MACHADO, A.T; MACHADO, C.T.T. **Agricultura Urbana**. Planaltina:Embrapa Cerrados, 2002.

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833 – 90's): Economia e Território em Processo**. Rio de Janeiro, UFRJ-IPPUR, Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, 2006.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 1152p.

SÁNCHEZ,H.A. Las prácticas agrícolas en las periferias metropolitanas: territorialización y sociabilidad en ámbitos de interfase urbano-rural en América Latina. In: Martins,P., Sánchez,H.A., Welter, T. (Orgs.), **Território & sociabilidade : relatos latinoamericanos**. 1ª ed. – Florianópolis : Editora da UDESC, 2012,272 p.

SANTOS, L. C. R. **Reflexão sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e Agricultura Familiar no Nordeste**, Brasília., 2009 Disponível em: <www.agroecologia.inf.br/biblioteca/ReflexaoPAA.pdf> Acesso em: 02 fevereiro 2013

SCHMITT, C.J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, n. 2, abr./jun. 2005.

SCHMITT, C. J. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 8, n. 3, set. 2011

SCHNEIDER, S. Rurbanização e Pluriatividade: o mercado de trabalho não-agrícola e a pluriatividade das famílias em áreas rurais (um estudo de caso). In: CARVALHO, Fátima de; GOMES, Marília Maciel; LÍRIO, Viviani Silva. (Org.). **Desigualdades sociais: pobreza, desemprego e questão agrária**. Viçosa, 2003, p. 151-188.

SEBRAE. **Informações Socioeconômicas do Município de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2008. 20p

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILIPRANDI, Emma. **É possível garantir a soberania alimentar a todos os povos no mundo de hoje?** Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 2, 2001, p.18.

SILVA, A.C.F.R **Vozes da Baixada:um estudo sobre rádio comunitária em Queimados e São João de Meriti.** 2007, 98p; Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007

SILVA, J.M.; MENDES, E.E. Agricultura familiar no Brasil: características e estratégias da comunidade Cruzeiro dos Martírios – município de Catalão (GO). In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009. **Anais do XIX ENGA**, São Paulo, 2009, pp. 1-28

SILVA, M.R.; CILENTO, M.A. **Inspeção em Faixa de Domínio de Dutos Terrestres.** 2011, 45p.Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade de Engenharia e Computação) – Universidade Católica de Petrópolis, Rio de Janeiro, 2011.

SIQUEIRA, M.F.B. **Avaliação de projeto de agricultura familiar em faixa de dutos,** Baixada Fluminense, RJ. 2009. 116f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Curso de Pós-graduação em Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

SOARES, P.R.R. Metamorfoses da metrópole contemporânea: considerações sobre Porto Alegre. In: **Geosp, Espaço e Tempo**, São Paulo, v. IV, p. 129-144, 2006.

STEINBERG, J. **La Périurbanisation em Europe. Bulletin de l'Association des Géographes Français.** Vol. 1, 2001, p. 49-50.

STRAUCH, G. F. E. ; MENDONCA, M. ; ROSA, M. C. . Feiras da roça: desvelando a agricultura familiar da região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Agriculturas** (Impresso), v. 9, p. 29-34, 2012.

TIVELLI, S.W. Agricultura urbana e periurbana: qual o modelo que queremos e que podemos? In: **Pesquisa & Tecnologia**, Campinas, v.8, n.2, pp. 1 - 6, 2011.

UNICAFES – União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Soberania Alimentar. **Revista Cooper.** Ano I, ed. I, 2014. Disponível em:<http://www.unicafesparana.org.br/uploads/informativos/68/Revista_Unicafes_CooperMais_versao_final.pdf>. Acesso em: 06 maio 2014

VALENTE, F.L.S. **Direitos Humanos à Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.** S. Paulo, Instituto Pólis, 2001. (Publicações Pólis, 38).

VALENTE, F.J. **O Turismo como fator de influência no planejamento de linhas regulares das empresas aéreas regionais do Brasil.** 2004. 109f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Curso de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

_____. **Nem tudo é Urbano**. Cienc.Cult. vol.56 no.2 São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br>>. Acesso em: 22 novembro 2011.

VELHO, O. G. A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. América Latina (Rio de Janeiro), v.12, n.1, p.96-104, 1969. Republicado em Clifford Andrew Welch et al. (orgs) Camponeses brasileiros vol. 1. **Leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009.

VIEIRA, P.P. **Caracterização do Projeto Agricultura Urbana “Horta Comunitária Portal I” Acompanhado pelo Cepagro em Itajaí(SC)**. 2009. 45p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Agronomia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis - Santa Catarina.

APÊNDICE

Perfil dos entrevistados

- Entrevista 01 – membro da Cooperativa Univerde, 38 anos, moradora de Geneciano – Nova Iguaçu, analfabeta funcional. Entrevista cedida em março de 2013 e abril de 2013.
- Entrevista 02 – membro da Cooperativa Univerde, coordenadora de área, mulher, 44 anos, ensino fundamental incompleto. Entrevista cedida em março de 2013 e abril de 2013.
- Entrevista 03 – presidente da Cooperativa Univerde e moradora da localidade de Figueira. Entrevistas concedidas à pesquisadora em outubro de 2011 e maio de 2012 na Feira da Roça (Praça Rui Barbosa, Centro – NI), bem como em março de 2013 na sede da cooperativa, situada à Estrada de Tinguá (Vila de Cava, Nova Iguaçu – RJ)
- Entrevista 04 – membro da Cooperativa Univerde, moradora de barão de Guandú, 47 anos, com ensino fundamental incompleto. Entrevista concedida em abril de 2013, nos lotes das hortas comunitárias de Geneciano.
- Entrevista 05 – membro da Cooperativa Univerde, 41 anos, com ensino fundamental incompleto, casada. Entrevista concedida em abril de 2013, nos lotes das hortas comunitárias de Geneciano.
- Entrevista 06 – membro da Cooperativa Univerde, 60 anos, moradora de Geneciano – Nova Iguaçu, analfabeta funcional, viúva. Entrevista cedida em março de 2013.
- Entrevista 07 – membro de secretária da Cooperativa Univerde, mulher, moradora de Belford Roxo, 20 anos, solteira. Entrevista cedida na UFRRJ – Campus Nova Iguaçu, em abril de 2013 depois da participação dos agricultores no III Ciclo do Baixada em Debate.
- Entrevista 08 – mediador da Petrobrás durante o Projeto PAF-Dutos, atuante na área de projetos sociais da “Comunicação Nacional” da empresa. Entrevistas cedidas em janeiro de 2012, março de 2012, abril de 2013, junho de 2013.
- Entrevista 09 – Secretaria de Agricultura Turismo e Meio Ambiente. Entrevista cedida em fevereiro de 2012 na sede da secretaria localizada no prédio administrativo da Prefeitura de Nova Iguaçu.
- Entrevista 10 – Representante AS-PTA. Entrevista cedida em maio de 2012, janeiro de 2013 e abril de 2013. Esta última sendo na UFRRJ – Campus de Nova Iguaçu
- Entrevista 11- Representante da ONG Instituto Terra de Preservação Ambiental, cedida em janeiro e junho de 2013.

Anexos

- Anexo 01 – Programação da escolinha de agroecologia
- Anexo 02 – Carta da Assembleia da Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu (AFERNI)
- Anexo 03 – Abaixo Assinado em Apoio à Associação da Feira da Roça de NI
- Anexos 04 e 05 – Reportagens acerca do vazamento de óleo na Baía de Guanabara.
- Anexo 06 – Transpetro Comunidades – Recomendações aos Habitantes do Entorno das Faixas de Dutos

ANEXOS

Anexo I

<p align="center">PROGRAMAÇÃO DA ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA DE NOVA IGUAÇU 2012</p>				
PROMOÇÃO		APOIO		
				
31 de agosto	8:00 – 16:00 – VISITA TÉCNICA – FAZENDINHA DA EMBRAPA CNPAB – SEROPÉDICA Saída do ônibus : atrás da Prefeitura de Nova Iguaçu			
03 de setembro	9:00 – 14:00 – VISITA TÉCNICA À RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ Encontro às 9:00 na Praça de Tinguá			
14 de setembro	9:00 – 12:00 - SISTEMAS AGROFLORESTAIS Instrutor: EMATER-Rio/Nova Iguaçu Marcio Luiz Moreira Clemente 13:00 – 16:00 – ÁGUAS – CONSERVAÇÃO, LEGISLAÇÃO E OUTORGA - PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS: REFLORESTAMENTO DE ENCOSTAS, MATAS CILIARES E NASCENTES Instrutor: EMATER-Rio/Nova Iguaçu Marcio Luiz Moreira Clemente Local: Igreja N. Sra de Fátima e São Jorge			
28 de setembro	9:00 – 12:00 - PLANTIO DE GLIRICIDIA E OUTRAS LEGUMINOSAS ARBOREAS PARA PRODUÇÃO DE MOURÕES VIVOS Instrutor : EMBRAPA – CNPAb - Alexander Resende 13:00 – 16:00 - AUTOMAÇÃO DE BAIXO CUSTO PARA IRRIGAÇÃO Instrutores: UFRRJ - Leonardo Médici Local: Igreja N. Sra de Fátima e São Jorge			
1ª quinzena de outubro Data a confirmar	8:00 – 16:00 – VISITA TÉCNICA A RIO BONITO – SISTEMAS AGROFLORESTAIS Saída do ônibus : atrás da Prefeitura de Nova Iguaçu			
OUTUBRO Data e locais a combinar com os alunos	OFICINAS – Automação de baixo custo para irrigação			
19 de outubro	9:00 – 12:00 - ALIMENTAÇÃO ALTERNATIVA PARA GRANDES E PEQUENAS CRIAÇÕES. Instrutor: UFRRJ - Prof. Nelson Matos 13:00-16:00 – PRÁTICA DE SILAGEM ALTERNATIVA E INTRODUÇÃO À CAPRINOCULTURA Instrutores: Everton da Silva Matos e Tatiana Labre UFRRJ LOCAL – UFRRJ – SAÍDA DO ÔNIBUS 8:00 h ATRÁS DA PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU			

26 de outubro	<p>9:00 – 12:00 – INTRODUÇÃO À MELIPONICULTURA Instrutor: Equipe do ACAMPAR - RJ</p> <p>13:00-16:00 – INTRODUÇÃO À APICULTURA Instrutor: Sérgio Marques de Miranda – Apiário Normandia</p>
NOVEMBRO Dia e horário: a combinar com os alunos	<p>OFICINAS - APICULTURA Instrutor: Sérgio Marques de Miranda Local: Fazenda Normandia – Japeri</p>
09 de novembro	<p>9:00 – 12:00 - CRIAÇÃO DE AVES SEMI-CONFINADAS (GALINHAS CAIPIRA) Instrutor : EMATER-Rio – José Henrique Carvalho Moraes</p> <p>13:00 – 16:00 - INTRODUÇÃO À PISCICULTURA Instrutor : EMATER-Rio – José Henrique Carvalho Moraes Local: Igreja N. Sra de Fátima e São Jorge.</p>
NOVEMBRO Data a confirmar	OFICINAS – Uso do bambu na agricultura
30 de novembro	<p>9:00 – 16:00 – SEGURANÇA ALIMENTAR E OFICINA DE ALIMENTAÇÃO ALTERNATIVA Instrutores: Jane Soares (EMATER-Rio/Nova Iguaçu) e equipe da CPT Local: Igreja N. Sra de Fátima e São Jorge</p>
Durante o 2º semestre, com datas a confirmar	Visita técnica a sítios agroecológicos de ex-alunos.
14 de dezembro	<p>9:00 – 12:00 – Apresentação dos trabalhos dos alunos da Escolinha</p> <p>13:00 – 16:00 – Avaliação em grupo – entrega dos certificados e encerramento Local: Igreja N. Sra de Fátima e São Jorge</p>

Anexo II

Nova Iguaçu, 28 de janeiro de 2013.

CARTA DA ASSEMBLÉIA DA ASSOCIAÇÃO DA FEIRA DA ROÇA DE NOVA IGUAÇU (AFERNI)

Ilmo. Sr. Luiz Antunes

Secretário Municipal de Defesa Civil e Ordenação Urbana de Nova Iguaçu

Nós, agricultores familiares de Nova Iguaçu e artesãos associados ao Fórum Popular de Economia Solidária de Nova Iguaçu (FPES), presentes na assembléia ordinária do dia 28 de janeiro de 2013, debatemos sobre a situação de impedimento de funcionar a Feira da Roça de Nova Iguaçu desde o dia 02/01/2013.

Há seis anos a Feira da Roça de Nova Iguaçu vem funcionando na Praça Rui Barbosa, com autorização da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. A Feira da Roça de Nova Iguaçu, mobiliza cerca de 50 famílias de agricultores e artesãos, que proporcionam para a sociedade de Nova Iguaçu um artesanato e um produto agrícola de qualidade, cujo cultivo é feito sem o uso de agrotóxicos e adubos químicos e cultivados no próprio município.

Neste sentido, as 56 pessoas presentes nesta assembléia, entre associados da AFERNI e representantes dos movimentos sociais, vem por meio desta manifestar o desejo de ter garantido o direito adquirido ao longo destes seis anos que possibilita ofertar e comercializar a sua produção originada do artesanato local e do cultivo da terra. Este direito consiste em manter em pleno funcionamento a feira da roça às 4^a feiras, no horário de 08h00 as 17h00.

Para este fim, decidimos nesta assembléia delegar a comissão composta pela Diocese de Nova Iguaçu, Bispo Dom Luciano Bergamini, pela coordenação da AFERNI, Luiz Fernando de Jesus e Maria Auxiliadora e pelo representante do FPES, Rogério Gomes de Paiva, para dialogar com Vossa Senhoria, possíveis soluções para resolver o impasse causado pelo impedimento, e saber da resposta aos documentos encaminhados anteriormente, que foram devidamente protocolados na Prefeitura Municipal, no dia 28/12/2012 e 16/01/2013.

Sem mais para o momento, agradecemos.

Atenciosamente.

Anexo III

Modelo de documento utilizado como abaixo assinado em apoio à Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu (AFERNI)

Há seis anos a Feira da Roça de Nova Iguaçu vem funcionando na Praça Rui Barbosa, mobilizando cerca de 50 famílias de agricultores e artesãos do Fórum Popular de Economia Solidária (FPES), proporcionando para a sociedade de Nova Iguaçu um artesanato local e um produto agrícola de qualidade, cujo cultivo é feito nas áreas agrícolas do próprio município, sem o uso de agrotóxicos e adubos químicos.

Contudo, desde o dia 02/01/2013 estamos impedidos de manter em funcionamento a feira, como fazemos rotineiramente às 4ª feiras, no horário de 08h00 as 17h00, desde 2006. Durante este período tivemos a autorização da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e temos recebido o apoio da Emater de Nova Iguaçu, do Conselho de Desenvolvimento Rural do Município de Nova Iguaçu, da AS-PTA, da Diocese de Nova Iguaçu, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania e da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro.

Nós, 44 famílias de agricultores familiares e artesãos, pedimos o apoio da sociedade de Nova Iguaçu e movimentos sociais em geral, para possibilitar o retorno ao funcionamento regular da feira, no mesmo dia e local, e assim continuar a disponibilizar artesanato e um alimento saudável, sem o uso de agrotóxicos, e com valorização da agricultura local.

No.	NOME	IDENTIDADE / CPF	ASSINATURA
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			

Anexo IV

Documento de declaração formal do local de funcionamento da Feira da Roça



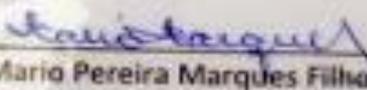
PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
AGRICULTURA E TURISMO - SEMDAT

DECLARAÇÃO DO LOCAL DE FUNCIONAMENTO DA FEIRA DA ROÇA

Declaramos para os devidos fins que o Projeto Agricultura Urbana e Periurbana – cuja meta 3.1 contempla a melhoria das instalações da Feira da Roça de Nova Iguaçu, através do convênio 198/2009 firmado entre a EMATER RIO e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, possui autorização desta Prefeitura para funcionar no endereço Praça Rui Barbosa, Centro, Nova Iguaçu, RJ.

O imóvel encontra-se em situação regular e está sendo utilizado uma vez por semana, com até 30 pequenas barracas, toda quarta-feira, no horário de 08:00 às 17:00 hs.

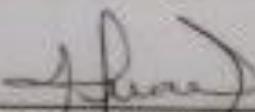
Nova Iguaçu, 01 de março de 2013.



Mario Pereira Marques Filho
Secretario Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Turismo



Luiz Antunes dos Santos
Secretario de Defesa Civil e Choque de Ordem



Adilson de Faria Maciel
Consultor Geral do Prefeito

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Turismo - SEMDAT

Nº 35834

O Estado de S. Paulo

Data 19/01/00

Mancha de óleo de 5 km polui Baía de Guanabara

Vazamento ocorreu em oleoduto que liga Refinaria de Duque de Caxias à Ilha D'Água

ADRIANA FERREIRA

RIO – Um vazamento de óleo combustível no oleoduto que liga a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) à Ilha D'Água, onde existe um terminal de abastecimento de navios, provocou uma mancha de até 5 quilômetros na Baía de Guanabara, entre as Praias de Mauá e do Anil, nos municípios de Duque de Caxias e Magé. O presidente da Petrobrás, Philippe Reichstul, sobrevoou de helicóptero, ontem à tarde, a região afetada para fa-

zer uma análise do problema. A previsão é de um mês para que as praias fiquem completamente despoluídas.

Segundo o presidente da Petrobrás, a quantidade de óleo despejado nas águas é de 500 mil litros, o equivalente a 20 caminhões com uma carga de 25 toneladas cada um. A causa do acidente ainda não foi descoberta. Foi nomeada uma comissão para estudar o caso e na sexta-feira pode ser divulgado um laudo sobre o que ocorreu. Pelas normas internacionais, esse é um vazamento médio. Reichstul, no entanto, qualificou o incidente de "preocupante".

A Petrobrás contratou firmas

para realizar a limpeza das praias. Ontem mesmo 60 homens começaram o trabalho que, a partir de hoje, será intensificado: cerca de 300 pessoas deverão estar envolvidas no saneamento da região. Seis embarcações já estão no local para ajudar na limpeza e mais duas estão sendo deslocadas, uma de Angra dos Reis e outra de São Sebastião, para a operação.

PESCADORES
DEVERÃO
SER
INDENIZADOS

Limpeza – A limpeza é feita manualmente com baldes, pás, vassouras e rolos. Também são usados absorventes, do tamanho de travesseiros, para ajudar a retirar o produto da água. As embarcações estão sendo utilizadas para o tra-

balho de contenção, realizado com barreiras formadas por bóias, que empurram o óleo. Os pescadores locais deverão ser indenizados por suas perdas, prometeu Reichstul.

O problema foi detectado pela manhã, por volta das 5h30, quando estava sendo feito o bombeamento do óleo combustível. Ao ser constatado o despejo do líquido na água, o sistema foi fechado imediatamente.

Uma inspeção no oleoduto foi realizada em 1998, quando foram identificados quatro pontos que estavam frágeis. Nenhum deles, no entanto, era o trecho onde aconteceu o acidente de ontem. Reichstul disse que pode ter ocorrido um rebaixamento da trinca entre os tubos ou um deslocamento em razão das marés. Mas somente um estudo mais minucioso poderá determinar o que aconteceu.

Nº 35853
Gazeta Mercantil
Data 20/01/00

Vazamento adia licença de operação da Reduc

Nicola Pamplona
do Rio

Além do prejuízo financeiro e institucional, o vazamento de óleo ocorrido em um oleoduto da Petrobras na Baía de Guanabara antontem complicou as negociações da estatal com órgãos ambientais para a obtenção da licença de operação da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), há 18 anos em situação irregular. A empresa assinaria no próximo dia 5 um termo de ajuste de conduta, que impõe algumas sanções para que a refinaria possa se regularizar.

A assinatura do termo de ajuste de conduta será adiada, de acordo com o presidente da Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente (Fema), Axel Graef, e as condições, modificadas. Segundo as primeiras negociações entre a entidade e a Petrobras, esta deveria financiar, durante três anos três programas de cunho ambiental. Para isso, desembolsaria R\$ 3,1 milhão por ano — R\$ 800 mil para recuperação de manguezais, R\$ 750 mil em um programa de educação ambiental e R\$ 550 mil para o recolhimento de lixo que bóia na Baía de Guanabara.

“Esses valores terão que ser revisitos, levando em consideração os danos causados por esse novo acidente”, disse o secretário de meio ambiente do Rio, André Corrêa. “A Petrobras está sempre disposta a analisar qualquer questão em condições justas”, respondeu o superintendente de logística e transporte da estatal, Carlos Martins de Souza.

As pendências entre Petrobras e órgãos ambientais sobre a situação da Reduc são antigas. A refinaria foi construída no fim da década de 50, cerca de três décadas antes da implementação da lei ambiental brasileira. A planta, então, não obedece alguns parâmetros fixados na legislação. “Eles dizem que a distância entre dois tanques tem que ser maior que a verificada na Reduc, mas não posso simplesmente destruir um tanque e construir outro”, disse Souza.

A assinatura do termo é o primeiro passo para que a Reduc consiga a licença. “Se eu for lá e fechar a Reduc, vou criar um problema de desabastecimento. Seria uma atitude quixotesca”, explicou Corrêa.

As divergências continuam quanto aos números do acidente. O governo estadual calcula em 800 a 1 mil t de óleo no mar, enquanto a Petrobras, 500 t. A estatal garante que mantém 560 homens e 21 embarcações no local, o secretário fala em 250 homens e 16 barcos.

Até o fim da tarde de ontem, a mancha de óleo ocupava cerca 4 km² do espelho d'água da baía (que tem 38 km²), atingindo 8 km de praias na Baixada Fluminense. “A praia é fácil limpar. O problema é mudar o vento e a mancha se espalhar mais ou seguir em direção à Guapimirim”, avalia Souza, referindo-se à maior reserva de mangue da baía. A Petrobras foi multada ontem em R\$ 94 mil pelo governo estadual, e vai arcar com a perda de 500 toneladas de combustível para navios.